

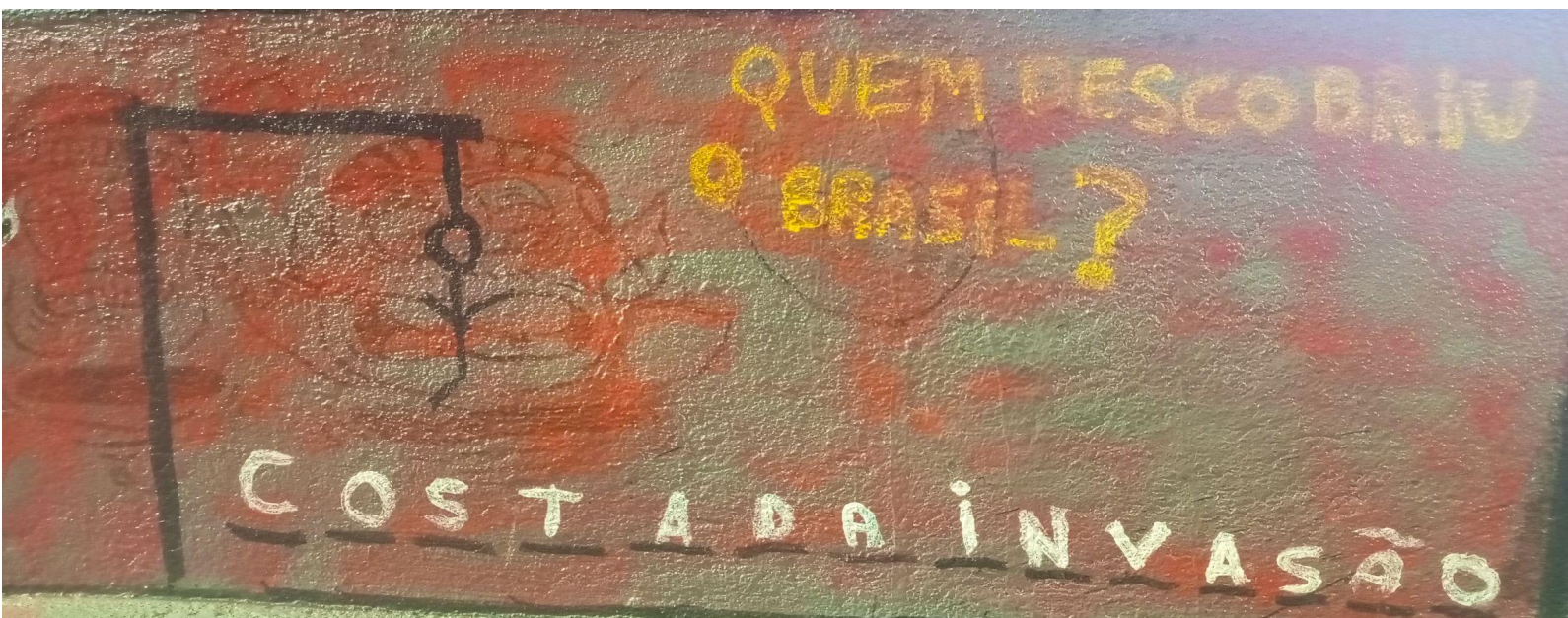


**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO**



JEAN CARLOS ESTANISLAU FERREIRA

**TURISMO E RESISTÊNCIA À SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: A REVOLUÇÃO
PERIFÉRICA DO COMPLEXO BAIANÃO NA CIDADE DE PORTO SEGURO,
BAHIA**



NATAL/RN

2025

JEAN CARLOS ESTANISLAU FERREIRA

TURISMO E RESISTÊNCIA À SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: A REVOLUÇÃO
PERIFÉRICA DO COMPLEXO BAIANÃO NA CIDADE DE PORTO SEGURO,
BAHIA

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Turismo da
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
como requisito parcial para obtenção do título
de Mestre em Turismo.

Orientação: Prof^a. Dra. Carolina Todesco.

NATAL/RN

2025

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro Ciências Sociais Aplicadas - CCSA

Ferreira, Jean Carlos Estanislau.

Turismo e resistência à segregação socioespacial: a revolução periférica do Complexo Baianão na cidade de Porto Seguro, Bahia / Jean Carlos Estanislau Ferreira. - 2025.
128f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Turismo, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2025.

Orientação: Profa. Dra. Carolina Todesco.

1. Turismo - Dissertação. 2. Segregação socioespacial - Dissertação. 3. Movimentos de resistência - Dissertação. 4. Revolução urbana - Dissertação. 5. Porto Seguro (BA) - Dissertação. I. Todesco, Carolina. II. Título.

RN/UF/CCSA

CDU 338.48:316.334.56

JEAN CARLOS ESTANISLAU FERREIRA

TURISMO E RESISTÊNCIA À SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: A REVOLUÇÃO
PERIFÉRICA DO COMPLEXO BAIANÃO NA CIDADE DE PORTO SEGURO,
BAHIA

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Turismo da
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
como requisito parcial para obtenção do título
de Mestre em Turismo.

Orientação: Prof^a. Dra. Carolina Todesco.

Aprovada em: 18 de fevereiro de 2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Carolina Todesco

Orientadora

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Profa. Dra. Maria Aparecida Pontes da Fonseca

Membro Interno

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Prof. Dr. Likem Edson Silva de Jesus

Membro Externo

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

AGRADECIMENTOS

O primeiro, que abre caminhos, Laroyê Exu. A minha mãe Oxum, aos caboclos e a ancestralidade que guia meus passos e meus caminhos, é nela e por ela que se faz esse trabalho. Aos meus guias e Orixás que me orientam, me dão proteção e me deram ciência, sabedoria e leveza para concluir essa pesquisa.

A toda a comunidade periférica de Porto Seguro, em especial ao Complexo Baianão, as crianças, jovens e adultos que habitam esse território, potente e resistente, foram inspiração para este trabalho.

Um agradecimento mais que especial aos movimentos sociais Ateliê Cultivo de Poesia, Batalha do Complexo, Brasil Chama África, Café Dus Pretus, Coletivo Jovem Muká Mukaú, Lambe Lambe Porto Seguro, Levante Popular da Juventude, Movimento LGBTQIAPN+ Porto Seguro, Rua Juventude Anticapitalista e Sarau Odara que concederam entrevista e contribuíram para enriquecer os dados deste trabalho.

Ao Programa de Pós Graduação em Turismo (PPGTUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e aos professores por proporcionarem parte de seu conhecimento crítico que de algum modo se fazem presentes neste estudo.

Agradeço aos professores Dr. Likem Edson Silva de Jesus e Dra. Maria Aparecida Pontes da Fonseca pelas contribuições no processo de qualificação deste trabalho.

Uma menção especial à professora Dra. Carolina Todesco, a qual eu tive a honra de ser orientando e aceitou o desafio de discorrer sobre um tema tão pouco trabalhado no turismo como esse trabalho.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo estímulo financeiro enquanto bolsista para realização da pesquisa.

Por fim, agradeço aos meus amigos e familiares que me proporcionaram o apoio emocional necessário para condução desta pesquisa.

RESUMO

A segregação socioespacial é considerada como a separação territorial por meio da estratificação social, através de características como renda, cultura e raça feita pelos grupos hegemônicos. Nos destinos turísticos, esses grupos são representados pelos grandes empresários de capital nacional e estrangeiro do *trade* turístico e imobiliário, sob aval da política neoliberal, que colaboram para a formação das periferias e das desigualdades. Essa é a realidade do destino turístico Porto Seguro e da sua maior e mais populosa periferia, o Complexo Baianão. Em contraposição, tem-se a resistência por parte dos afetados pelas relações desiguais de força e poder. A resistência ocorre de várias formas, Lefebvre e Harvey a nomeiam como revolução urbana, quando indivíduos e grupos sociais mais desfavorecidos somam forças em movimentos que buscam uma outra cidade, mais justa, igualitária e representativa para seus habitantes. No Complexo Baianão, essa resistência se dá pelos movimentos Ateliê Cultivo de Poesia, Batalha do Complexo, Brasil Chama África, Café dos Pretus, Coletivo Jovem Muká Mukaú, Lambe Lambe Porto Seguro, Levante Popular da Juventude, Movimento LGBTQIAPN+, Rua Juventude Anticapitalista e Sarau Odara. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é compreender de que forma os movimentos sociais de resistência do Complexo Baianão, a maior periferia de Porto Seguro/BA, contribuem para o enfrentamento da segregação socioespacial induzida pela urbanização turística na cidade. A pesquisa é qualitativa e a coleta de dados ocorreu por meio da pesquisa documental, observação não participante no Complexo Baianão, entrevista semiestruturada com a gestão pública de Porto Seguro e com os movimentos sociais do Complexo Baianão. Já a análise de dados foi feita com base na análise de conteúdo categorial. Os resultados demonstram que a gestão pública municipal de Porto Seguro, por meio do atual paradigma político global neoliberal entregou o território na mão dos agentes hegemônicos e, por outro lado, estimulou a criação do Complexo Baianão, como bairro periférico, forjado e planejado para ser local de moradia dos indivíduos com características financeiras, culturais e raciais similares, que trabalham nos empregos e subempregos gerados pela atividade turística. Os movimentos sociais e populares do Complexo Baianão surgem para fazer uma revolução urbana, que se inicia nas ruas e praças do conjunto de bairros e aos poucos se ramificam para outros espaços da cidade. O intuito é a retomada dos espaços que foram tomados, da autonomia ora perdida, bem como da valorização da identidade periférica. As estratégias desses movimentos são por meio de intervenções culturais, ocupação de espaços políticos, manifestações e atos em espaços públicos e através da conscientização educacional de crianças e jovens que são a proposta da próxima geração a fazer a revolução em Porto Seguro. Ademais, o próprio Complexo Baianão se coloca como um espaço de resistência no território, oposto a dinâmica da atmosfera turística presente na cidade.

Palavras-chave: Turismo. Segregação Socioespacial. Movimentos de Resistência. Revolução Urbana. Porto Seguro/BA.

ABSTRACT

Socio-spatial segregation is considered as territorial separation through social stratification, based on characteristics such as income, culture and race, created by hegemonic groups. In tourist destinations, these groups are represented by large national and foreign entrepreneurs in the tourism and real estate trade, supported by neoliberal policies, who contribute to the formation of peripheral areas and inequalities. This is the reality of the tourist destination Porto Seguro and its largest and most populous peripheral area, the Complexo Baianão. However, in contrast, there is resistance from those affected by unequal relations of power and power. Resistance occurs in various forms; Lefebvre and Harvey call it an urban revolution, when individuals and disadvantaged social groups join forces in movements that seek another city, one that is more just, egalitarian and representative of its inhabitants. In the Complexo Baianão, this resistance is carried out by the movements Ateliê Cultivo de Poesia, Batalha do Complexo, Brasil Chama África, Café dos Pretos, Coletivo Jovem Muká Mukaú, Lambe Lambe Porto Seguro, Levante Popular da Juventude, Movimento LGBTQIAPN+, Rua Juventude Anticapitalista and Sarau Odara. In this sense, the objective of this work is to understand how social resistance movements in the Baianão Complex, the largest outskirts of Porto Seguro/BA, contribute to confronting socio-spatial segregation induced by tourist urbanization in the city. The research is qualitative and data collection occurred through documentary research, non-participant observation in the Complexo Baianão, semi-structured interviews with the public administration of Porto Seguro and with the social movements of the Complexo Baianão. Data analysis was based on categorical content analysis. The results show that the municipal public administration of Porto Seguro, through the current neoliberal global political paradigm, handed the territory over to hegemonic agents and, on the other hand, encouraged the creation of the Complexo Baianão, a peripheral neighborhood, designed and planned to be a place of residence for individuals with similar financial, cultural and racial characteristics, who work in the jobs and underemployment generated by the tourist activity. The social and popular movements of the Complexo Baianão emerge to make an urban revolution, which begins in the streets and squares of the group of neighborhoods and is gradually spreading to other areas of the city. The aim is to reclaim the spaces that were taken, the autonomy now lost, as well as the valorization of the peripheral identity. The strategies of these movements are through cultural interventions, occupation of political spaces, demonstrations and acts in public spaces and through the educational awareness of children and young people who are the proposal of the next generation to make the revolution in Porto Seguro. Furthermore, the Complexo Baianão itself stands as a space of resistance in the territory, opposed to the dynamics of the tourist atmosphere present in the city.

Keywords: Tourism. Socio-spatial segregation. Resistance Movements. Urban Revolution. Porto Seguro/BA.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1. Complexo Baianão em Porto Seguro/BA - recorte espacial da pesquisa...	20
Figura 1 - Vista aérea da Cidade Alta de Porto Seguro (1957).....	30
Figura 2 - Centro de Porto Seguro - proximidades da Passarela do Descobrimento (1972).....	31
Gráfico 1 - Número de Passageiros de Voos Domésticos no Aeroporto de Porto Seguro (2004-2023).....	33
Gráfico 2 - Número de Passageiros de Voos Internacionais no Aeroporto de Porto Seguro (2004-2023).....	34
Figura 3 - Réveillon de Porto Seguro na Passarela do Descobrimento (2024).....	36
Figura 4 - Passarela do Descobrimento (2024).....	37
Figura 5 - Divisão territorial do município de Porto Seguro (sede).....	38
Figura 6 - Evolução da extensão urbana de Porto Seguro (1986-2017).....	39
Figura 7 - Região do Boqueirão (Complexo Baianão, 2024).....	40
Figura 8 - Conjunto Habitacional Vila Parracho no Complexo Baianão (2024).....	41
Figura 9 - Policiais detêm manifestante durante protestos contra a comemoração dos 500 anos do Descobrimento (2000).....	42
Figura 10 - Protesto contra o excesso de turistas em Barcelona.....	65
Figura 11 - Intervenção contra turistas em Florença/Itália.....	66
Gráfico 3 - Taxa de homicídios na cidade de Porto Seguro (2000-2022).....	69
Figura 12 - Notícia de homicídio no Complexo Baianão.....	70
Figura 13 - Notícia de operação policial e manifestação no Complexo Baianão.....	70
Figura 14 - Notícia sobre ocultação da criminalidade nas periferias do destino de luxo Porto Seguro.....	70
Figura 15 - Vista aérea de via urbana na Orla Norte de Porto Seguro.....	72
Figura 16 - Vista Parcial de rua no Bairro Vila Valdete (Complexo Baianão).....	72
Figura 17 - Construção das primeiras casas do Complexo Baianão (1992).....	74
Figura 18 - Percepção de 4 ex-Prefeitos de Porto Seguro sobre o Complexo Baianão.....	78

Figura 19 - Atuação do Ateliê Cultivo de Poesia em escola local.....	88
Figura 20 - Jovens reunidos na Batalha do Complexo na Praça da Família, Complexo Baianão.....	90
Figura 21 - Manifestação do Novembro Negro no Centro de Porto Seguro.....	92
Figura 22 - VII Edição do Café dos Pretos.....	94
Figura 23 - Ação do Coletivo Muká Mukáu junto de Aldeia Pataxó no dia Internacional dos Direitos Humanos.....	95
Figura 24 - Protesto no Centro de Porto Seguro.....	97
Figura 25 - Intervenção do Lambe Lambe Porto Seguro.....	98
Figura 26 - Protesto na Câmara dos Vereadores de Porto Seguro.....	99
Figura 27 - Intervenção do Rua no Complexo Baianão.....	101
Figura 28 - Apresentação Cultural no Sarau Odara.....	103
Figura 29 - Recortes do Complexo Baianão na contemporaneidade.....	106

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Teses e Dissertações sobre Porto Seguro e Turismo.....	16
Quadro 2 - Entrevistas Semiestruturadas realizadas na Pesquisa de Campo.....	22
Quadro 3 - Fases da Análise de Conteúdo Categorical.....	24
Quadro 4 - Estudos recentes sobre a turistificação em cidades de pequeno porte (2019-2024).....	46
Quadro 5 - Gestão Municipal de Porto Seguro (1997/2024).....	73
Quadro 6 - Movimentos de resistência à segregação em Porto Seguro do Complexo Baianão - Porto Seguro/BA.....	80
Quadro 7 - Síntese das realidades e estratégias dos movimentos revolucionários insurgentes.....	86
Quadro 8 - Movimentos de resistência do Complexo Baianão a as estratégias de valorização da identidade cultural local.....	104
Quadro 9 - Ocupação de espaços pelos movimentos sociais do Complexo Baianão.	

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABTS	Assemblea de Barris per un Turisme Sostenible
ANAC	Agência Nacional de Aviação Civil
APA	Área de preservação ambiental
BAHIATURSA	Superintendência de Fomento ao Turismo do Estado da Bahia
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFBA	Instituto Federal da Bahia
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPAC	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISS	Imposto Sobre Serviços
LPG	Lei Paulo Gustavo
MTUR	Ministério do Turismo
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ODS	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PRODETUR	Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo
TBC	Turismo de Base Comunitária
UFSB	Universidade Federal do Sul da Bahia
UNEB	Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 JUSTIFICATIVA.....	15
1.2 OBJETIVOS.....	18
1.3 METODOLOGIA.....	18
1.3.1 Método.....	18
1.3.2 Abordagem.....	19
1.3.3 Lócus de Estudo.....	20
1.3.4 Instrumentos de coleta de dados.....	21
1.3.5 Método de análise.....	24
1.4 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO.....	25
2 O PROCESSO DE TURISTIFICAÇÃO DE PORTO SEGURO/BA.....	27
2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	28
2.2 O TURISMO E A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM PORTO SEGURO NA CONTEMPORANEIDADE.....	33
3 URBANIZAÇÃO TURÍSTICA E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL.....	44
3.1 TURISMO E GENTRIFICAÇÃO: A DESAPROPRIAÇÃO DOS "INCONVENIENTES" PARA O CAPITAL.....	48
3.2 SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM DESTINOS TURÍSTICOS.....	50
4 PERIFERIAS E MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA.....	57
4.1 REVOLUÇÃO URBANA: RESISTÊNCIAS POPULARES E MOVIMENTOS CONTRA-HEGEMÔNICOS DAS PERIFERIAS.....	59
4.2 MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA NO TURISMO.....	63
5 CAMINHOS PARA A REVOLUÇÃO URBANA: A PRODUÇÃO DA DESIGUALDADE E AS RESISTÊNCIAS POPULARES NO COMPLEXO BAIANÃO EM PORTO SEGURO.....	69
5.1 A PARTICIPAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA NA SEGREGAÇÃO E DESIGUALDADE NO COMPLEXO BAIANÃO.....	73
5.2 MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA NO COMPLEXO BAIANÃO FRENTE A	

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM PORTO SEGURO.....	79
5.2.1 Cidadão revolucionário insurgente e os movimentos sociais do Complexo Baianão.....	86
5.2.2 Valorização da cultura e identidade periférica: o Complexo Baianão como resistência territorial.....	103
5.2.3 Ocupação e uso popular dos espaços urbanos e ocupação popular política pelos movimentos sociais do Complexo Baianão.....	108
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
REFERÊNCIAS.....	114
APÊNDICE A - QUADRO ORIENTADOR DA OBSERVAÇÃO NÃO PARTICIPANTE	124
APÊNDICE B - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM A GESTÃO PÚBLICA.....	125
APÊNDICE C - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM OS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA.....	127

1 INTRODUÇÃO

A urbanização de diversas localidades do litoral brasileiro está intimamente ligada ao desenvolvimento e à expansão da atividade turística. Com a ampliação da produção capitalista do espaço, as paisagens das cidades são transformadas em mercadoria com foco no consumo turístico, induzindo a expansão urbana de pequenas e médias cidades (Fonseca *et al.*, 2022).

A urbanização turística gera um série de problemas, dentre eles a segregação socioespacial, que promove diversas disfunções no tecido urbano das cidades. A segregação socioespacial é considerada como a separação territorial por meio da estratificação social por características como renda, cultura e raça feita pelos grupos hegemônicos que em destinos turísticos são representados pelos grandes grupos empresariais de capital nacional e estrangeiro do *trade* turístico e imobiliário sob aval da política neoliberal (Tanaka, 2006; Deutsch & Fratucci, 2023; Ferreira, Araújo & Barbosa, 2024).

Essa é a realidade da cidade de Porto Seguro, o segundo principal destino turístico do estado da Bahia, depois da capital, Salvador. Conforme o Ministério do Turismo (MTur), em 2022, Porto Seguro estava entre os 10 destinos mais procurados do país, ocupando a 7º posição nacional (Brasil, 2022). Porto Seguro se consolidou como destino de turismo de massa, do segmento de sol e mar, reconhecido como o lugar de chegada dos portugueses ao Brasil, território de povos indígenas com patrimônio cultural singular e local de belas praias e paisagens naturais (Ferreira, Araújo & Barbosa, 2024).

No entanto, distante desta perspectiva da cidade turística, existe um outro Porto Seguro, invisível aos olhos dos turistas e da própria gestão pública, tal como o conjunto dos bairros Casas Novas, Frei Calixto, Mercado do Povo, Paraguai, Parque Ecológico, Vila Valdete, Vila Jardim, Vila Vitória e Vila Parracho, que formam o Complexo Baianão, com mais de 60 mil habitantes, em sua maioria de classe média baixa (Oliveira, 2022).

O Complexo Baianão surgiu a partir da década de 1990 com o desenvolvimento do turismo na cidade, que atraiu pessoas advindas da região cacaujeira em busca de trabalho repelidas para a periferia, assim como os próprios moradores que foram repelidos para esse conjunto de bairros, em constante crescimento, após a

transformação das áreas centrais da cidade em territórios de consumo e lazer (Oliveira, 2022).

Na contemporaneidade o Complexo Baianão é a área mais populosa de Porto Seguro, população, em sua maioria, negra e descendente dos povos indígenas, com poucas opções de lazer, incipiente infraestrutura e políticas públicas urbanas. É formado por bairros propositalmente escondidos pela Mata Atlântica na parte alta da cidade, divididos e separados dos espaços turísticos pelos estratos econômicos, sociais e culturais que caracterizam essa população como periférica.

O Complexo Baianão abriga a mão de obra de trabalhadores dos empregos e subempregos do turismo na cidade, fruto da segregação socioespacial que aparta a cidade de Porto Seguro. De um lado os bairros de residência e moradia precarizados e a população culturalmente renegada e, do outro lado, a cidade forjada para atender as demandas do consumo turístico.

A ação de empresas, em especial do setor imobiliário e financeiro, e do poder público, que comandam o ordenamento do território para o uso turístico, delimita os espaços convenientes para exploração de recursos, expulsa moradores por meio de processos de gentrificação, explora a mão de obra da classe trabalhadora, marginaliza e segrega os moradores, por meio do controle do tempo e espaço (Harvey, 2014; Mendes, 2017; Araújo & Santos, 2022). Tal realidade não abarca apenas Porto Seguro, mas uma série de outras cidades turísticas, de pequeno, médio e grande porte, que convivem com os mesmos problemas (Araújo & Santos, 2022; Pinho, Dantas & Santos, 2019).

Mas, em contraposição, tem-se a resistência por parte dos afetados pelas relações desiguais de força e poder. A resistência ocorre de várias formas, Lefebvre (1999; 2001) e Harvey (2014) a nomeiam de revolução urbana, quando indivíduos e grupos sociais mais desfavorecidos somam forças em movimentos que reivindicam direitos básicos, mas para além disso, buscam uma outra cidade, mais justa, igualitária e representativa para seus habitantes.

A resistência por meio da revolução urbana é feita pelos grupos segregados e oprimidos e, se dá por intermédio de movimentos populares e periféricos que buscam a retomada e ocupação de espaços tomados da cidade, através de manifestações, atos culturais de valorização da identidade periférica, ocupação política, formação educacional e autonomia socioterritorial (Porto, 2019; Rodrigues 2021; Pinassi, 2023; Tesfahuney & Ek, 2024).

Harvey (1989; 2014) e Lefebvre (1999; 2001) defendem a urgência de pensar a cidade sob novas bases e novos fundamentos revolucionários e considera que somente os grupos de classes oprimidas serão capazes de dar fim à segregação urbana.

No caso do Complexo do Baianão, como área periférica de Porto Seguro, é possível identificar movimentos sociais de resistência, tais como: Ateliê Cultivo de Poesia, Batalha do Complexo, Brasil Chama África, Café dos Pretus, Coletivo Jovem Muká Mukaú, Lambe Lambe Porto Seguro, Levante Popular da Juventude Porto Seguro, Movimento LGBTQIAPN+, Rua Juventude Anticapitalista e Sarau Odara, entre outros.

Desse modo, a questão central da pesquisa é: de que forma os movimentos sociais de resistência situados na maior periferia de Porto Seguro contribuem para o enfrentamento da segregação socioespacial induzida pela urbanização turística?

1.1 JUSTIFICATIVA

Em Porto Seguro, observa-se que a segregação socioespacial é um problema sociocultural, ambiental e econômico induzido pela atividade turística, sendo necessário ações com base na resistência das comunidades e atuação do poder público em prol do desenvolvimento urbano com foco na melhoria da qualidade de vida dos moradores, no combate à desigualdade social, na preservação ambiental, na valorização da cultura local e na ampliação da representação e articulação popular nos espaços de poder.

Desta forma, este estudo compreende as ações dos movimentos de resistência periféricos, a partir da base teórica de Lefebvre (1999; 2001) e Harvey (2014) sobre a revolução urbana. Assim como pontua algumas ações incoerentes do poder público local que colaboraram para o processo da segregação.

Devido ao fato de Porto Seguro se configurar como um destino turístico de relevância nacional, sendo inclusive um caso de destino turístico consolidado há 30 anos no Brasil, a pesquisa tem a responsabilidade de contribuir para o debate a cerca da resistência local frente ao desenvolvimento insustentável do turismo, a partir do pensamento crítico.

Estudos como os de Alfonsin, Berni e Pereira (2020), Maia, Teixeira e Kalaoum (2020), Loddi e Lima (2020), Pacheco e Bomfin (2020), Duarte Grossi e Almeida (2021)

e Couto e Andrade (2022) analisam movimentos contra-hegemônicos e buscam compreender como indivíduos e grupos sociais segregados resistem e enfrentam a sua condição de excluídos e marginalizados. Todavia, nenhum estudo aborda a cidade de Porto Seguro no âmbito das resistências dos movimentos populares no enfrentamento à segregação socioespacial induzida pelo turismo.

Ao pesquisar na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), em dezembro de 2024, com os termos "Porto Seguro" e "Turismo", em todos os campos, resultou em 44 trabalhos. Porém, ao analisar o título e o resumo, apenas 6 dissertações e 3 teses tratam realmente sobre turismo em Porto Seguro, nenhum defendido em programa de pós-graduação em turismo, conforme sistematizado no quadro 1.

Quadro 1 - Teses e Dissertações sobre Porto Seguro e Turismo

Autor(a)	Título	Ano de defesa	Programa de Pós-Graduação	Foco da Pesquisa
Karina Toledo Solha	Divulgação de Imagens Turísticas - O Exemplo de Porto Seguro (Bahia)	1999	Ciências da Comunicação (USP) - Mestrado	Analisar a atuação dos veículos de comunicação escrita, dirigidos ao turista, na divulgação de imagens turísticas, utilizando o exemplo de Porto Seguro - Bahia.
Cristina Pereira de Araujo	Porto (in) Seguro: a perda do paraíso. Os reflexos do turismo na sua paisagem	2004	Arquitetura e Urbanismo (USP) - Doutorado	Analisar os reflexos do turismo na paisagem do município de Porto Seguro, com o intuito de alertar para a necessidade de um planejamento integrado, que pondere variáveis ambientais, sociais e econômicas, visando harmonizar desenvolvimento com conservação do meio ambiente.
Lorena Santana de Azevedo Ramos	O Turismo como indutor do desenvolvimento local em reservas indígenas: o caso da Barra Velha e Pataxó da Jaqueira Porto seguro - Bahia	2004	Desenvolvimento Regional e Urbano (UNIFACS) - Mestrado	Investigar a forma como o turismo está sendo desenvolvido nas reservas indígenas de Porto Seguro bem como a contribuição desta atividade para o desenvolvimento das comunidades.
Clébia Rodrigues de Carvalho	Uma abordagem geográfica do turismo em Porto Seguro	2008	Geografia Física (USP) - Mestrado	Analisar a produção do espaço para o turismo em Porto Seguro, revelando a problemática ambiental.

Aleselma Silva Pereira	Porto Seguro - BA: o cotidiano do trabalhador e a espacialidade da cidade-mercadoria	2017	Geografia Humana (USP) - Doutorado	Analisar a vida cotidiana do trabalhador de Porto Seguro, sobretudo o trabalhador migrante grapiúna que migrou no final de 1980 e tornou-se morador da periferia e principal mão-de-obra das atividades características do turismo (ACT)
Katia Silva Martins	Identidades e territorialidades construídas nos bairros Campinho e Baianão em Porto Seguro e suas cartografias de vida	2019	Estado e Sociedade (UFSB) - Mestrado	Identificar as territorialidades construídas pelos moradores dos bairros Campinho e Baianão.
Aline Santos Bispo	Dimensões da prática do turismo na cidade de Porto Seguro e os reflexos na vida da população residente	2020	Estado e Sociedade (UFSB) - Mestrado	Estudar as contradições da prática da atividade turística em Porto Seguro para a atual configuração da cidade.
Aline Conceição Souza	A regionalização do turismo no litoral do Estado da Bahia	2021	Desenvolvimento Econômico (UNICAMP) - Doutorado	Analisar as características estruturais dos municípios turísticos do litoral do estado da Bahia, classificados pelo processo de regionalização. (Porto Seguro foi incluído na análise)
Luiz Henrique Campos Pereira	Sorria, você está na Bahia: estudo das experiências e narrativas construídas a partir das imagens produzidas pelos turistas paulistas que visitaram o Arraial d'Ajuda	2022	Ciências Sociais (UNESP) - Mestrado	Analisar de forma etnográfica experiências de turistas paulistas por meio de imagens fotográficas feitas em visita a Arraial d'Ajuda,

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Nota-se no quadro 1 que existem poucas teses e dissertações que se debruçam sobre um dos principais destinos turísticos do país e nenhuma delas tem como foco analisar as formas de resistência emergentes diante das mazelas do desenvolvimento urbano turístico.

1.2 OBJETIVOS

O **objetivo geral** da pesquisa é compreender de que forma os movimentos sociais de resistência do Complexo Baianão, a maior periferia de Porto Seguro/BA, contribuem para o enfrentamento da segregação socioespacial induzida pela urbanização turística na cidade.

Já os **objetivos específicos** são:

- a. Caracterizar o processo da segregação socioespacial induzida pela urbanização turística em Porto Seguro;
- b. Revelar de que forma a gestão pública municipal de Porto Seguro contribuiu para a produção da segregação socioespacial e/ou para as ações de mitigação desse processo;
- c. Analisar a resistência local da periferia por meio dos movimentos populares de revolução urbana e suas estratégias em contraposição a segregação socioespacial em Porto Seguro.

1.3 METODOLOGIA

1.3.1 Método

A presente pesquisa trata seu objeto de estudo sob a perspectiva teórica-filosófica do materialismo histórico dialético, ancorada nas teorias de David Harvey e Henry Lefebvre referentes à revolução urbana.

As bases teóricas para analisar a necessidade e as possibilidades de revolução urbana encontram-se nas obras “A justiça social e a cidade”, “A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural” e “Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana” de Harvey (1980; 1989; 2014), como também nas obras “A Revolução Urbana” e “O direito à cidade” de Lefebvre (1999; 2001).

A partir de Harvey (1980; 1989; 2014) e Lefebvre (1999; 2001) e de outros autores que discutem segregação socioespacial, periferia e movimentos de resistência, tais como Reis (2021), Pinassi (2023), Tanaka (2006) e Fontes (2013), foram elencadas as seguintes categorias analíticas: I. **cidadão revolucionário insurgente**; II. **valorização da cultura e identidade periférica**; III. **ocupação e uso popular dos**

espaços urbanos e; IV. **ocupação popular política**, como método para compreender a ação dos movimentos sociais periféricos e sua influência na resistência urbana.

O recorte temporal da pesquisa abarca os movimentos sociais existentes e ativos no período de coleta dos dados, ou seja, no ano de 2024.

1.3.2 Abordagem

A pesquisa é de caráter descritivo exploratório, pois tem o intuito de responder a um problema que reflete um acontecimento real da sociedade. É um tipo de pesquisa que, segundo Lösch, Rambo e Ferreira (2023), busca não apenas questionar os participantes, mas envolvê-los na temática para fazer pensar e refletir com objetivo de obter uma melhor coleta de dados, a fim de compreender o fenômeno investigado, como é o caso deste estudo.

A pesquisa descritiva exploratória possui algumas características, tais como: detém amplo objetivo para ter uma compreensão abrangente do assunto; envolve coleta de dados qualitativos; não é mensurável, pois quer compreender e não quantificar o fenômeno; é flexível, podendo ser ajustada durante a investigação e aprofunda conceitos ainda pouco contemplados em estudos anteriores (Lösch, Rambo & Ferreira, 2023).

A pesquisa exploratória relaciona-se perfeitamente a abordagem qualitativa, utilizada na presente pesquisa, tendo em vista que contribui para compreensão e interpretação detalhada do comportamento humano, de forma a trazer dados qualitativos sistêmicos (Lösch, Rambo & Ferreira, 2023).

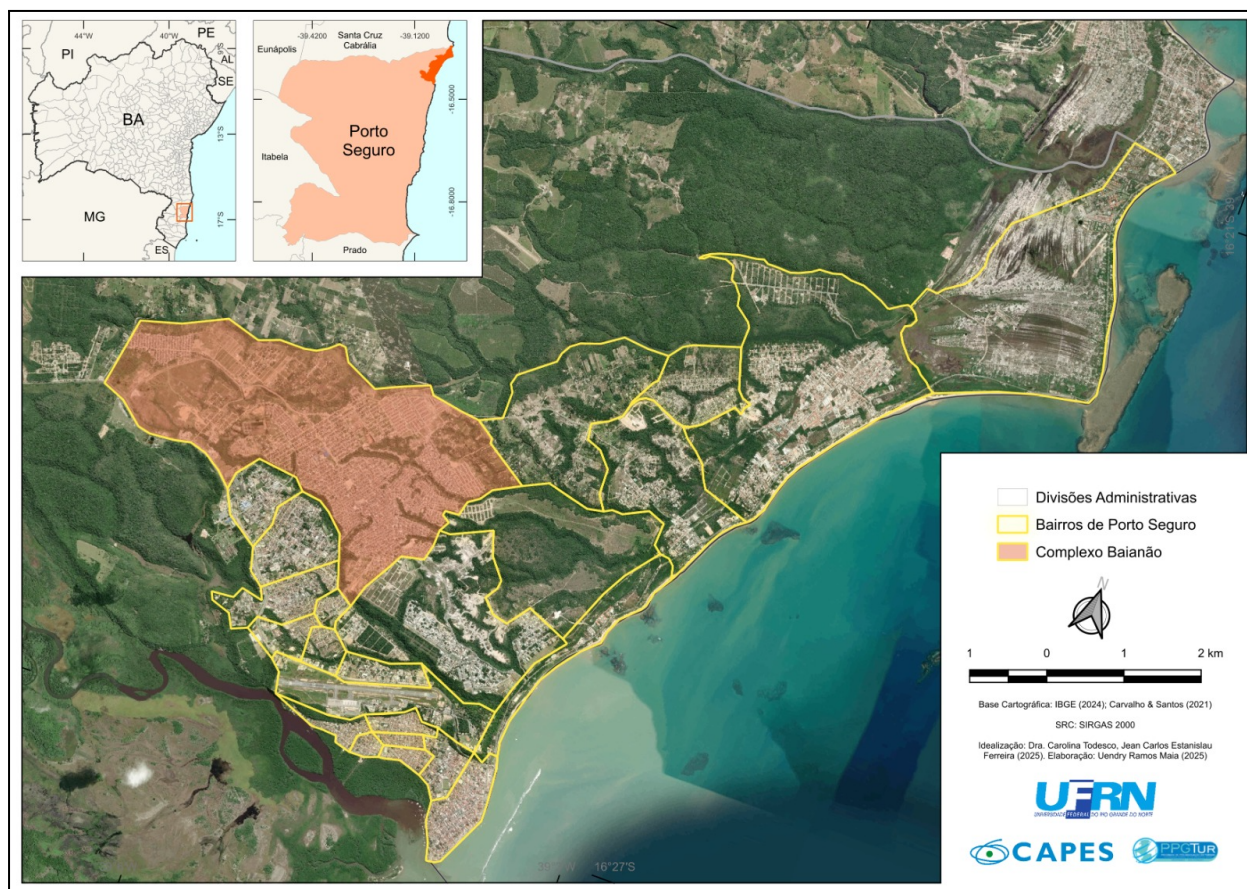
A abordagem qualitativa difere do pensamento positivista que tem base em modelos amostrais com variáveis para identificar o comportamento humano e quantificá-lo em dados estatísticos, com origem nas ciências naturais. Por sua vez, o método qualitativo é interpretacionista, e entende que existe uma construção dos sentidos por parte dos seres humanos, impossível de ser analisada exclusivamente por meio de procedimentos matemáticos (Oliveira, 2010).

Embora exista um embate científico entre os posicionamentos epistemológicos do tradicional positivismo quantitativo e o interpretativismo qualitativo (Oliveira, 2010), a abordagem desta pesquisa é qualitativa, adequada para condução do estudo, que compreende a essência do fenômeno da segregação socioespacial e as formas de resistência a esse processo.

1.3.3 Locus de Estudo

O estudo tem como foco os movimentos de resistência situados no conjunto de bairros que formam o Complexo Baianão (mapa 1), a maior e mais populosa periferia da cidade de Porto Seguro, no estado da Bahia.

Mapa 1. Complexo Baianão em Porto Seguro/BA - recorte espacial da pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

A cidade de Porto Seguro (sede) tem como território turístico toda a porção da Orla Norte que margeia o litoral, a Passarela do Descobrimento, a Cidade Histórica e o Centro da cidade. Já o Complexo Baianão é a parte segregada da cidade com uma profunda relação com o intenso processo de urbanização turística iniciada na década de 1990.

1.3.4 Instrumentos de coleta de dados

Definido o lócus de estudo, em um primeiro momento se fez necessário identificar os movimentos de resistência existentes e atuantes no Complexo Baianão. Desse modo, entre os meses de fevereiro e abril de 2024 foi aplicado um **questionário online via Google Formulários** em comunidades virtuais de redes sociais e grupos de mensagem instantâneas de Porto Seguro no intuito de identificar quais eram os movimentos de resistência do Complexo Baianão, suas formas de atuação e aderência a pesquisa, bem como o interesse e disponibilidade em participar do estudo.

Os movimentos foram escolhidos com base nos seguintes critérios: 1) movimentos, indivíduos, grupos e/ou coletivos atuantes no Complexo Baianão, o recorte espacial dessa pesquisa; 2) movimentos urbanos diversos (negro, LGBT, feminista, ecossocialista, anticapitalista, indígena, quilombola, trabalhista, luta pela terra e direitos) que colaboram para a revolução urbana, conforme a teoria de Lefebvre e Harvey e, 3) desenvolvem ação social, cultural, econômica e política em oposição a segregação socioespacial e as desigualdades em Porto Seguro.

Ao todo foram selecionados 10 movimentos que responderam o questionário e se encaixaram nos critérios propostos, tais como: 1) Ateliê Cultivo de Poesia; 2) Batalha do Complexo; 3) Brasil Chama África; 4) Café dos Pretus; 5) Coletivo Jovem Muká Mukaú; 6) Lambe Lambe Porto Seguro; 7) Levante Popular da Juventude Porto Seguro; 8) Movimento LGBTQIAPN+; 9) Rua Juventude Anticapitalista; e 10) Sarau Odara.

Com a intenção de atender ao primeiro objetivo específico da pesquisa (a. Caracterizar o processo da segregação socioespacial induzido pela urbanização turística em Porto Seguro) recorreu-se a **pesquisa bibliográfica**, por meio de artigos e pesquisas sobre o espaço urbano de Porto Seguro, bem como **pesquisa documental** em dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre segurança, criminalidade, desigualdade e infraestrutura da cidade. Também foi realizada pesquisa documental em arquivos da Prefeitura e Câmara Municipal de Porto Seguro sobre a formação do Complexo Baianão e pesquisa *online* sobre notícias referentes a esses bairros.

Foi feita ainda a **observação não participante *in loco*** nos bairros do Complexo, com anotação em **diário de campo** sobre as percepções sobre o cotidiano e a realidade local, com o **registro fotográfico** de suas singularidades. Observou-se os

aspectos estruturais dos bairros, como ruas, perfil das residências e das condições de habitação, mas também acesso ao lazer, aos serviços públicos e comércio urbano, bem como a interação dos indivíduos com esses espaços e sua relação com a cidade, conforme roteiro em Apêndice A.

Já para alcançar o segundo objetivo específico (b. Revelar de que forma a gestão pública municipal de Porto Seguro contribuiu para a produção da segregação socioespacial e/ou para as ações de mitigação desse processo), foram realizadas **entrevistas semiestruturadas** com os prefeitos e seus representantes que governaram o município desde a década de 1990 até a atual gestão (2024). O recorte temporal para escolha desses gestores se deu com base no período de desenvolvimento do turismo concomitante à formação e crescimento do Complexo Baianão.

Foram entrevistados ao todo 4 prefeitos e representantes: gestor A (governou entre 1997 e 2004); gestor B (governou entre 2005 e 2008 e de 2021 a 2024, com reeleição para o período 2025/2028); gestor C (governou entre 2009 e 2012) e gestor D (governou entre 2013 e 2020), cuja entrevista foi concedida por um representante indicado por esse gestor. As entrevistas dos gestores A, B e C ocorreram na modalidade presencial e a do gestor D por videoconferência, no mês de setembro de 2024. O roteiro de entrevista com os gestores encontra-se no Apêndice B.

Por fim, os movimentos de resistência Ateliê Cultivo de Poesia, Batalha do Complexo, Brasil Chama África, Café dos Pretus, Coletivo Jovem Muká Mukaú, Levante Popular da Juventude Porto Seguro, Movimento Lambe Lambe Porto Seguro, Movimento LGBTQIAPN+ Porto Seguro, Rua Juventude Anticapitalista e Sarau Odara foram entrevistados para atender ao terceiro objetivo específico (c. Analisar a resistência local da periferia por meio dos movimentos populares de revolução urbana e suas estratégias em contraposição a segregação socioespacial em Porto Seguro).

Quadro 2 - Entrevistas Semiestruturadas realizadas na Pesquisa de Campo

Entrevistados	Data da Entrevista	Local da Entrevista
Gestão Pública Municipal		
Prefeito de Porto Seguro nos mandatos 1997- 2000 e 2001-2004	12/09/2024	Condomínio Praia dos Corais (Arraial d’Ajuda)
Prefeito de Porto Seguro nos mandatos 2005-2008 e 2021-2024 e reeleito	27/09/2024	Comitê de Campanha (Avenida dos trabalhadores - Complexo

2025-2028		Baianão)
Prefeito de Porto Seguro no mandato 2009-2012	16/09/2024	Pousada Arraial Bangalô (Arraial d'Ajuda)
Representante do Prefeito de Porto Seguro no mandato 2013-2020	30/09/2024	Videoconferência
Movimentos de Resistência		
Ateliê Cultivo de Poesia	18/09/2024	Hostel Beach (Centro de Porto Seguro)
Batalha do Complexo	17/09/2024	Praça da Família (Complexo Baianão)
Brasil Chama África	10/09/2024	Videoconferência
Café dos Pretos	30/09/2024	Videoconferência
Coletivo Jovem Muká Mukaú	20/09/2024	Centro Histórico de Arraial d'Ajuda
Levante Popular da Juventude Porto Seguro	28/09/2024	Videoconferência
Movimento Lambe Lambe Porto Seguro	20/09/2024	Centro Histórico de Arraial d'Ajuda
Movimento LGBTQIAPN+ Porto Seguro	19/09/2024	Praça da Família (Complexo Baianão)
Rua Juventude Anticapitalista	22/09/2024	Praça da Família (Complexo Baianão)
Sarau Odara	15/09/2024	Praça da Bandeira (Centro de Porto Seguro - Passarela do Descobrimento)

Fonte: Dados da pesquisa (coleta, 2024)

As entrevistas com os representantes dos movimentos aconteceram entre os dias 10 a 30 de setembro de 2024, sendo 7 presenciais e 3 por videoconferência, através do google *meet*. Houve ainda a observação não participante do pesquisador em algumas ações desses movimentos de resistência, que colaboraram para enriquecer as informações coletadas nas entrevistas. O roteiro de entrevista com os movimentos sociais encontra-se no Apêndice C.

Para Corrêa, Oliveira e Oliveira (2021), a entrevista semiestruturada é uma técnica de pesquisa qualitativa, pois o fenômeno é estudado dentro de um contexto em

que os participantes estão inseridos. Os autores compreendem que essa técnica tem por objetivo captar percepções, sentidos, ideias e ações por meio dos processos emocionais oriundos da interação pesquisador/entrevistado, com fins de discutir e comentar temas de interesse da pesquisa.

1.3.5 Método de análise

O método de análise dos dados coletados foi através da análise de conteúdo que para Bardin (1977, p. 9), “é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência” tendo por intenção compreender o que é dito e o que está nas entrelinhas, o que é objetivo mas também subjetivo, uma análise da mensagem. Um método qualitativo que foi aplicado nas técnicas de coleta de dados utilizadas.

Foi utilizado a análise de conteúdo categorial, que possui técnicas mais antigas e é a mais usada entre os pesquisadores. Tem o objetivo de analisar dados provenientes das comunicações, além de ser uma metodologia feita para interpretar conteúdo, reconhecendo a não neutralidade entre pesquisador, objeto e o contexto da pesquisa, ainda assim mantendo sua validade científica por seu rigor metodológico (Cardoso, Oliveira & Ghelli, 2021).

Segundo Cardoso, Oliveira e Ghelli (2021), a análise de conteúdo categorial pode ser feita em material escrito, oral, icônico ou outros código semióticos primários ou secundários e segue as fases conforme demonstrado no quadro 3.

Quadro 3 - Fases da Análise de Conteúdo Categorial

Fase	Orientação
Pré-análise	<i>Escolha dos documentos</i> - Regra da exaustividade: considerar todos os elementos obtidos sem deixar nada de fora; Regra da representatividade: rigor na representação do universo inicial; Regra da homogeneidade: documentos devem obedecer critérios de escolha estabelecidos; Regra da pertinência: os documentos devem corresponder ao objetivo da pesquisa
	Formulação de objetivos da análise
	Elaboração de indicadores a serem pontuados nos documentos
	Preparação do material, transcrição.

Análise do material	Escolher as unidades de registro: palavra, tema, personagem (é a unidade de significado, contagem e repetições) a codificação
	Categorizar, classificar as partes em comum em grupos
	Separar o que não condiz com o objetivo da pesquisa
Tratamento e interpretação	Descrição e produção de um texto base para cada categoria estabelecida
	Significação da categoria e interpretação do discurso e suas entrelinhas
	Confrontação entre teorias utilizadas, objetivos e achados

Fonte: adaptado de Bardin (1977) e Cardoso, Oliveira e Ghelli (2021).

Como citado anteriormente, a análise de conteúdo categorial foi utilizada para interpretar os dados coletados por meio das técnicas citadas (observação não participante; entrevista semiestruturada e pesquisa documental) respeitando as fases metodológicas expostas no quadro 3.

1.4 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

O trabalho está estruturado em seis seções. A primeira seção, a introdução, contempla a problematização, os objetivos (geral e específicos) e a metodologia da pesquisa.

A seção 2 faz uma contextualização histórica da formação de Porto Seguro, percorrendo brevemente do período da colonização portuguesa às modificações socioespaciais geradas pelo turismo na cidade. Apresenta ainda o processo de urbanização turística que deu início a segregação socioespacial e a formação dos bairros periféricos, tal como o Complexo Baianão.

A seção 3 reflete teoricamente sobre a lógica capitalista da urbanização turística e os processos socioespaciais decorrentes, tais como a gentrificação e a segregação socioespacial.

Já a seção 4 aborda a resistência por meio da revolução urbana periférica, com autores que analisam a periferia segregada para além das questões econômicas e distâncias físicas, consideram principalmente os elementos simbólicos, culturais, raciais e sociais como fatores para segregação no âmbito social. Na seção 4 também são exemplificados alguns movimentos de resistência no turismo opostos à segregação

socioespacial, à invasão do capital, aos apagamentos culturais e ao preconceito racial, induzidos pelos grupos hegemônicos que ordenam a atividade.

A seção 5 apresenta, discute e analisa as informações coletadas em campo sobre, primeiro, a percepção e ação do poder público que contribuiu para a segregação socioespacial e a formação do Complexo Baianão, e, mais importante, sobre os movimentos de resistência da periferia do Complexo Baianão à segregação socioespacial induzida pela urbanização turística, a partir das categorias de análise: cidadão revolucionário insurgente; valorização da cultura e identidade periférica; ocupação e uso popular dos espaços urbanos e; ocupação popular política.

Por fim, a seção 6 traz as considerações finais em uma perspectiva crítica e disruptiva sobre a temática apresentada.

2 O PROCESSO DE TURISTIFICAÇÃO DE PORTO SEGURO/BA

A cidade de Porto Seguro, localizada no extremo sul do estado da Bahia, na região conhecida como Costa do Descobrimento, possui uma população estimada em 181.007 mil habitantes (IBGE, 2024), configurando-se como a maior cidade da região em população e uma das maiores em extensão territorial (2.285,734 Km²). Seu território é banhado por 15 microbacias hidrográficas (Embrapa, 2003), bem como possui 70 quilômetros de praias que atraem milhares de turistas anualmente (Prefeitura Municipal de Porto Seguro, 2024).

Porto Seguro possui 2 parques nacionais em seu território, o Parque Nacional do Pau Brasil e o Parque Nacional do Monte Pascoal, além das Áreas de Preservação Ambiental (APA) Caraíva/Trancoso e Coroa Vermelha em divisa com o município de Santa Cruz Cabrália. Detém ainda diversas aldeias indígenas da etnia Pataxó e é tombada em quase toda sua totalidade pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) devido a suas características históricas que remetem a chegada dos portugueses em 1500 no Brasil (Ferreira, Araujo & Barbosa, 2024).

A divisão territorial do município é composta por Porto Seguro (sede) que abriga a maior porcentagem da população, cerca de 100 mil pessoas, além dos distritos de Vale Verde, Arraial d'Ajuda, Trancoso e Caraíva. Vale Verde é o único que não é explorado pela atividade turística enquanto destino (Prefeitura Municipal de Porto Seguro, 2024).

A economia da cidade gira em torno do turismo, cerca de 70% do PIB municipal é oriundo da atividade turística (Governo da Bahia, 2024). A chegada de turistas entre dezembro de 2023 e janeiro de 2024 foi de aproximadamente 377 mil pessoas (mais que o dobro da população local). Fatos que fazem da cidade um dos principais destinos turísticos nacionais (Ferreira, Araújo & Barbosa, 2024; Prefeitura Municipal de Porto Seguro, 2024).

A seguir, uma contextualização histórica da formação de Porto Seguro, para adentrarmos posteriormente no processo de turistificação e na consequente segregação socioespacial produzida pela urbanização turística.

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A trajetória histórica de Porto Seguro foi marcada pela chegada dos portugueses no ano de 1500, nacionalmente reconhecida por esse fato (Cancela, 2012; Santos, 2015). Os colonizadores quando chegaram à região, embora soubessem do potencial da localidade, não possuíam a noção de quais produtos eram importantes, com possibilidade de comércio na Europa, com isso juntaram-se à população indígena, proporcionaram o escambo e criaram certa proximidade, na intenção de entender o que havia de valor na terra (Santos, 2015).

Segundo Cancela (2012), inicialmente, não apenas o Pau-Brasil passou a ser extraído, mas produtos alimentícios diversos, animais e até mesmo os indígenas foram levados como escravos ou como artigo exótico.

A partir de 1540, com novas técnicas de tingimento sem a utilização do Pau Brasil e a redução das espécimes da árvore, fez com que a Coroa Portuguesa explorasse as terras para novas produções, como a cana-de-açúcar com a construção de engenhos e a exploração de mão de obra oriunda do continente africano. Até esse momento existia certa tolerância entre indígenas e portugueses, proporcionada principalmente pelo escambo entre as partes (Cancela, 2012; Santos, 2015).

A nova atividade econômica demandava mão de obra para plantio, colheita e trabalho nos engenhos, o que modificou a relação entre portugueses e indígenas, pois estes passaram a ser caçados e obrigados a trabalhar junto a população negra escravizada, bem como culturalmente muitos costumes foram desrespeitados, a exemplo dos homens indígenas que não plantavam e nem colhiam, sendo obrigados a realizar tal atividade. Desse modo, ocorreu uma série de novos conflitos e fugas para outras localidades sem o domínio português (Cancela, 2012; Santos, 2015).

Assim, o processo de exploração pacífica cedeu lugar à exploração forçada e ao amansamento dos indígenas, momento em que são enviados os Jesuítas para a colônia (Arantes, 2000). As missões jesuíticas iniciaram no Brasil e na Bahia a partir de 1549, sob forte apoio do então Governador Geral, Tomé de Souza, e sucessores, como Mem de Sá, consolidando-se primeiramente nos arredores de Salvador e movimentando-se para o litoral, nas capitanias de Ilhéus e Porto Seguro (Santos, 2007).

Os missionários que chegavam ao país, se dividiam entre as capitanias, com intuito de evangelizar a população indígena. A princípio havia resistências em ensinar

os preceitos cristãos, pois a população nativa tinha como costumes as guerras entre as tribos, a não utilização de vestimentas e a prática da antropofagia (Santos, 2007). Esse cenário foi modificado com a estratégia de Padre Manuel da Nóbrega, que propôs a redução da população em aldeamentos, concentrando os indígenas em determinados espaços, onde conceitos e morais cristãs foram gradativamente inseridos, transformando forçosamente o modo de vida existente (Santos, 2007).

Santos (2007) infere que os aldeamentos jesuítas tinham como missão a mansidão dos povos nativos, no intuito de explorar economicamente suas terras e a mão de obra, para a geração de riqueza para coroa portuguesa, como também torná-los aliados em possíveis guerras. Rego (2016) pontua que os indígenas dos aldeamentos de Porto Seguro eram convocados para conquistarem junto com os jesuítas novos territórios ao sul, criando outros pequenos aldeamentos, ou trazendo os povos capturados para os aldeamentos já existentes.

Alguns indígenas não se adequaram ao novo modelo delegado pelos jesuítas, ou mesmo ao regime de trabalho submetido, havendo baixas demográficas das tribos devido às mortes. Os jesuítas trouxeram do interior outros povos provenientes de diferentes tribos, gerando uma mistura de etnias indígenas e quilombolas e, posteriormente, a criação de outras (Santos, 2007).

A etnia indígena Pataxó, que existia como povo nômade, atualmente predominante em Porto Seguro, pode ser considerada uma fusão de diversas etnias que foram trazidas e aldeadas na região, como os Botocudos, Maxacalis, Camacãs e os próprios nômades Pataxós (Castro, 2008).

Algumas modificações nessa estrutura ocorreram mais de um século depois, a partir de 1750, quando os aldeamentos foram elevados à categoria de vila. Os jesuítas perderam o domínio da administração, pela desconfiança dos colonos em suas ações. Contudo, boa parte das tradições, rituais e costumes da comunidade indígena já tinha cedido lugar aos aprendizados da catequização (Santos, 2007).

Desde então, a história de Porto Seguro, indissociável da trajetória dos povos indígenas e quilombolas locais, foi marcada por lutas pelo uso da terra, demarcações e, mais recentemente, pela perda de espaço devido ao crescimento do turismo (Rego, 2016).

Segundo Arantes (2000), a economia de Porto Seguro se deu pelo extrativismo durante o Brasil Colonial. No entanto, logo após a independência do país, a região permaneceu um grande período esquecida da economia capitalista, vivendo da pesca

e da agricultura familiar, populações indígenas e quilombolas miscigenadas, com pouca conexão com outros locais através de pequenos portos.

A figura 1 mostra a vista aérea parcial de Porto Seguro, em 1957, anterior à chegada do turismo. Observa-se algumas casas na área conhecida como Cidade Histórica, também haviam casas em meio a Mata Atlântica que não são visíveis devido a densidade da vegetação, essas abrigavam os indígenas, quilombolas e pescadores que habitavam a localidade próximo ao rio e mar (Prefeitura Municipal de Porto Seguro, 2024).

Figura 1 - Vista aérea da Cidade Alta de Porto Seguro (1957)



Fonte: Arquivo Prefeitura Municipal de Porto Seguro

O pequeno núcleo urbano à época (situado onde hoje é conhecido como Passarela do Descobrimento) era onde morava a maior parte das pessoas, chamadas ainda hoje de nativos (figura 2). Viviam nessa área devido a proximidade com o Rio Buranhém, conhecido como Rio do Peixe, bem como pela proximidade com o mar, já que a pesca era a principal atividade de subsistência junto com a agricultura (Pereira,

2017; Oliveira, 2022). Nesse período, quase não havia a circulação de veículos, a infraestrutura urbana era rarefeita, um território de aspecto rural e um modo de vida comunitário.

Figura 2 - Centro de Porto Seguro - proximidades da Passarela do Descobrimento (1972)



Fonte: Arquivo Prefeitura Municipal de Porto Seguro

Por volta de 1973, com o término do asfaltamento da BR-101, Porto Seguro se tornou mais acessível à pessoas oriundas de outras regiões do país, especialmente do Sudeste, dando início a migração e aos primeiros investimentos locais, com novas habitações e alguns empreendimentos simples de hippies que chegavam a região (Araújo, Pellegrino & Bernardes, 2005).

Mas o crescimento acentuado de Porto Seguro só ocorreu a partir da década de 1990, principalmente pela proximidade da chegada do V Centenário do Descobrimento do Brasil, no ano de 2000 (Araújo, Pellegrino & Bernardes, 2005).

A Superintendência de Fomento ao Turismo do Estado da Bahia (Bahiatursa), em meados de 1992, no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE), iniciou um projeto de reestruturação do litoral baiano, transformando regiões, que tinham como base econômica a agricultura de

subsistência, em grandes centros de turismo nacional e internacional, sendo considerado como regiões prioritárias do estado, a Costa dos Coqueiros e a Costa do Descobrimento, onde localiza-se Porto Seguro (Arantes, 2000).

Dentre os investimentos feitos em Porto Seguro, na década de 1990, estão: a criação do sistema de abastecimento de água e coleta de esgoto nas áreas turísticas; ampliação e pavimentação de vias urbanas e das vias de acesso aos distritos, como a BA-001 que fornece acesso a Trancoso; ampliação do aeroporto e estação rodoviária; incentivos e flexibilizações fiscais para criação de complexos de lazer, resorts e hotéis; revitalização de atrativos históricos culturais da cidade sede e distritos (Carvalho, 2008; Paiva, 2010).

Conforme Araújo, Pellegrino e Bernardes (2005), nesse período, junto às políticas de infraestrutura, houve diversos esforços de marketing, relacionado ao turismo para promoção local, simultâneo à queda do setor cacauero na região de Ilhéus e Belmonte. O incentivo para o empreendedorismo de capital externo na cidade gerou a chegada em massa de pessoas em busca de emprego (migrantes) e de lazer (turistas).

Assim, ocorreu o processo de turistificação de Porto Seguro, que no período colonial foi intensamente explorada e, posteriormente, sua população permaneceu grande período em atividades de subsistência. Devido às suas características culturais e naturais, e com as políticas infraestruturais, Porto Seguro passou a ser alvo do interesse do sistema capitalista para produção e acumulação do capital (Ferreira, Araújo & Barbosa).

O slogan dos folhetos sobre Porto Seguro era “A oportunidade de investir na terra dos bons negócios” (Arantes, 2000, p. 5); um incentivo a vinda de empreendimentos, que seriam implantados sobre uma extensa faixa de vegetação próxima ao mar, reservas e terras indígenas e sobre moradias locais (Arantes, 2000).

À medida que os empreendimentos foram criados, uma grande quantidade de turistas começou a visitar a cidade, muitos fixaram moradia e começaram a empreender. Ao mesmo tempo, a população se deslocou para as periferias que surgiram devido à pressão imobiliária sobre os moradores locais. De outro lado, a busca por emprego rápido com o turismo fez surgir migrantes das antigas cidades produtoras de cacau, atingidas pela praga da vassoura de bruxa, que também instalaram-se nos recém criados bairros periféricos e desestruturados, colaborando

para inflar a população de uma cidade que se transformou por meio da atividade turística (Carvalho, 2008).

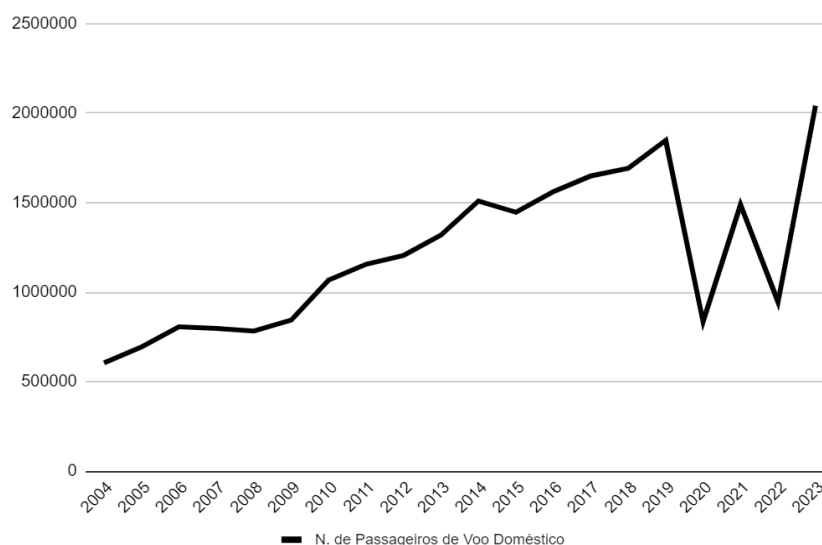
Com a intensificação da urbanização turística inicia-se o processo de segregação socioespacial em Porto Seguro, momento em que o capital das empresas privadas aliado ao Estado passa a controlar o ordenamento do território, sob o discurso de que os postos de trabalho poderiam gerar renda e desenvolvimento local. Mas a desigualdade social se escancara e trouxe consigo graves problemas urbanos (Harvey, 1989; Oliveira, 2022; Ferreira, Araújo & Barbosa, 2024).

2.2 O TURISMO E A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM PORTO SEGURO NA CONTEMPORANEIDADE

Porto Seguro reúne uma série de condições que contribui para a sua consolidação enquanto destino turístico nacional: está situado em área litorânea, valorizado enquanto espaço de lazer; é próximo da região mais populosa e rica do país (Sudeste); tem acesso rodoviário e aéreo; atraiu investimentos em hospedagem e a atenção de grandes operadoras turísticas (Oliveira, 2022).

O gráfico 1 indica o crescimento do turismo em Porto Seguro, com o aumento dos passageiros de voos domésticos a partir do ano de 2004.

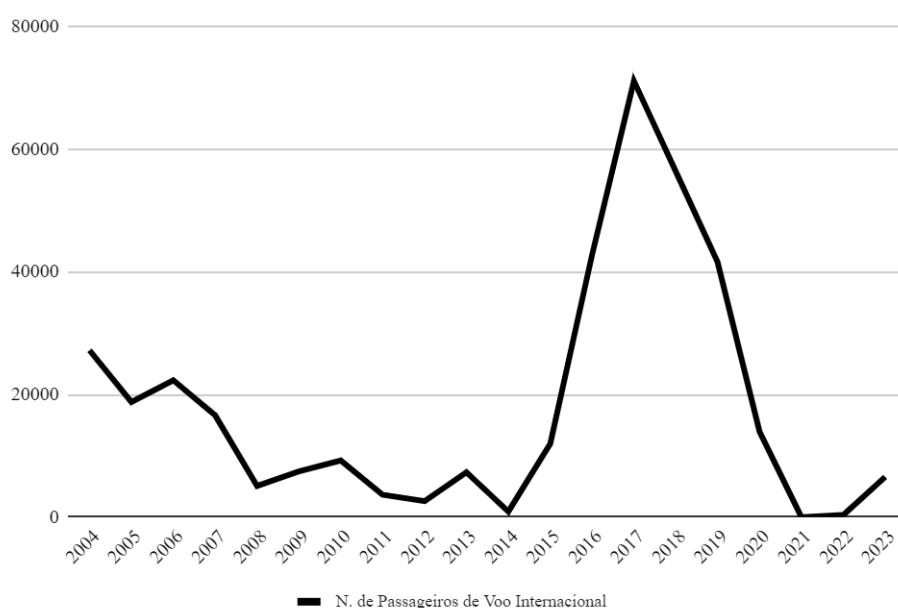
Gráfico 1 - Número de Passageiros de Voos Domésticos no Aeroporto de Porto Seguro (2004-2023)



Nota: Inclui embarque e desembarque.
Fonte: Elaborado com base em ANAC (2024)

Os dados da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC, 2024) comprovam o aumento da circulação de passageiros no Aeroporto Internacional de Porto Seguro, com total de 604.513 mil embarques e desembarques domésticos em 2004. Número que se elevou ao longo dos anos, alcançando a marca de 1.649.480 embarques e desembarques no ano de 2018. Declive entre 2019 e 2022 devido ao período pandêmico, retomada e ápice em 2023 com um número de embarques e desembarques de 2.041.617 passageiros. Dados que comprovam a transformação da cidade majoritariamente em um polo de turismo nacional ao longo dos anos, mas também internacional com circulação de passageiros provenientes de embarques e desembarques estrangeiros, como demonstra o gráfico 2.

Gráfico 2 - Número de Passageiros de Voos Internacionais no Aeroporto de Porto Seguro (2004-2023)



Nota: Inclui embarque e desembarque.
Fonte: Elaborado com base em ANAC (2024)

Os dados demonstram que em 2004 o número de embarques e desembarques internacionais em Porto Seguro era de 27.215 passageiros. Houve estagnação e queda nos anos consecutivos e o ápice em 2017, com 71.113 passageiros. Queda no período pandêmico e retorno gradativo em 2023 com 6.555 embarques e desembarques (ANAC, 2024).

Atualmente, a cidade possui aproximadamente 500 meios de hospedagem, ofertando mais de 40 mil leitos, de modo que só no mês de abril de 2024 recebeu 145 mil turistas advindos pela via aérea de voos nacionais e internacionais (Pereira, 2017; Governo da Bahia, 2024).

Com o advento do turismo em Porto Seguro, entre 1990 e 2000 a população urbana ultrapassa a rural e a cidade passa a ser dividida em rota turística, composta pela Cidade Baixa, Orla Norte e Cidade Histórica e rota não turística, na parte alta, onde reside a maior parcela da população no Complexo Baiano (Oliveira, 2022).

O turismo fez com que bairros fossem realocados em regiões periféricas, com intuito de embelezamento da paisagem, bem como o assédio do mercado imobiliário incitou os moradores a venderem suas casas em áreas de interesse turístico, de modo que casas com função antes habitacional passaram a ter função comercial e bairros foram inteiros ou parcialmente gentrificados. O turismo trouxe infraestrutura urbana em pontos específicos e de interesse do mercado e fragmentou a cidade, levando pessoas de baixo poder aquisitivo a ocupar espaços distantes e sem o alcance de serviços e infraestrutura urbana adequados (Oliveira, 2022).

A figura 3 é uma foto da Passarela do Descobrimento, até pouco tempo conhecida como Passarela do Álcool, devido às barracas de bebidas destinadas aos turistas. A Passarela, que antes abrigava os moradores locais, cedeu lugar aos empreendimentos turísticos, pousadas, restaurantes, bares, lanchonetes e artigos de *souvenirs* administrados por empreendedores externos à cidade, oriundos de outros estados, ou outros países, no intuito de atrair e atender a demanda turística (Ferreira, Araújo & Barbosa, 2024).

Figura 3 - Réveillon de Porto Seguro na Passarela do Descobrimento (2024)



Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Seguro (2024)

Essa área da cidade é um dos cartões postais de Porto Seguro, utilizada para a realização de grandes festas como o réveillon, o São João Elétrico e o Carnaval, nestas últimas duas festas circulam trios elétricos pelas ruas, levando milhares de pessoas. A Passarela do Descobrimento (figura 4) recebe uma gama de investimentos estruturais, pavimentação das ruas, iluminação, sinalização e segurança, fornecidos pela gestão municipal em função do uso turístico dessa porção do território da cidade. Os moradores de Porto Seguro frequentam a Passarela e seus arredores, em sua maioria, a trabalho ou para utilizar algum serviço ou ir ao comércio, como banco, supermercado ou farmácia.

Figura 4 - Passarela do Descobrimento (2024)



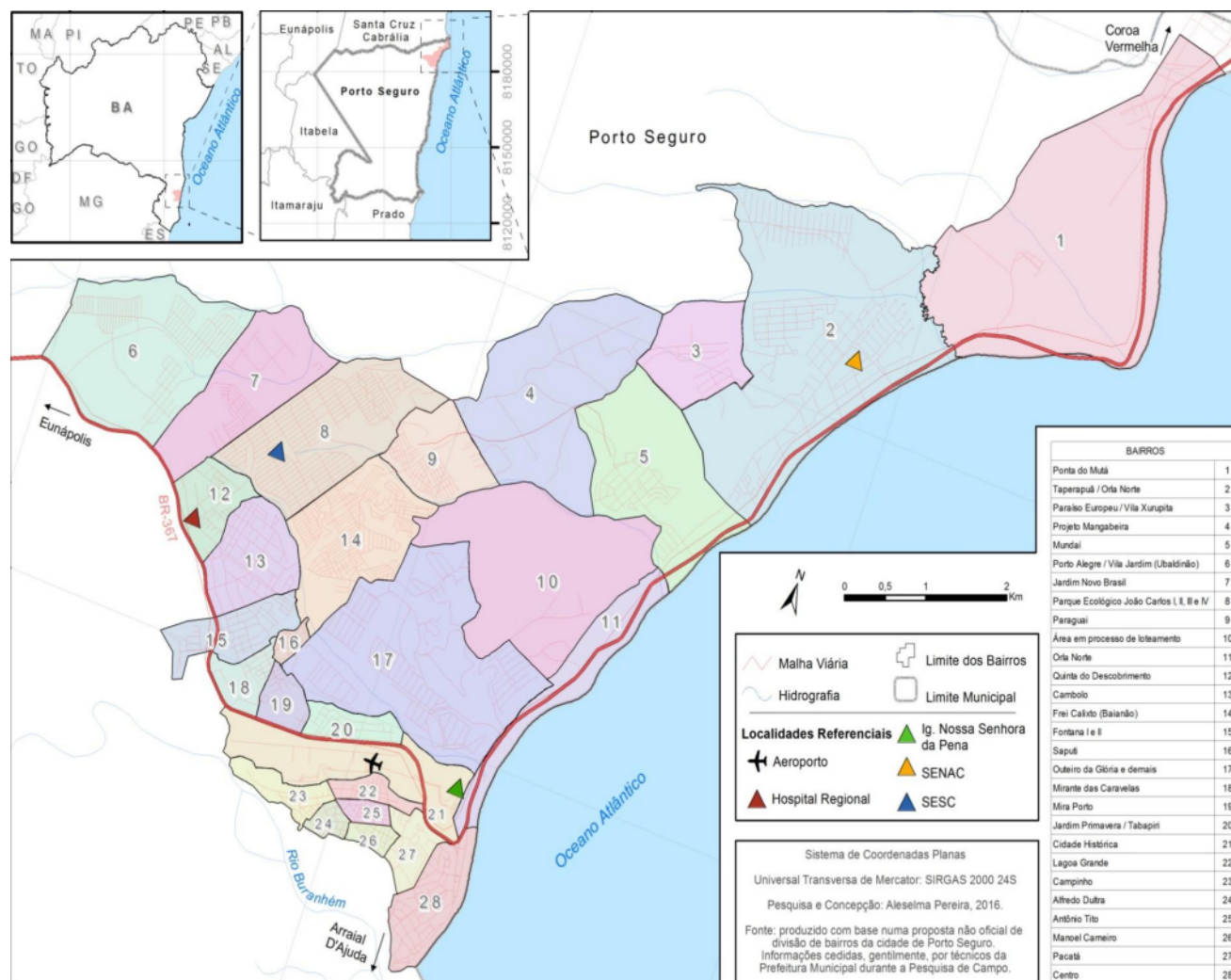
Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Seguro (2024).

Os estudos de Carvalho e Santos (2022) demonstram uma diversidade de empreendimentos turísticos na Orla Norte e na Passarela do Descobrimento, e apontam o afastamento da população das centralidades turísticas em direção às periferias, longe das zonas costeiras e também dos principais atrativos da cidade. A exploração do turismo, com a promessa de desenvolvimento à cidade, gera, em sua maioria, empregos precários, informais e temporários, acumula riquezas para o capital externo e domina as relações econômicas, culturais, sociais e ambientais locais, produzindo e reproduzindo as desigualdades e a segregação socioespacial (Carvalho & Santos, 2022; Oliveira, 2022).

A figura 5 indica a divisão territorial do município, os bairros indicados pelos números 1 (Ponta do Mutá), 2 (Taperapuã/Orla Norte), 5 (Mundaí), 11 (Orla Norte), 21 (Cidade Histórica e aeroporto) e 28 (Centro) são os espaços turistificados, em constante manutenção, dotados de embelezamento paisagístico e dominados pelo capital de investimento externo e ações do poder público nas esferas municipal, estadual e federal. Já os bairros 6 (Vila Jardim/ Vila Parracho/Vila Valdete/Vila Vitória),

7 (Casas Novas ou Jardim Novo Brasil), 8 (Parque Ecológico/Mercado do Povo), 9 (Paraguai), 14 (Frei Calixto), que formam o Complexo Baianão, e 23 (Campinho) são os bairros segregados, da população de baixa renda, com ausência de ações de política de desenvolvimento urbano, refletindo a desigualdade urbana (Oliveira, 2022; Carvalho & Santos, 2022; Pereira, 2017).

Figura 5 - Divisão territorial do município de Porto Seguro (sede)



Fonte: Pereira (2017).

O turismo colabora para o incentivo do mercado imobiliário na criação de condomínios fechados direcionados para pessoas de classe média, com vista privilegiada para o mar e áreas de vegetação, mas forma também bairros periféricos, que não param de se proliferar, inseguros e com alto índice de criminalidade, invisíveis aos olhos do turista (Pereira, 2017).

Nesses bairros periféricos estão abrigados os indígenas e descendentes, os pescadores, quilombolas, os trabalhadores do turismo que outrora tinham o domínio territorial e perderam suas terras pela apropriação do espaço de uma cidade-mercadoria, uma cidade que se tornou produto turístico (Pereira, 2017).

O Complexo Baianão, formado a partir da década de 1990, é um dos maiores de Porto Seguro, engloba vários bairros periféricos, totalizando cerca de 60 mil habitantes (Prefeitura de Porto Seguro, 2024). Como se pode observar na primeira imagem da figura 6, conforme estudos de Oliveira (2022), em 1986, o Complexo Baianão praticamente não existia, mas na segunda imagem, em 1996, nota-se um núcleo urbano periférico expressivo, que cresceu significativamente ao passar das décadas.

Figura 6 - Evolução da extensão urbana de Porto Seguro (1986-2017)



Fonte: Oliveira (2022).

Essa grande área vai apresentar uma série de precariedades urbanas, tais como se observa na figura 7, do Bairro Paraguai, local conhecido como Boqueirão, no Complexo Baianão, com casas em local acidentado, conglomeradas entre si, sem calçamento e asfaltamento e presença mínima de coleta de lixo, com índice elevado de criminalidade, sendo a área mais próxima de serviços públicos e privados disponíveis na parte Central do Complexo.

Figura 7 - Região do Boqueirão (Complexo Baianão, 2024)



Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Seguro (2024)

O crescimento do Complexo Baianão também foi impulsionado pela construção de 1.500 casas, entre os anos de 2014 a 2016, o Conjunto Habitacional Vila Parracho (figura 8). Segundo Pereira (2017) e Prefeitura Municipal de Porto Seguro (2024), o conjunto foi criado com intuito de abrigar pessoas que habitavam em outros bairros do Baianão em situação de vulnerabilidade. Foi lançado pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, do governo federal, em um terreno distante das áreas comercial e turística.

Figura 8 - Conjunto Habitacional Vila Parracho no Complexo Baianão (2024)



Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Seguro (2024).

A Vila Parracho, conforme Pereira (2017) e Oliveira (2022), tem altos índices de criminalidade, é dominado por facções criminosas, apresenta problemas referentes ao transporte público, com poucas opções de ônibus, e é habitada principalmente pela população que trabalha nos hotéis da Orla Norte da cidade.

Em Porto Seguro, portanto, há espaços consumidos e produzidos pelo e para o turismo, seguros e dotados de políticas públicas urbanas e outros, como o Complexo Baianão, que vivem em uma dinâmica oposta, com ausência da ação do poder público, dominados por facções e alta taxa de homicídios, principalmente entre jovens negros, colocando a cidade na lista das principais em homicídios no estado da Bahia (Pereira, 2017).

Porto Seguro, como aponta Pereira (2017), possui na sua urbe relações sociais mediadas pela troca monetária articulada pelo turismo, festas em barracas e complexos de lazer, hospitalidade nos meios de hospedagem e de alimentos e bebidas, mas também mediadas pelas lutas pelo direito à cidade, pelos movimentos sociais da periferia, movimentos de pessoas sem terra, movimentos culturais, movimentos indígenas que de algum modo buscam o acesso aos direitos, ao urbano e a uma vida digna.

A turistificação de bairros centrais e litorâneos de Porto Seguro, aliado a gentrificação e aburguesamento culminou na segregação da população local e aprofundamento das desigualdades sociais na cidade. Tal realidade favorece o

surgimento de movimentos insurgentes de uma possível revolução urbana (Harvey, 2014; Pereira, 2017; Oliveira, 2022).

Algumas notícias demonstram as iniciativas de movimentos em busca da revolução na cidade. O repórter Marcos Vita, ainda no ano 2000, relatou as manifestações, fechamentos de rodovias e barricadas em protestos à cerimônia de comemoração de 500 anos do Brasil, fortemente reprimidas pela ação policial¹ (figura 9). Indígenas, movimento negro e representantes sindicais não estavam a favor da representação da imagem enquanto destino turístico que rememorava os fatos de invasão e colonização, o protesto ainda era contra as desigualdades e a falta de autonomia da população (Vita, 2000).

Figura 9 - Policiais detêm manifestante durante protestos contra a comemoração dos 500 anos do Descobrimento (2000)



Fonte: Vita (2000)

Em setembro de 2023, um protesto de moradores do Complexo Baianão reivindicava segurança pública e redução das mortes e dos conflitos policiais que ocorrem corriqueiramente no conjunto de bairros (G1 Bahia, 2023).

Dessa forma, Porto Seguro apresenta um desenvolvimento urbano desigual, bom para os especuladores hegemônicos e prejudicial para os moradores e para o próprio território. Por outro lado, grupos sociais se movimentam em busca de uma

¹ No protesto 141 pessoas foram detidas. Segundo manifestantes, 30 pessoas ficaram levemente feridas e havia o relato do desaparecimento de um integrante do movimento negro. (Vita, 2000)

revolução (Pereira, 2017; Oliveira, 2022). Nesse contexto, a pesquisa se debruça sobre os movimentos sociais, para observar de que forma são criados os mecanismos de resistência e de luta contra a segregação no uso e na vivência de sua própria cidade, que a expansão da atividade turística lhes impôs.

A próxima seção apresenta reflexões teóricas sobre urbanização turística, turistificação, gentrificação e segregação socioespacial, com objetivo de compreender esse fenômeno nas cidades.

3 URBANIZAÇÃO TURÍSTICA E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

Parte das cidades brasileiras cresceu a partir de locais que historicamente foram valorizados por invasores e colonizadores pela sua localização geográfica propícia para a segurança frente a possíveis ataques ou de fácil deslocamento por via marítima para a retirada de recursos. Essas áreas se tornaram o centro das cidades, de onde ramificou-se o tecido urbano (Sposito, 1988; Silva et al., 2014).

Posteriormente, a revolução industrial, no século XIX, e o modelo de desenvolvimento fordista adotado, a partir do século XX, impulsionaram o crescimento urbano, inclusive nos países periféricos da economia global. Nas cidades, formaram-se bairros destinados à produção fabril e moradia de trabalhadores, com prédios e cortiços próximos às fábricas, bem como próximos a linhas de trem e áreas portuárias para escoação da produção (Sposito, 1988; Silva et al., 2014).

Mas o desenvolvimento é geograficamente desigual (Harvey, 2014) derivado da divisão territorial do trabalho (na escala interurbana, intra regional, inter regional, nacional e internacional), em que os espaços passam a interessar a reprodução do capital de forma seletiva, em diferentes momentos e ritmos.

Na metade do século XX deu-se início a desvalorização dos espaços fabris. Fatores como crises econômicas, mobilizados pelo efeito pós Segunda Guerra Mundial e o início do crescimento do setor terciário favoreceram a desvalorização dessas áreas (Fratucci, 2014; Deutsch & Fratucci, 2023).

Até esse período, o processo de urbanização estava vinculado, sobretudo, ao crescimento industrial. Em algumas cidades, porém, devido ao desenvolvimento geográfico desigual, a industrialização não chegou a ser um vetor de urbanização. Algumas localidades tiveram a sua urbanização mais tardia vinculada ao setor terciário, como é o caso da urbanização turística de Porto Seguro.

Conforme Mullins (1991; 1999), a urbanização turística é a urbanização influenciada pelos interesses ligados ao consumo do lazer, da pós-modernidade, ou pós-fordismo, diferenciando-se dos processos de urbanização relacionados à produção industrial.

A urbanização turística é uma forma de inserir os lugares na economia global, ao se tornarem produtos de consumo e canal de absorção de capital excedente (Harvey, 2014).

No caso brasileiro, a urbanização turística se apresenta de forma intensa nas zonas de praia. Ao final do século XX, além das práticas de vilegiatura marítima modernas assumidas pelas elites e copiadas pelos estratos sociais inferiores, soma-se o advento do turismo litorâneo associado ao mercado de imóveis. (Fonseca et al., 2022, p. 3)

Cabe destacar que o Estado assume um papel relevante na urbanização turística, em especial nos países periféricos, buscando atrair o capital privado e acomodar os interesses deste com o menor risco possível.

Para Knafo (1996), a turistificação é um processo que passa pela apropriação do espaço geográfico, transformando-o, historicamente e socialmente, em território turístico, por meio da ação de turistas, do mercado e de planejadores/promotores do território (Estado). No caso de Porto Seguro, observa-se que o papel do Estado foi primordial para impulsionar a turistificação de parte do território da cidade, ao promover a urbanização turística atrelada aos interesses do mercado.

Para Deutsch e Fratucci (2023), a turistificação é uma possibilidade para a revitalização de áreas urbanas "esquecidas" ou "abandonadas" com caráter cênico atrativo. Para os autores, a turistificação tende a ser uma realidade mundial nos centros urbanos e em cidades menores, principalmente após a pandemia de covid-19 que tornou ainda mais obsoleto áreas comerciais e centrais que já sofrem com o desuso e o esvaziamento. No entanto, ressaltam que quando essas mesmas áreas tornam-se turísticas geram outros problemas para o tecido urbano social cidadão.

O excesso de turistas pode produzir um grande quantitativo de lixo, aumento da circulação de automóveis e modificação dos modos de vida local. A chegada de empresas do trade turístico, como hotéis, restaurantes e agências podem modificar significativamente a paisagem, os significados e os sentidos locais, bem como aumentar o valor dos serviços existentes no território, favorecendo a especulação imobiliária, a gentrificação e a segregação socioespacial (Deutsch & Fratucci, 2023).

Nesse sentido, Schiavi e Silveira (2022) compreendem a cidade atual, incluindo os territórios turistificados, como cidades-mercadoria e os indivíduos enquanto consumidores. Para os autores, no espaço urbano manifesta-se a política neoliberal com especulação imobiliária, financeirização e despossessão, sustentados pela centralização da propriedade privada, que estimula a competitividade e o individualismo, provoca o não acesso da população de baixa renda a moradia digna em

territórios valorizados e dificulta o acesso à serviços como saúde, educação, transporte e lazer, o que influencia diretamente na manutenção da desigualdade social.

Geralmente, a urbanização turística em cidades pequenas, de economia de subsistência, em pequenas vilas e distritos, transforma o padrão sociocultural, ambiental e econômico com o advento da atividade turística, com a promessa de desenvolvimento socioeconômico (Ferreira, Araujo & Barbosa, 2024). Alguns estudos analisam o processo de turistificação de cidades brasileiras de pequeno porte (quadro 4).

Quadro 4 - Estudos recentes sobre a turistificação em cidades de pequeno porte (2019-2024)

Título	Autor/ano	Conteúdo
Turismo e sustentabilidade em comunidades costeiras: reflexões sobre mudanças socioambientais em Jericoacoara (CE) e Barreirinhas (MA).	Pinho; Dantas & Santos (2019)	Verifica como o processo de turistificação causou a especulação imobiliária gerando impactos socioambientais com a mudança dos indivíduos locais para áreas de proteção ambiental em Jericoacoara no Ceará e em Barreirinhas, Maranhão.
Análise do processo de turistificação de Fernando de Noronha (PE) entre os anos de 1960-2016	Cordeiro; Korossy & Tórres (2019)	Analisa o processo de turistificação em Fernando de Noronha como desarticulação e migração do tecido social local.
Produção dos espaços turísticos no Ceará	Castro & Pereira (2019)	Verifica como a turistificação ocasionou o aumento dos fluxos e fixos no na Costa do Sol Poente no estado do Ceará.
O olhar do residente de Paraty sobre os impactos do turismo.	Trentin & Silva (2020)	Investiga os pontos positivos e negativos sob olhar do residente em relação ao processo de turistificação na cidade de Paraty, Rio de Janeiro.
Turistificação e patrimonialização: experienciando o Centro Histórico de Pirenópolis, Goiás.	Avelino Filho & Brito (2020)	Analisa a transformação do espaço pelo Turismo diante de uma apropriação mercadológica do patrimônio histórico de Pirenópolis em Goiás.
O “Vale do Turismo”: o processo de turistificação no município de Olímpia - SP.	Zaccarelli & Souza (2021)	Analisa as transformações ocorridas pela turistificação no município de Olímpia em São Paulo.
A produção do espaço pelo turismo no litoral de Pernambuco.	Araújo & Santos (2022)	Apresenta os índices de produção do espaço com base na turistificação em Ipojuca, Tamandaré e Ilha de Itamaracá em Pernambuco.

Ouro Preto, Materialidades e espacialidades de sua paisagem.	Guimarães e Alves (2022)	Compreende como a materialidade da paisagem histórica de Ouro Preto em Minas Gerais se dá pelo urbanismo neoliberal constituído pela turistificação.
Turismo e segregação socioespacial: o caso de Porto Seguro - Bahia	Oliveira (2022)	Demonstra como a turistificação modificou a paisagem e gerou periferias na cidade de Porto Seguro, Bahia.
Dinâmicas do festejo mãe do salvador em Magalhães de Almeida - MA diante do contexto pandêmico.	Colasante & Silva (2023)	Analisa o processo de turistificação de espaços religiosos modificados para recepção de turistas em uma cidade do Maranhão.
Turistificação, Centralidade e configuração espacial.	Almeida & Medeiros (2023)	Analisa as múltiplas centralidades de Itapema-Porto Belo em Santa Catarina e como a turistificação em partes da cidade pode interferir no seu sistema como um todo.
Turismo e segregação socioespacial: uma análise no destino turístico Trancoso (Porto Seguro/BA).	Ferreira, Araújo & Barbosa (2024)	Apontam o fenômeno em Trancoso, na Bahia, que transformou um antigo aldeamento jesuíta e vila de pescadores em um centro internacional de turismo.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Entre os estudos recentes encontrados, Oliveira (2022) aborda a cidade de Porto Seguro no que tange a segregação socioespacial e as modificações geradas no território a partir da turistificação.

A turistificação em cidades de pequeno porte se deve à atratividade gerada por aspectos naturais e culturais desses territórios, que normalmente não possuem infraestrutura pronta para desenvolvimento da atividade turística, sendo essa implantada nas áreas próximas a esses atrativos (Deutsch & Frattucci, 2023).

Observa-se por meio dos estudos de Pinho, Dantas e Santos (2019), Araújo e Santos (2022), Zaccarelli e Souza (2021) e Almeida e Medeiros (2023) que a turistificação se dá nesses territórios pela atratividade causada pelo elemento natural água, seja ela do mar nas praias ou dos termas, lagos e rios do interior, provocando grande mudança na urbe.

Em outras pesquisas, como as de Avelino Filho e Brito (2020), Guimarães e Alves (2022) e Colasante e Silva (2023), nota-se que a turistificação também ocorre pela atratividade de bens culturais, representados pelo patrimônio cultural material e pela construção de novos equipamentos de apoio ao turismo.

Destinos como Paraty e Porto Seguro apresentam tanto elementos históricos culturais quanto naturais que favoreceram o processo de turistificação dos lugares. Porém, em todos os casos, como demonstram as pesquisas, ocorreram transformações significativas no território no contexto social, cultural, ecológico e urbano destes destinos, pautados por um desenvolvimento capitalista e pelo apoio de um Estado neoliberal (Trentin & Silva, 2020; Oliveira, 2022; Deutsch & Fratucci, 2023; Ferreira, Araujo & Barbosa, 2024).

Por sua vez, Mendes (2017) entende a turistificação como um processo de gentrificação, pois compartilham características comuns no processo de transformação do espaço urbano, conforme abordaremos na seção a seguir.

3.1 TURISMO E GENTRIFICAÇÃO: A DESAPROPRIAÇÃO DOS "INCONVENIENTES" PARA O CAPITAL

Mendes (2017) compreende a gentrificação com o que ele chama de aburguesamento de bairros e áreas do território urbano das cidades. Para o autor, é um fenômeno que substitui a classe pobre pela burguesia em regiões antes esquecidas ou desinvestidas pelo capital.

O fenômeno da gentrificação tem início após a Segunda Guerra Mundial em Londres e Nova York, como forma de recuperação econômica desses territórios. Londres particularmente viu a cidade transicionar na segunda metade do século XX, através de uma economia de produção para ofertar serviços financeiros e de consumo, para isso reabilitando bairros e deslocando a população pobre, algo que foi sendo adotado por vários outros países (Cocola Gant, 2018).

A gentrificação é caracterizada pela reabilitação, regeneração e ressignificação territorial urbana de áreas que abrigam classe popular e trabalhadora. Áreas que sofrem ação do capital tanto com investimentos privados, quanto com melhoria na infraestrutura pública para atrair esses investimentos, fazendo com que empresários e novos moradores endinheirados ocupem e dominem o território, levando ao desalojamento e expulsão dos antigos moradores que não conseguem pagar conforme as novas realidades impostas, algo que aprofunda a segregação socioespacial (Mendes, 2017).

Mendes (2017) infere que a gentrificação é sustentada pelas estruturas capitalistas, reforça a pobreza e reproduz a riqueza de grupos dominantes por meio da despossessão, expropriação e desalojamento da classe menos abastada e dominada.

A gentrificação materializa a luta das classes na atualidade, sendo uma problemática avistada não apenas no marginal/local, mas uma estrutura que se repete de forma global em vários locais, por meio de processos de regeneração urbana espalhados por várias cidades do mundo, revelados por meio do setor residencial e de habitação, comércio e turismo, ou seja, vários modelos de gentrificação (Mendes, 2017).

Cocola Gant (2018) afirma que a gentrificação ocorre inicialmente em uma pequena parcela territorial e se expande até que toda classe trabalhadora seja expulsa e ceda espaço para atuação do capital exploratório.

No contexto da gentrificação turística, Mendes (2017) ao estudar o caso de Lisboa em Portugal, aponta que o fenômeno ocorreu na cidade pós-crise econômica de 2008/2009, onde o turismo foi tido como uma salvação econômica, fato que levou o investimento do turismo internacional em bairros históricos da cidade ao passo do afastamento/expulsão dos habitantes tradicionais desses mesmos bairros. O autor conclui que situações semelhantes foram sentidas em cidades como Berlim, Barcelona, Veneza e Amsterdã.

Segundo Cocola Gant (2018), a gentrificação turística tem sido negligenciada nos estudos geográficos. No entanto, para ele o estudo precisa ser colocado no centro das teorias que abordam o urbanismo crítico, pois a indústria capitalista do lazer é um exemplo de acumulação de riquezas por intermédio da desapropriação urbana.

Ao estudar a gentrificação turística em Barcelona, na Espanha, Cocola Gant (2018) traz luz ao problema, denotando a fuga populacional oriunda da mudança do uso da terra de habitações residenciais locais para alojamentos turísticos, hotéis e restaurantes, que causam o aumento dos valores locais e perturbação da vida cotidiana desses indivíduos.

Assim, Mendes (2017, p. 491) identifica a gentrificação turística como “a transformação dos bairros populares e históricos da cidade em locais de consumo e turismo, mediante a expansão da função de recreação, lazer ou alojamento”.

Ademais, Ferreira (2021) analisa que a gentrificação turística substitui a população local por uma espécie de população flutuante, os turistas, vistos como mais lucrativos para o mercado. Segundo o autor, nesse caso pondera-se pela economia de

serviços e uma dependência da atividade turística, que provoca a saída de famílias locais, destrói a economia comunitária e de bairro em detrimento de uma economia global.

No Brasil, um caso emblemático é o projeto Porto Maravilha na região central e portuária da cidade do Rio de Janeiro, até pouco tempo atrás esquecida pelo capital especulativo. Um projeto que atrai o interesse de construtoras, do setor imobiliário e financeiro: já revitalizou casarões históricos, construiu edifícios corporativos, bem como a construção e projeção do Museu do Amanhã e da Roda Gigante como atrativos turísticos, modificando aos poucos as características territoriais e paulatinamente de forma planejada os aspectos socioespaciais (Ferreira, 2021).

A gentrificação turística ainda é estudada em pesquisas como as de Ferreira et al. (2023) sobre a Vila de Caraíva, em Porto Seguro, na Bahia; por Gevehr e Berti (2019), sobre Gramado, no Rio Grande do Sul e em diversos outros destinos de grande, médio e pequeno porte que foram invadidos pela especulação dos grupos hegemônicos, causando a segregação socioespacial, o que esses grupos denominam como desenvolvimento.

3.2 SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM DESTINOS TURÍSTICOS

Para entender a segregação socioespacial, primeiro se faz necessário adotar o debate sobre processos e formas socioespaciais feito por Vasconcelos, Corrêa e Pintaudi (2013). Segundo os autores, os processos dizem respeito à origem e contexto das modificações espaciais, nem sempre visíveis, enquanto as formas são resultantes de determinado processo e o demonstram de maneira física.

Nesse sentido, a globalização, o fordismo e pós-fordismo e as oscilações econômicas são alguns dos processos amplos que influenciam o espaço, já a gentrificação, a separação espacial, fragmentação do espaço e a própria segregação socioespacial são formas que demonstram no espaço o resultado dos processos (Vasconcelos, Corrêa & Pintaudi, 2013).

Desse modo, compreende-se que a segregação socioespacial é uma forma que pode ser resultante de inúmeros processos. Assim, a segregação socioespacial involuntária ocorre quando um grupo de indivíduos são conduzidos e forçados a residir em determinados espaços, formando diferentes áreas sociais, que criam uma

subcultura própria nas cidades, com estilos e modos de vida distintos. A segregação cria e mantém o território de guetos e periferias, utilizados para separar e limitar a população com base em questões raciais, étnicas e econômicas (Vasconcelos, Corrêa & Pintaui, 2013).

Historicamente, sempre ocorreu a divisão de grupos, pautada por aspectos étnicos, políticos, culturais e religiosos, porém, conforme Oliveira e Tarifa (2022) pontuam, no decorrer do desenvolvimento humano essa divisão passou a ser feita pelo fator renda, que não delimita apenas territórios, mas territórios melhores e piores, ricos e pobres, com ou sem infraestruturas, motivo de orgulho ou preconceito.

Para Souza e Silva (2020), a divisão social em classes tendo como base a renda econômica reflete na paisagem urbana. Isto posto, nota-se que a população com alto poder aquisitivo habita territórios valorizados, dotados de beleza cênica e arquitetônica, com residências de melhor qualidade e maior segurança, que carregam consigo os serviços urbanos e estabelecimentos comerciais básicos. De outro lado, a população menos abastada habita lugares opostos, casas com pior estrutura, difícil acesso a serviços públicos e estabelecimentos comerciais, com déficit em segurança e altas taxas de criminalidade.

Para entender a segregação é necessário compreender os conceitos de exclusão e inclusão espacial, importantes para essa discussão e abordados por Vasconcelos, Corrêa e Pintaui (2013).

A exclusão estaria ligada particularmente aos indivíduos, sendo rejeitados por características físicas, geográficas e materiais. Para os autores têm relação com estar dentro ou fora de determinada área por essas características. A inclusão é o oposto, tem mais relação com o que é feito para melhorar as formas espaciais, não sendo necessariamente visível, como as políticas públicas de transporte e habitação próxima aos serviços urbanos (Vasconcelos, Corrêa & Pintaui, 2013).

A literatura sobre segregação socioespacial aponta inicialmente os estudos sobre a formação dos bairros negros em Nova York, imposta por uma elite norte americana, bem como o período do nazismo e a segregação sofrida pelos judeus, e ainda o próprio Muro de Berlim como barreira física que demonstra a segregação por um processo racial, político e econômico (Vasconcelos, Corrêa & Pintaui, 2013).

Na contemporaneidade, a segregação não é escancarada como em eventos passados, com exceção de países em conflito. Segundo Bezerril e Silva (2022), ela se revela por meio de muros invisíveis, onde há uma clara separação dos grupos sociais

com conflitos silenciosos. São perceptíveis através de discursos distintos, afastamento entre os moradores de classes e origens divergentes. Kobs (2022, p. 40) compreende os muros como simbólicos e metafóricos, tem relação com identidade e hierarquia social, “são aqueles imateriais, que são sentidos, sem serem vistos”.

Os muros físicos ainda são observados quando se fala em auto segregação, que não é o foco deste estudo, mas cabe a sua compreensão no intuito de entender o seu atravessamento frente ao objeto central que é a segregação socioespacial involuntária. Kobs (2022) infere que o paradoxo da globalização e do desenvolvimento provocam ações de individualismo e de isolamento, fazendo com que as pessoas queiram ficar reclusas, cercadas em seus espaços, sem interação, algo que se potencializou pelo avanço da tecnologia e pela pandemia de covid-19.

A reflexão de Kobs (2022) sobre auto segregação vai de encontro ao pensamento de Oliveira e Tarifa (2022), que mensuram a auto segregação como um padrão atual, restrito a uma pequena parcela da população que devido a materialidade da desigualdade social revelada na violência urbana, se isolam em condomínios fechados, em uma bolha que reúne pessoas com renda similar, uma anulação da vida cidadina.

Para Oliveira e Tarifa (2022), a auto segregação é voluntária, alimentada por projetos imobiliários, já a segregação é involuntária; Kobs (2022) entende a auto segregação como um padrão contemporâneo. Vasconcelos, Corrêa e Pintaui (2013) compreendem a auto segregação como fator que provoca a periferização urbana, territórios privados que dependem de outros territórios que provêem a mão de obra necessária em uma simbiose, a justaposição.

A segregação socioespacial involuntária representa a exclusão que dá origem a uma nova forma espacial, novos territórios com mais ou menos políticas públicas de inclusão. Assim o território urbano é uma dicotomia, composto por diversos grupos sociais que tendem a se afastar cada vez mais em aspectos segregacionistas em função de questões econômicas, sociais e culturais (Oliveira & Tarifa, 2022).

Compreende-se que a segregação enquanto forma ocorre por um domínio, um controle territorial regido por forças que se qualificam através da economia, do capital, de modo que para entender o processo que a ocasiona faz-se necessário beber na fonte da Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual de David Harvey.

Para Harvey (2014), a economia trata como assunto secundário os investimentos que tange a economia urbana, obtendo como prioridade o capital

nacional, considerando os rearranjos urbanos e reorganizações espaciais como fruto de um processo de uma escala maior da economia global-nacional.

Essa perspectiva global-nacional econômica transforma a terra em mercadoria fictícia para geração de capital por meio da projeção de aluguéis futuros. A elevação dos rendimentos da terra afugenta pessoas de baixa e moderada renda e afeta o bem estar da população menos privilegiada (Harvey, 2014).

Essa ênfase econômica tem espaço aberto a partir de 1980, com o desenvolvimento da política urbana neoliberal, a queda da atuação do Estado em políticas públicas de redução da desigualdade e o entendimento de que “entregar a cidade aos empreiteiros e especuladores financeiros redundaria no benefício de todos” (Harvey, 2014, p. 71).

Harvey (1989) menciona que a falta de fôlego do regime de acumulação fordista devido a sua rigidez na produção, no mercado, nos contratos e organizações trabalhistas e na assistência estatal trouxe crises e fez surgir um novo modelo capitalista, o de acumulação flexível a partir dos anos 1970.

A acumulação flexível surge para trazer a flexibilidade nos contratos de trabalho, evitando as organizações sindicais; aumento da fusão empresarial e a dispersão geográfica das empresas para territórios com fragilidades nas leis trabalhistas e ambientais, uma economia globalizada, que explora e cria o desemprego estrutural como forma de controle, oferecendo baixos salários, mantendo colaboradores reserva, desestruturando as organizações populares (Harvey, 1989).

Ao mesmo tempo, o regime de acumulação flexível modifica a produção, lança novos produtos e incentiva o consumo globalizado; traz novas modalidades de contratação, com cargos temporários e rotativos. A partir disso tem-se um crescimento vertiginoso do setor de serviços, com alta informalidade, uma economia exploratória (Harvey, 1989).

Inicialmente os efeitos da acumulação flexível não foram sentidos. No entanto, o que se observou foram as empresas dominando territórios por meio da divisão do trabalho, da não intervenção estatal ou remodelamento da função do estado neoliberal como agente de atração de capital estrangeiro. Um processo macroeconômico que influencia no local, gera pobreza e desigualdade social, favorecendo o surgimento de novas formas espaciais e dinâmicas territoriais como a segregação socioespacial (Harvey, 1989; Harvey, 2014).

Segundo Harvey (2014) a política urbana neoliberal oriunda do regime de acumulação flexível favoreceu o capital especulativo, ou seja, a cidade pode ir bem em termos de acumulação financeira, com recursos angariados de terras desapropriadas e gentrificadas, de onde foram expulsos os moradores para usos mais lucrativos da terra, ainda que sua população não esteja bem.

Outro ponto importante que Harvey (1989) aborda é a relação entre dinheiro, tempo e espaço. Para o autor a noção de tempo, principalmente relacionado ao valor do trabalho, detém o sentido de controle social, já a delimitação de espaço relaciona-se ao controle territorial. Não obstante, aqueles que possuem dinheiro controlam o tempo e o espaço, e quem domina tempo e espaço pode reverter isso em dinheiro. “As materializações e significados atribuídos ao dinheiro, ao tempo e ao espaço tem grande importância no tocante à manutenção do poder político” (Harvey, 1989, p. 207).

Em sua obra “A justiça social e a cidade”, Harvey (1980) explica que o solo e as benfeitorias, ou seja, o que é feito sobre ele são tidos como mercadoria, que possui valor de uso conforme sua utilidade na economia capitalista e valor de troca considerando as noções de espaço e tempo que favorecem lucrar através dele. Para Harvey (1980), o solo e as benfeitorias enquanto características espaciais diferem das demais mercadorias, pois é fixo, e em um princípio espacial duas pessoas não podem ocupar o mesmo lugar, levando ao monopólio e uso enquanto propriedade privada. As noções de tempo para o solo também conferem o seu valor na sociedade capitalista. Tendo em vista que seu uso pode se estender por um longo período, bem como possuir numerosos usos convergentes em lucro em períodos de tempo distintos (Harvey, 1980).

Harvey (1980; 1989; 2014) explica os processos de desenvolvimento desigual que culminam na segregação: economia global capitalista sustentada pela parcela rica, passe livre para empresas no estado neoliberal, que controla os indivíduos pobres por meio do mundo do trabalho, desarticulando-os, abrindo espaço para o domínio territorial urbano, transformando o solo em mercadoria, favorecendo os diversos usos ao longo do espaço-tempo, levando a desigualdade social e consequentemente a segregação.

No contexto do turismo, o processo de desenvolvimento urbano desigual se dá pela transformação do espaço por meio da turistificação com base na expropriação territorial em terras utilizadas pela população local que culmina na gentrificação, com a

dominação territorial por parte dos grupos hegemônicos e a consequente segregação socioespacial (Oliveira & Pimentel, 2022; Deutsch & Fratucci, 2023).

Nesse sentido, verifica-se a existência de uma economia global capitalista e o desenvolvimento de uma política neoliberal que propicia o desenvolvimento turístico com a abertura dos territórios com predileção por grandes grupos empresariais. Esses dominam o território por meio de um arranjo territorial sustentado pelo trabalho, que no setor de serviços é ainda mais precário, e pela valorização do solo enquanto mercadoria no espaço-tempo.

Oliveira e Pimentel (2022) denotam as contradições das transformações causadas pela urbanização turística: o crescimento de áreas eleitas pelo capital forjadas para promover o lazer e o descanso, ao mesmo tempo o desenvolvimento de áreas de exclusão e de segregação. Ainda para os autores:

Os projetos de desenvolvimento turístico induzem a que a população passe de uma economia primária, centrada no controle dos seus meios de produção e, portanto de subsistência, para se tornar parte da economia global, transformando-se em trabalhadores turísticos assalariados controlados por atores externos. (Oliveira & Pimentel, 2022, p. 67)

Ferreira, Araújo e Barbosa (2024) inferem que as áreas de exclusão e segregadas normalmente são ocupadas por pessoas que foram expulsas de territórios que sofrem ação do capital. Elas são impedidas de ocupar ou utilizar novamente o território a não ser como mão de obra para sustentar o funcionamento do sistema capitalista.

Outros estudos nacionais e internacionais abordam esse processo e as consequências nos territórios que se transformam em destinos turísticos. Conforme Góis et al. (2020), o desenvolvimento do turismo em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, substituiu as habitações da população caiçara por formas voltadas ao turismo de luxo e expulsou essa mesma população para áreas distantes da porção capitalizada. Fonseca e Pereira (2023) demonstram a segregação residencial gerada pela especulação imobiliária na Vila de Ponta Negra, em Natal, no Rio Grande do Norte, a partir do desenvolvimento turístico desigual. Luque e Villa (2019) apontam o turismo como promotor do desenvolvimento econômico de Los Cabos no México, porém, analisam que esse mesmo desenvolvimento levou a segregação socioespacial e ao atual projeto

de criar uma rodovia que aumenta em 8 quilômetros a distância da população local ao centro de turismo e praias, em uma espécie de cercamento. Oliveira et al. (2021) demonstram que em cidades que desenvolveram o turismo a mais tempo do que a América Latina a segregação também ocorre, como em Barcelona, na Espanha, transformando espaços, expulsando a população, que dualmente depende e tem aversão ao turismo.

As áreas segregadas de destinos turísticos se formam como territórios à margem, carentes de infraestrutura física, carentes de serviços e de políticas públicas, vulneráveis as materializações da desigualdade social: baixa escolaridade, criminalidade, empregos precários e ainda mais vulneráveis às crises contemporâneas, como as pandemias e as mudanças climáticas que causam desastres (Araújo & Santos, 2022; Deutsch & Fratucci, 2023; Ferreira, Araújo & Barbosa, 2024).

Desse modo, observa-se a produção do turismo por meio do capitalismo que causa a segregação socioespacial e formação de periferias e, com elas, outros diversos problemas no contexto urbano, fato que tem levado cada vez mais a articulação de movimentos sociais populares que reivindicam melhorias e buscam resistir a esse processo. Tal assunto é tratado teoricamente com mais profundidade na próxima seção.

4 PERIFERIAS E MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA

O relatório *World Population Prospects 2022* prevê que a população mundial deverá alcançar a marca de 9,7 bilhões de pessoas, com a maior parte delas (cerca de 60%) morando em ambientes urbanos periféricos, de maneira a realçar as desigualdades e problemáticas das cidades (ONU, 2022). Costa et al. (2023) nomeiam esse processo de urbanização da pobreza.

Conforme o guia *Como Construir Cidades Mais Resilientes*, proposto pela ONU (2012), as cidades estão em risco pelo crescimento da população urbana e as desigualdades territoriais que levam a habitação de áreas de risco, periferias e comunidades que convivem com a deterioração ou ausência de infraestruturas, padrões de construção e de vida inseguros. Desta forma, as pessoas mais pobres, habitantes dessas áreas, são os grupos sociais que sofrerão os maiores impactos da ocorrência de desastres, em tendência de crescimento com as mudanças climáticas (ONU, 2012; 2024).

Costa et al. (2023) explicam que a vulnerabilidade das pessoas que moram em assentamentos humanos está condicionada a fatores como condição econômica, idade, raça, lugar de moradia, ausência de oportunidades das instituições públicas e privadas e exploração social por parte de agentes hegemônicos.

Cabe aqui, portanto, uma reflexão sobre o conceito de periferia. Para Fontes (2013), sua conceituação envolve um sentido físico espacial do ambiente construído, assim como um sentido intangível e simbólico dos grupos que a compõem. Para o autor, “periferia significa fronteira, uma linha imaginária que demarca um espaço, que delimita a superfície ou um corpo. Pensar, portanto a periferia, significa admitir a existência do que está dentro e fora” (Fontes, 2013, p. 149).

Os constructos teóricos acerca do termo periferia têm ênfase em solo nacional a partir da segunda metade do século XX, com autores do campo das ciências sociais, antropologia, economia e literatura que passam adotar uma abordagem de pesquisa que compreende a realidade latino-americana e brasileira de uma formação social heterogênea, indígena, preta, rural, feminina, com passado colonial e características naturais que fazem do território exportador de matéria-prima, dessa forma, visto como subdesenvolvido na economia, sendo suas periferias distintas de outras periferias globais (Tanaka, 2006; Fontes, 2013).

A inserção do país em uma economia capitalista globalizada, com a entrada de empresas internacionais, fez de um lado nas cidades nacionais surgir novos meios tecnológicos urbanos provenientes dos centros empresariais e, por outro lado, a existência de culturas populares consideradas arcaicas e tradicionais, oriunda das origens históricas formadoras da nação, mas que nesse contexto culminaram na dicotomias novo e antigo, moderno e marginal que se revelam não somente no espaço físico, mas no meio simbólico cultural (Tanaka, 2006).

Reis (2021), a partir do pensamento de Antonio Gramsci, aponta que o país está na periferia do sistema capitalista, submetido ao poder político, cultural e econômico dos países centrais. Para o autor, aderiu-se o capitalismo sem a superação de relações sociais pré-capitalistas, mas com a incorporação dessas relações a esse sistema.

A dominação dos povos negros escravizados, trazidos do continente africano, a exterminação e escravização da população indígena, a auto afirmação dos senhores donos de terra e latifundiários revelam-se na contemporaneidade por meio de uma nova roupagem, carregada de passado, a partir de argumentos disfarçados de desenvolvimento e crescimento, porém somadas a novos grupos empresariais internacionais, que impactam essa população ainda vista como arcaica e pobre (Reis, 2021).

Desse modo, para pensar a periferia nacional há de se considerar o urbano como meio revelador das dinâmicas de exploração capitalista, mas também dos preconceitos elitistas, em que os ditos desenvolvidos e modernos exploram os subdesenvolvidos e arcaicos através da força do trabalho de indivíduos, que ocupam cargos operacionais de menor remuneração, reproduzindo padrões colonialistas. Periferia parte da ausência do poder econômico de determinada população, contudo não é dissociada da origem sociocultural dos povos que a compõem (Fontes, 2013; Reis, 2021).

A periferia surge, então, do que está à margem, fora do padrão elitista e eurocêntrico do que é imposto pelo Norte Global, os povos e culturas regionais, seus conhecimentos, tradições, espiritualidades e características que não se assemelham são considerados marginais; o que o indivíduo é, associado ao que tem, o coloca em uma posição marginal e periférica (Fontes, 2013; Menezes, Cavalcanti & Silva, 2020; Reis, 2021).

Nesse sentido, os países do Sul Global são vistos como periféricos pelos países do Norte Global, havendo a reprodução dessa perspectiva dentro dos próprios países

marginalizados e seus territórios. Aqueles que se aproximam das características econômicas, sociais e culturais dos “desenvolvidos” são tidos como superiores, não obstante, territorializam-se em áreas privilegiadas da urbe, ao passo que aqueles que simbolizam e vivem os aspectos regionais locais ressoam socialmente e urbanamente em forma de periferias, periféricos e marginalizados, sendo segregados (Menezes, Cavalcanti & Silva, 2020).

Para Jesus (2021), a periferia reflete a segregação física territorial das partes adotadas pelos agentes hegemônicos para os diversos usos e fins, contudo demonstra ainda as distâncias sociais, os preconceitos em relação aos grupos, a ausência de acesso à política, à educação, e a forma planejada para negar a cidadania a essas populações.

Similar a isso, Reis (2021) confirma o uso da aparelhagem do Estado por parte dos que detêm o poder, no intuito de reafirmar essas divisões, por meio de articulações políticas, intervenções culturais e educacionais contraditórias, de forma que a exclusão social surge para estruturar uma ordem.

Dessa maneira, verifica-se o distanciamento daqueles que estão em posição de privilégio em relação aos que estão fora do padrão econômico, social e cultural de tudo o que é tido como hegemônico, assim se revela a desigualdade, o preconceito e a injustiça entre as classes (Jesus, 2021; Fontes, 2013).

Na atualidade, o padrão centro-periferia cede lugar às múltiplas centralidades, espaços de uso do capital, com características socioculturais validadas pelos grupos hegemônicos, e múltiplas periferias, espaços de marginalização econômica e sociocultural. A configuração das cidades pelo grupo de poder conforme seu interesse; o rearranjo através de programas habitacionais organizados pelo Estado e a ocupação de áreas pela população pobre e socioculturalmente similar criam abismos não somente espaciais, mas simbólicos e sociais (Fontes, 2013; Calixto, 2021; Reis, 2021).

4.1 REVOLUÇÃO URBANA: RESISTÊNCIAS POPULARES E MOVIMENTOS CONTRA-HEGEMÔNICOS DAS PERIFERIAS

Para Harvey (2014), a vida comunitária foi desintegrada e as atividades de comum sobrevivência foram mercantilizadas, as vilas cederam lugar aos subúrbios, as

rodovias, os apartamentos, bairros inteiros foram demolidos e reprojetados, algo que segundo ele provoca “inevitáveis sentimentos de perda” (Harvey, 2014, p. 12).

Esse sentimento de perda leva ao que o autor chama de cidadania insurgente, relacionado às lutas pela configuração das características da vida urbana. Algo que “tem inspirado muitas pessoas a buscar algum tipo de resposta a um capitalismo internacional brutalmente liberalizante que vem intensificando sua agressão às qualidades da vida cotidiana” (Harvey, 2014, p. 14).

Assim, os movimentos de luta pela cidade surgem como uma súplica de uma cidade disfuncional, feita por aqueles que são os mais atingidos: oriundos de bairros pobres e periféricos, o proletariado, que David Harvey nomeia como precariado, pessoas negras, em especial as mulheres, pessoas sem teto e a comunidade LGBTQIAPN+ (Harvey, 2014).

No pensamento de Harvey (2014), a cidade tradicional está morta pelo desenvolvimento capitalista e sua nova reconstituição se dará por meio de movimentos anticapitalistas, nas palavras de Henri Lefebvre de irrupção, que trará ações coletivas.

A Teoria da Revolução Urbana, iniciada por meio das discussões de autores marxistas, como Henri Lefebvre e atualmente sob a ótica de David Harvey, dão subsídios para compreender a resistência por meio de movimentos populares revolucionários.

Em sua obra *A Justiça Social e a Cidade*, Harvey (1980) menciona que em uma democracia constitucional organizada a justiça territorial teoricamente ocorreria naturalmente. Para o autor, “a estrutura básica é perfeitamente justa quando a perspectiva dos menos afortunados são tão grandes quanto elas podem vir a ser e os menos afortunados tenham sempre a palavra final” (Harvey, 1980, p.92).

Ainda assim, Harvey (1980) também acredita que a maior parte das democracias e organizações sociais econômicas e políticas estão sujeitas as subversões dos grupos hegemônicos de interesse, que criam fronteiras territoriais favorecendo os mais abastados ao passo em que se criam bolsões de pobreza com necessidades não atendidas e pessoas insatisfeitas.

Lefebvre (2001), em *O Direito à Cidade*, aborda que a cidade deveria ser o lugar de manifestação das necessidades humanas, que são construídas e reconstruídas entre passado, presente e futuro. As ruas deveriam ser a manifestação das artes que fazem com que os indivíduos sintam-se representados e realizados. Para o autor a

cidade tornou-se dispersa, assume um outro papel, de cunho econômico, estético e hierárquico, de maneira a anular a necessidade de muitos.

Lefebvre (1999; 2001) afirma ser premente pensar novamente a cidade, sob novas bases e novos fundamentos revolucionários, por um outro homem: o homem da sociedade urbana. Sobre esse homem que fará a revolução urbana, Henri Lefebvre menciona como a principal característica ser aquele que vive a vida social, o cotidiano complexo das cidades, o trabalhador e proletariado, conhecedor das mazelas reais da cidade. São pessoas que podem propor, abrir e testar novos caminhos, bem como podem também fracassar e aprender com isso, podem iniciar a revolução individualmente e somar forças em grupo (Lefebvre, 2001).

Segundo o autor, apenas os grupos de classes oprimidas e segregadas serão capazes de dar fim à segregação. Não obstante, “as classes sociais capazes de iniciativas revolucionárias podem se encarregar das, e levar até a sua plena realização, solução para os problemas urbanos” (Lefebvre, 2001, p. 113).

Esses movimentos revolucionários tratam de abolir as estratégias e ideologias dos grupos dominantes e buscam dar centralidade e poder à voz popular, descentralizando a decisão dos núcleos opressores capitalistas, promovem a integração social e trazem um horizonte (Lefebvre, 2001).

Para Lefebvre (1999), a classe operária é o sujeito, a cidade o objeto e, a revolução uma missão histórica no ambiente urbano, com a luta pelos direitos dos cidadãos:

Direitos das idades e dos sexos (a mulher, a criança, o velho); direito das condições (o proletário, o camponês), direito à instrução e a educação, direito ao trabalho, à cultura, ao repouso, à saúde, à habitação, [...] o direito a natureza [...] dos lazeres. (Lefebvre, 2001, p. 116-117)

Para Lefebvre (1999), os direitos surgem como um apelo, uma exigência na revolução urbana, orientada para as necessidades sociais em meio ao próprio direito pelo usufruto da cidade, pelas trocas e usos sem necessariamente haver valor, pelo domínio da economia, do mercado, da mercadoria, sem haver interferências externas, mas a supremacia da classe operária. Ainda segundo o autor, “só se a classe operária e seus mandatários políticos se encarregam da planificação é que será possível

modificar profundamente a vida social [...]. Portanto, não é sem reservas que se pode falar em Revolução Urbana” (Lefebvre, 2001, p.139).

Harvey (2014) considera que a revolução urbana não ocorre somente com a reivindicação de direitos básicos, em uma reprodução do capital, mas sim por meio de uma produção de direitos, a soberania da cidadania, uma insurreição proletária.

As forças do capital e seus grupos aliados permanecem em constante esforço de estratégias para transformar a vida urbana a seu favor, nessa mesma medida cabe também às lutas populares engajarem na organização do espaço urbano. A revolta urbana tem inclusive o poder de interromper a economia e, travar temporariamente o sistema para se fazer viva, ouvida, revolucionária, para quem sabe mudar rumos e trajetórias (Harvey, 2014). A revolução é “um movimento de oposição com objetivo único de adquirir maior controle sobre a produção e uso dos excedentes” (Brandt, 2018, p. 12).

Harvey (2014) cita então alguns movimentos históricos revolucionários: a Comuna de 1871 em Paris; Greve de Seattle em 1919; movimentos revolucionários em Oaxaca no México em 2000; Buenos Aires em 2001; e Santiago em 2011, que carregavam consigo um protesto e revolta, que rapidamente se alastrou nas redes urbanas em uma espécie de revolução econômica mas também política e social.

Para Lefebvre (1999; 2001) e Harvey (1980; 2014), existe uma potencialidade coletiva dos grupos operários, o meio físico e social urbano em que são obrigados a habitar são as próprias armas insurgentes contra um sistema opressor. Os autores afirmam ainda que o movimento urbano atual é feito de movimentos, não na luta apenas por uma causa específica, mas diversas revoluções: movimento negro, indígena, feminista, Lgbt, ambientalistas e ecosocialistas, grupos negados ao urbano, que em seus movimentos aparentemente unilaterais colaboram para a revolução urbana.

Segundo Harvey (2014), a revolução urbana também inicia quando representantes da classe trabalhadora alcançam a política e, a partir disso, ocorrem modificações internas. Nesse sentido, “a luta anticapitalista não deve apenas organizar-se e reorganizar-se no processo de trabalho, por mais fundamental que seja. Deve também encontrar uma alternativa política e social [...]” (Harvey, 2014, p. 221).

A revolução urbana, para Brandt (2018), alçada pelo movimento revolucionário, se dá por uma estratégia contra-hegemônica em iniciativas de grupos sociais que pautam programas políticos de reforma urbana, projetos urbanísticos, assim como uma

revolução cultural que proponha novas práticas urbanas. Ainda para Brandt (2018) as revoluções urbanas estão relacionadas ao tipo de cidades que as pessoas almejam, que pessoas elas querem ser e quais relações sociais e comunitárias elas buscam, bem como qual a relação delas com a natureza e seus princípios éticos.

Em síntese a revolução urbana centra-se na classe operária, oprimida e esquecida, negada as benesses do urbano, que se rebela, não apenas busca seus direitos básicos, mas compreende a ideologia capitalista exploratória e busca novos caminhos, procura a autogestão, a autonomia, a devolução do controle territorial e a representação política que compartilha desses princípios (Harvey, 2014; Lefebvre, 1999; 2001; Brandt, 2018).

4.2 MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA NO TURISMO

Nas cidades turísticas vem surgindo movimentos revolucionários, liderados em muitos casos por indivíduos oprimidos pela hegemonia da atividade econômica que se rebelam ou negam a proposta contraditória de desenvolvimento na busca de uma outra perspectiva espacial e sociocultural (Porto, 2019; Felix & Souza, 2023).

Porto (2019) relata sobre os movimentos de resistência de comunidades quilombolas de cidades turísticas do Baixo Sul Baiano, como Itacaré, Maraú, Cairu e Valença que sofrem pressão dos agentes hegemônicos do turismo, de empreendimentos estrangeiros com o apoio de políticos que tentam invadir seus territórios, mas que encontram parte da população articulada que se une em associações para pressionar os órgãos públicos, no intuito de não conceder licenças para construção de empreendimentos e conseguir a demarcação do território quilombola.

Esse grupo de resistência através da revolução feita pela classe com o auxílio de movimentos sociais de luta pela terra, organizações sem fins lucrativos e universidades não cede às investidas do turismo que promete desenvolvimento, mas afirmam já ter autossuficiência e autogestão em seus territórios (Porto, 2019). Um dos entrevistados garante que vão resistir às invasões: “não vamos deixar acontecer, a gente vai usar a força, se preciso a força física para não deixar acontecer” (Porto, 2019, p. 320).

Outro caso simbólico de revolução urbana em cidades turísticas é o de Barcelona, na Espanha. Com diversos protestos e movimentos de moradores locais

que se unem contra a gentrificação e a segregação devido ao desenvolvimento do turismo na localidade (Felix & Souza, 2023)

Para Felix e Souza (2023), a Revolta de Barceloneta em 2014 e a manifestação em Las Ramblas em 2017 são exemplos das inconsistências do turismo que provocam movimentos de resistência e revolucionários, de reivindicação de territórios, redução de preços e contra a turistificação e segregação. Movimentos que segundo os autores se espalharam para o tecido urbano de outras cidades turísticas da Europa, como Lisboa, Madrid, Veneza, Berlim e Amsterdã.

Em Barcelona, segundo Sala (2021), um dos principais movimentos de resistência às ações de especulação imobiliária e gentrificação turística foi a *Plataforma de Afectados por la hipoteca*, que reuniu diversos cidadãos da cidade que estavam sendo afetados pelos despejos e expulsões de territórios valorizados, no intuito de articular para frear essa crise. Para o autor, além de ações baseadas nas leis do país para assegurar a autonomia popular, foi utilizado as redes sociais de alcance midiático com apelos e a *hashtag* “*stopdesahucios*” (parem os despejos). Esse movimento tem por objetivo “*tratar los problemas de manera igualitaria y sin rangos, dando pie a un sistema de confianza y lucha colectiva para empoderar y pasar de victimas a activistas*” (Sala, 2021, p. 15).

Também em Barcelona e em outras cidades turísticas europeias, um fenômeno conhecido como *overtourism* ou turismo em excesso, tem provocado a turismofobia (aversão ao turismo) por parte dos moradores dessas cidades e, por vezes, ações de resistência, de maneira a articularem protestos contra o desenvolvimento desregrado do turismo (Tesfahuney & Ek, 2024). A figura 10 mostra um desses protestos em Barcelona, no ano de 2017.

Figura 10 - Protesto contra o excesso de turistas em Barcelona



Fonte: CNN Travel (2019)

Para Tesfahuney e Ek (2024), embora o termo *overtourism* esteja em alta, o turismo de massa e as problemáticas ocasionadas por ele não são algo novo, sendo previsto já em estudos do século passado. No entanto, para os autores a novidade é a mobilização e organização de movimentos sociais urbanos em prol da redução das desigualdades e problemas causados pelo turismo.

Esses movimentos surgem da superlotação e sobrecarga nos serviços dos destinos, do aumento das plataformas de economia compartilhada, da especulação imobiliária e aumento dos preços dos produtos e serviços, das modificações espaciais, da construção da cidade para o outro, como efeito da governança urbana neoliberal (Tesfahuney & Ek, 2024).

Tesfahuney e Ek (2024) mencionam que, a partir dessas problemáticas em Barcelona, mais de 30 movimentos populares foram formalizados como o *La Barceloneta di Prou* e *Assemblea de Barris per un Turisme Sostenible (ABTS)*. São

realizados protestos nas ruas, atos contra ônibus turísticos e contra hotéis, bem como pichações que se espalharam por outras cidades da Europa (ver figura 11), repelindo o turismo, assim como criticando os próprios turistas e seu comportamento predatório no destino.

Figura 11 - Intervenção contra turistas em Florença/Itália



Fonte: Ansa Brasil (2024)

Não obstante, Almeida-García, Cortez-Macías e Parzych (2021) apontam que o *overtourism* e a consequente turismofobia e as reações populares partem tanto de uma insatisfação ao sistema, quanto da aversão aos processos de gentrificação que causam a segregação socioespacial. Para tanto, a partir do pensamento de Tesfahuney & Ek (2024), observa-se que esses moradores resistentes ao processo são cidadãos políticos e utilizam das ferramentas que possuem para busca de uma possível autonomia e de modificações estruturais nas cidades.

Assim, apesar da temática do *overtourism* e da turismofobia não ser o foco deste trabalho, cabe evidenciar que as ações que surgem desses processos estão sendo

abordadas pelos estudos como estratégias de resistência populares nos destinos turísticos.

Sequeira e Rodríguez (2017), por exemplo, apresentam o processo de resistência e revolução de bairros do centro de Buenos Aires na Argentina, que foram turistificados, gentrificados com a população deslocada e segregada. Essa população agora reivindica os espaços para reabilitação da moradia urbana, tendo em vista o alto índice de pessoas em situação de vulnerabilidade e o número de apartamentos turísticos usados por plataformas de hospedagem que estão vazios.

Já no Rio de Janeiro, o Projeto Porto Maravilha, na região portuária da cidade, historicamente habitada pela população negra vinda do continente africano, busca cooptar os espaços, remover a população tradicional e apagar as narrativas históricas para uma refuncionalização urbana, em função do turismo, na localidade da Pequena África. Por outro lado, encontra a resistência da comunidade, que se faz por meio de associação de moradores, que reivindicam seus espaços política e socialmente; grupos culturais que manifestam suas vivências e reivindicações por meio das artes, luta contra o branqueamento do território, contra especulação imobiliária a partir da valorização da identidade local (Ribeiro, 2014).

Nesse sentido, uma outra forma de resistência popular, segundo Pinassi (2023) é a reafirmação da cultura e do patrimônio, seja ele material ou imaterial, dos símbolos que tem real significado para esses indivíduos. Assim o capitalismo que ora buscou eliminar ou modificar os significados da população para uma refuncionalização turística é confrontado pelas tradições e pelo enfrentamento através da cultura por parte da população (Pinassi, 2023).

Por meio da cultura, grupos periféricos de cidades turísticas, que historicamente eram vistos enquanto uma cultura subalternizada, mudam as rotas e como forma de resistência fazem dela um novo modelo de representação. Dessa maneira, surgem iniciativas como o afroturismo, com eventos direcionados à cultura negra, caminhadas que apresentam as cidades e os elementos históricos a partir do olhar do povo negro, sendo abertas ao turista e voltados principalmente para a população negra, marginalizada e periférica. Iniciativas de grupos periféricos, que resistem ao turismo capitalista e predatório por meio do próprio turismo, com outras bases, por intermédio da cultura (Rodrigues, 2021).

Em outros casos, os movimentos de resistência apresentam-se como uma revolução urbana através da própria gestão do turismo que é reivindicada pela

comunidade e se dá por novas modalidades de turismo, como o Turismo de Base Comunitária (TBC), como demonstram Santos et al. (2022) em cidades do Ceará; Monteiro (2017) em Paraty, no Rio de Janeiro e; Mendonça et al. (2021) em Angra dos Reis e em Ubatuba.

O TBC nesses casos funciona como controle territorial pelos seus próprios moradores, de modo a proporcionar a esses grupos historicamente marginalizados autonomia econômica, social e política, sendo um movimento que compartilha dos princípios da revolução urbana e movimento revolucionário (Santos et al., 2022; Monteiro, 2017; Mendonça et al., 2021).

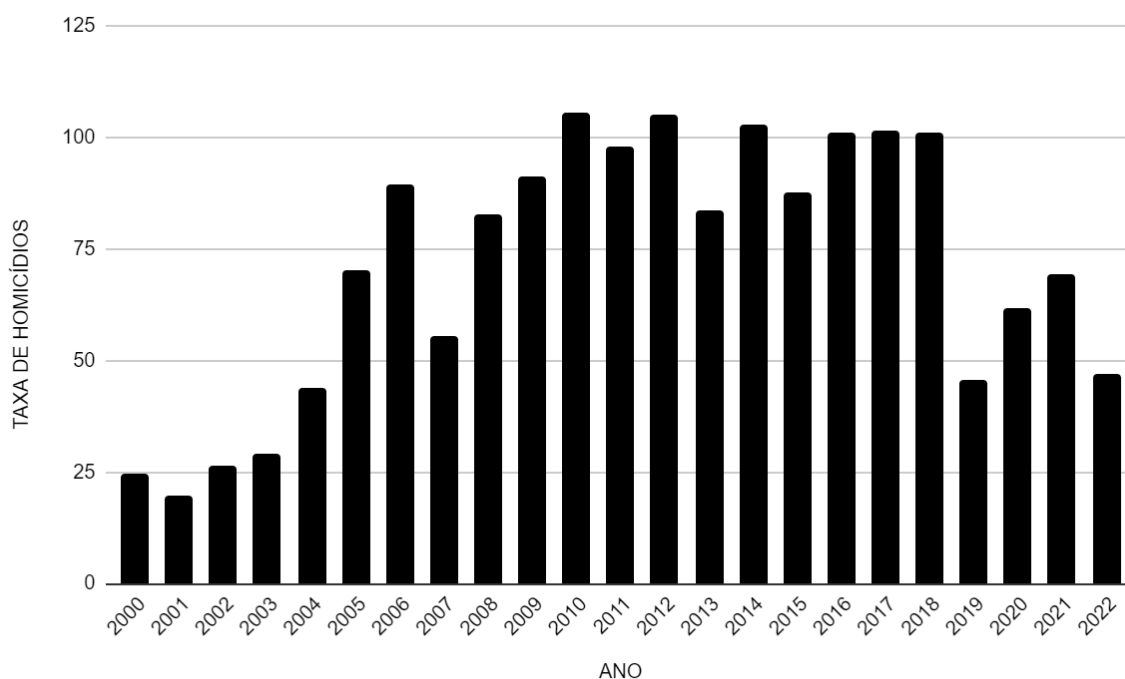
Observa-se então que a resistência e a revolução urbana através dos movimentos sociais populares como propõe Lefebvre (1999; 2001) e Harvey (2014) se dá de diversas formas na contemporaneidade em destinos turísticos em que a população de algum modo é segregada. Por meio de manifestações, reivindicações políticas, atos artísticos e culturais e alternativas comunitárias em destinos consolidados e saturados pela atividade ou em destinos que o turismo se coloca como opção contraditória de desenvolvimento.

5 CAMINHOS PARA A REVOLUÇÃO URBANA: A PRODUÇÃO DA DESIGUALDADE E AS RESISTÊNCIAS POPULARES NO COMPLEXO BAIANÃO EM PORTO SEGURO

O estado da Bahia, no primeiro semestre de 2023, segundo dados do Mapa de Segurança Pública (Brasil, 2023), foi o que mais apresentou mortes por intervenções dos agentes do Estado no Nordeste, o terceiro estado da região em relação ao tráfico de drogas, além de ser o terceiro estado do país com mais tentativas de homicídio. Porto Seguro é uma das cidades do estado da Bahia com os maiores índices de violência, segundo o Atlas da Violência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Em 2017, a cidade ocupou o posto de segunda cidade em homicídios a cada 100 mil habitantes no estado, e em 2022, a 32ª posição em cidades de porte médio do Brasil (entre 100 e 500 mil habitantes) (Ipea, 2019; 2024).

O gráfico 3 indica a violência em Porto Seguro pela taxa de homicídios a cada 100 mil habitantes com base no Ipea (2024) entre os anos de 2000 e 2022.

Gráfico 3 - Taxa de homicídios na cidade de Porto Seguro (2000-2022)



Fonte: Elaborado com base em Ipea (2024)

Pode-se observar que, a partir dos anos 2000, as taxas aumentaram significativamente, período de intensa urbanização turística, com processos de

gentrificação e segregação dos moradores para as periferias, em especial para os bairros do Complexo Baianão. Os anos de 2010 e 2012 alcançaram níveis alarmantes, com 105,78 homicídios em cada ano. Entre 2016 e 2018, as taxas continuaram altas, em média 101 homicídios, com queda em 2019, aumento em 2020 e 2021 e o ano de 2022 com cerca de 47 homicídios, número ainda elevado segundo o Ipea.

Em Porto Seguro, as principais ocorrências de criminalidade acontecem nos bairros segregados, principalmente no Complexo Baianão, como demonstram as notícias ilustradas a seguir.

Figura 12 - Notícia de homicídio no Complexo Baianão



Fonte: Radar News (2021)

Figura 13 - Notícia de operação policial e manifestação no Complexo Baianão



Fonte: Bahia Sul News (2023)

Figura 14 - Notícia sobre ocultação da criminalidade nas periferias do destino de luxo Porto Seguro



Fonte: Folha de São Paulo (2023)

A segregação socioespacial e consequente desigualdade social do Complexo Baianão, que abriga os bairros Frei Calixto, Casas Novas, Vila Jardim, Vila Parracho, Vila Valdete, Vila Vitória, Mercado do Povo, Parque Ecológico e Paraguai, implica no alto índice de criminalidade da cidade. A reportagem da Folha de São Paulo (2023), figura 14, denuncia a violência nas periferias de Porto Seguro, com ênfase para os bairros do Complexo Baianão e revela o objetivo da gestão da cidade de aprofundar ainda mais a segregação, isolando essa “área violenta” das áreas onde circulam os visitantes.

A notícia do veículo regional de comunicação Bahia Sul News (2023) (figura 13) relata sobre a violência no Complexo Baianão e o protesto e a revolta de moradores da área reivindicando mais segurança e menos letalidade policial, um claro movimento popular de revolução urbana e resistência, assim como aponta Lefebvre (1999; 2001), Harvey (2014) e Brandt (2018).

Além da criminalidade e da violência presentes na cidade de Porto Seguro, a ausência de infraestrutura também é evidente, como demonstram os dados do IBGE (2022). Na cidade, somente 12,5% dos domicílios possuem urbanização adequada, o que inclui bueiros, calçadas e pavimentação das ruas; e 66,7% dos domicílios possuem esgotamento sanitário. A urbanização precária da cidade encontra-se nos bairros segregados.

O território turístico que abarca a Orla Norte (figura 15), onde estão alocados os empreendimentos de capital nacional e estrangeiro, possui infraestrutura urbana de qualidade que contribuem para a beleza paisagística e atratividade do local. Já o bairro Vila Valdete, um dos bairros do Complexo Baianão (Figura 16), segregado e distante de onde estão posicionados os equipamentos turísticos, carece de tais infraestruturas urbanas.

Figura 15 - Vista aérea de via urbana na Orla Norte de Porto Seguro



Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Seguro (2024)

Figura 16 - Vista Parcial de rua no Bairro Vila Valdete (Complexo Baianão)



Fonte: Jojô Notícias (2022)

Para explicar tal fenômeno em Porto Seguro podemos recorrer a Mendes (2017), que aponta a gentrificação como reprodutora das desigualdades e da pobreza, ao mesmo tempo produtora das riquezas, que se materializam nos espaços em que estão alocados os interesses dos agentes hegemônicos. Ademais, a segregação socioespacial que surge enquanto forma espacial devido a especulação desses agentes, formam territórios de guetos e periferias, separados e excluídos, que por sua

vez materializam a desigualdade na paisagem urbana como inferem Souza e Silva (2020).

A seção seguinte aborda as ações da gestão pública municipal que induziram e/ou reforçaram a segregação socioespacial do Complexo Baianão, conforme informações obtidas em entrevista com prefeitos e seus representantes que estiveram à frente da gestão municipal de Porto Seguro entre os anos de 1997 e 2024.

5.1 A PARTICIPAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA NA SEGREGAÇÃO E DESIGUALDADE NO COMPLEXO BAIANÃO

O recorte temporal para entrevista da gestão municipal de Porto Seguro se deu com base no período de ápice do desenvolvimento do turismo na localidade, ou seja, após a segunda metade da década de 1990, abarcando os mandatos de 1997 a 2024, como sintetizado no quadro 5.

Quadro 5 - Gestão Municipal de Porto Seguro (1997/2024)

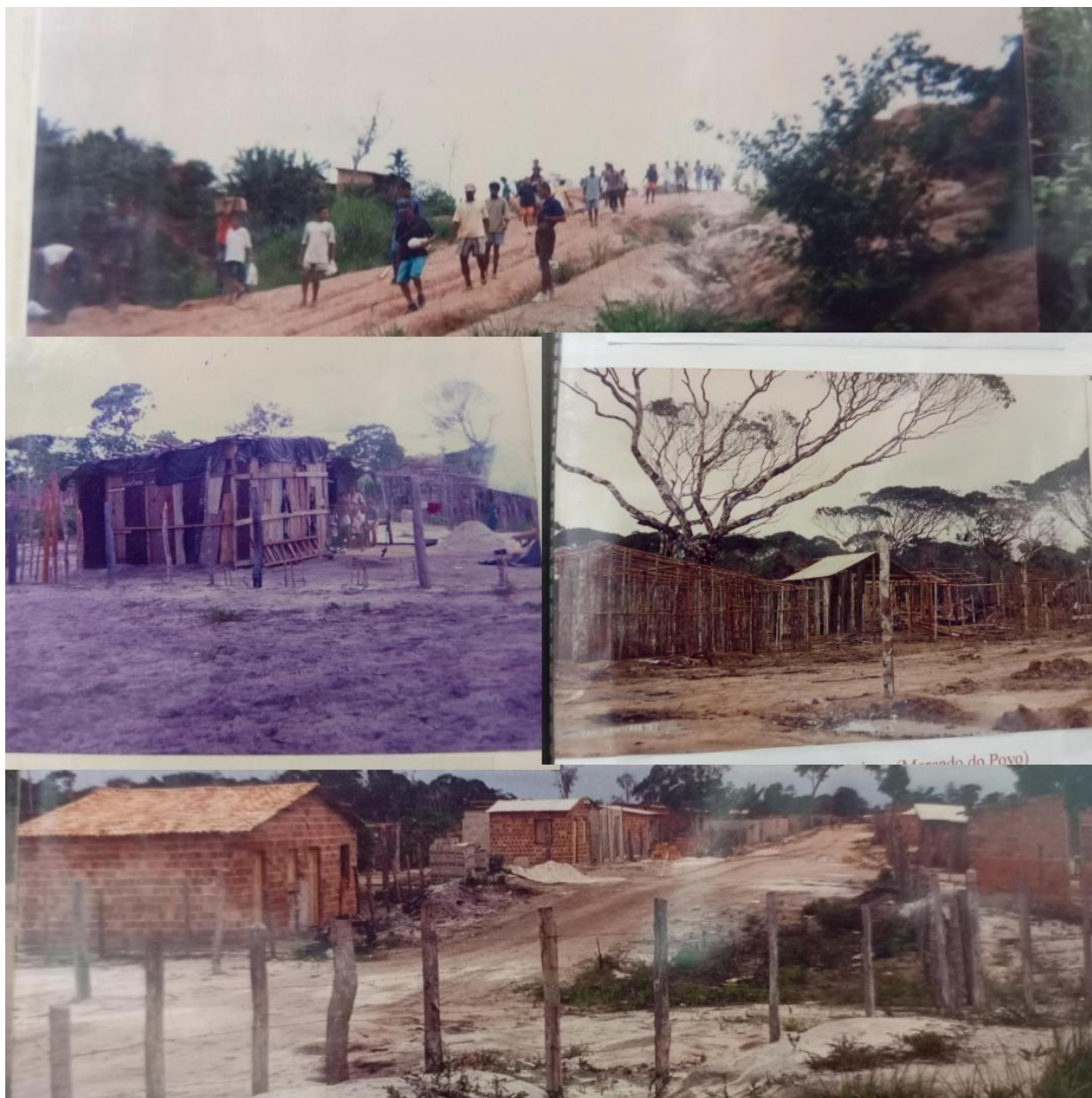
Gestão Municipal entrevistada	Mandato/Ano
Gestão A	1997-2000 2001-2004 (reeleição)
Gestão B	2005-2008 2021-2024 (reeleição)
Gestão C	2009-2012
Gestão D	2013-2016 2017-2020 (reeleição)

Fonte: Dados da pesquisa (coleta, 2024)

Em um período de quase 30 anos, apenas quatro pessoas ocuparam o posto principal na cadeira da Prefeitura Municipal de Porto Seguro, em que três se reelegeram em diferentes momentos.

O gestor A vem de uma sucessão familiar que havia governado o município entre 1989 e 1992. Ele afirma (comunicação pessoal, setembro, 2024) que seu pai iniciou um trabalho em 1989 de doação de terras e criação de moradia popular que originou o Complexo Baianão (ver imagens da figura 17), e, como filho, ao ser eleito em 1997, continuou o trabalho de estruturação do que viria a se tornar a maior região periférica da cidade.

Figura 17 - Construção das primeiras casas do Complexo Baianão (1992)



Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Porto Seguro.

Segundo a gestão A, a década de 1990 foi marcada pela chegada em Porto Seguro de muitas pessoas oriundas de cidades cacaueiras da Bahia, que sofreram com a vassoura de bruxa, na promessa de emprego com o recente turismo na cidade, instalando-se em palafitas e casas simples no Centro de Porto Seguro. O pai do gestor A, também ex-prefeito, doou terras e fez 9 mil moradias populares onde hoje é parte do Complexo Baianão, para retirada e realocação dessa população que habitava as palafitas, casas do Centro e proximidades da Passarela do Descobrimento em uma espécie de limpeza urbana.

Por sua vez, dando continuidade a essa dinâmica, o gestor A fez as primeiras pavimentações, rede elétrica e de esgoto no Complexo Baianão. Concomitantemente, foi responsável por atrair infraestrutura e recursos para o turismo na cidade, pela proximidade com os 500 anos do Descobrimento. Projetou, de um lado, a cidade turística e, de outro, a cidade dos trabalhadores do turismo.

No período de governo desse gestor (1997-2000/2001-2004) foi criado e ampliado toda a infraestrutura turística permanente até hoje em Porto Seguro, como aeroporto, rodoviária e revitalização do Centro Histórico, fruto dos recursos vindos do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur NE), parceria entre Governo do Estado e Governo Federal com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A visibilidade de Porto Seguro naquela época fez com que o gestor também conseguisse outros recursos estaduais e federais que foram utilizados também para consolidação do Complexo Baianão, na criação de escolas, postos de saúde e hospital regional para atender as periferias.

Segundo esse gestor (comunicação pessoal, setembro, 2024), houve um grande investimento no turismo, com a divulgação de Porto Seguro internacionalmente para que empresas estrangeiras pudessem se instalar no território. Foi divulgado Porto Seguro por meio de *outdoors* na Espanha e em Portugal, assim como custeado viagens para jornalistas de outros países conhecerem Porto Seguro e divulgarem internacionalmente o turismo local. Já para a população periférica do Complexo, houve basicamente incentivo a capacitação para atuar em cargos de recepcionista, vendedor e camareira.

O gestor A reconhece o Complexo Baianão como um espaço segregado em Porto Seguro:

“O Porto Seguro hoje tem uma cidade dentro da cidade. A região alta do Baianão é de grande parte de classe média baixa e de trabalhadores, então não é um atrativo para o perfil de turista que vai a Porto, que busca lazer e festas.”
(Gestor A, comunicação pessoal, setembro, 2024)

O turismo, em sua visão, trouxe significativa melhoria na economia da cidade, justificando que as pessoas puderam trabalhar no setor e acessar bens materiais, como casa, automóveis e móveis. Para ele, a melhoria de vida por meio do turismo fez com que atualmente o Complexo Baianão tenha “vida própria”, uma economia que

segundo ele supera muitas cidades do extremo sul da Bahia (comunicação pessoal, setembro, 2024).

Já o gestor B, que assumiu a prefeitura de Porto Seguro em décadas distintas (2005-2008 e 2021-2024), pontuou principalmente as parcerias público-privadas no período dos seus dois mandatos. Mas, foi no mandato mais recente (2021/2024) que realizou: o maior número de parcerias com o *trade* turístico, a divulgação da cidade em *roadshows*² e feiras nacionais e internacionais, e o financiamento privado de construtoras e bancos em benefício do turismo para melhoria da rodovia da Orla Norte e para pontos turísticos da cidade, como Passarela do Descobrimento e a recém criada Praça de Esportes Mamagaya. Há ainda a projeção de abertura para cruzeiros internacionais e a criação de novo aeroporto internacional financiado por um grupo alemão. O gestor B enxerga também com bons olhos o fenômeno da segunda residência, o que claramente favorece a especulação imobiliária e a segregação socioespacial na cidade.

Para o gestor B, não existe segregação em Porto Seguro, porém enxerga o Complexo Baianão apenas como fornecedor de mão de obra:

“Eu acho que aqui já não existe nenhum tipo de muro invisível. Acredito que o Baianão se desenvolveu muito. Realmente, a mão de obra hoje do Baianão é a mola propulsora da cidade, não só no turismo, como também na construção civil.” (Gestor B, comunicação pessoal, setembro, 2024).

Quando questionado em relação às iniciativas em prol do Complexo Baianão e sua população, as ações da gestão B se resumiram a revitalização da Praça da Família, a pavimentação de algumas ruas e a capacitação na área do turismo. Em sua visão, o incremento do turismo implica em melhores condições para a população ao gerar emprego para essas pessoas.

Com relação a gestão C (2009-2012), uma das principais ações citadas (comunicação pessoal, setembro, 2024) foi a entrega do Conjunto Habitacional I e II do programa Minha Casa Minha Vida, que se tornou o bairro Vila Valdete no Complexo Baianão. Para o gestor, a cidade não foi pensada e nem planejada para se desenvolver o quanto se desenvolveu, então a entrega das casas desse bairro foi uma forma de

² Estratégia de *marketing*, cuja divulgação de um produto ocorre em locais diferentes, como feiras e congressos, no intuito de atingir um grande público (Lim, Ong & Leow, 2021).

abrigar o contingente populacional que chegava a Porto Seguro e não tinha onde morar. Uma escola, pavimentação de ruas e criação de postos de saúde foram também mencionados como ações em benefício dos moradores do Complexo Baianão durante essa gestão.

Em relação ao desenvolvimento do turismo, o gestor C afirma ter reduzido o Imposto sobre Serviços (ISS) de 5% para 3% em benefício dos empresários do turismo.

“Eu facilitei para que os empresários fizessem mais investimentos, ampliassem os seus hotéis, construíssem novas unidades hoteleiras. Quando você é prefeito você tem que facilitar a vida de quem quer investir, você não deve de forma alguma sacrificar os empresários, porque são eles que geram empregos para as famílias, que geram renda e que geram riqueza para a cidade.” (Gestor C, comunicação pessoal, setembro, 2024)

Assim como os gestores anteriores, para o gestor C, o Baianão ocupa a posição na divisão do trabalho de fornecedora de mão de obra.

“O Baianão é importante para Porto Seguro, porque lá está nossa maior força de mão de obra, porque os nossos trabalhadores, a grande massa reside ali no Baianão.” (Gestor C, comunicação pessoal, setembro, 2024)

Por fim, a gestão D (2013-2016 e 2017-2020), que assumiu dois mandatos consecutivos, apresenta uma posição similar das demais gestões. Nessa gestão houve um projeto nas escolas das periferias para conscientizar a população que elas fazem parte do ciclo do turismo e que dependem dele para o desenvolvimento da cidade. Assim como também pautaram o discurso do Complexo Baianão como provedor de funcionários para as empresas de turismo.

Para o turismo, a gestão D fomentou eventos privados que atraíram grandes contingentes de turistas, bem como firmaram acordos com empresas internacionais que buscavam base em Porto Seguro.

“Porto Seguro foi uma cidade na qual o Airbnb fechou convênio, que destinava recurso ao Fundo Municipal de Turismo e esse fundo investia nas atividades de fomento e marketing da atividade turística. O Airbnb chegou a significar 40% do recurso do Fundo Municipal de Turismo entre 2015 e 2020 na cidade.” (Gestor D, comunicação pessoal, setembro, 2024)

Observa-se nesse caso, a abertura para atuação de empresas externas, como as plataformas, que colaboram para ociosidade de moradias, aumentos dos preços e segregação populacional de moradores para áreas periféricas, como identificam os apontamentos de Tesfahuney e Ek (2024).

A nuvem de palavras da figura 18 indica os termos mais citados pelos 4 gestores entrevistados sobre o Complexo Baianão e a população residente.

Figura 18 - Percepção de 4 ex-Prefeitos de Porto Seguro sobre o Complexo Baianão



Fonte: dados da pesquisa (coleta, 2024)

É sem ressalvas que é possível concluir que as gestões dos últimos 27 anos cooperaram para segregação socioespacial em Porto Seguro. A gestão A proporcionou a divisão de duas cidades, inclusive com recursos para o desenvolvimento do turismo local, que propiciaram a criação da cidade turística e a consequente consolidação da cidade dos trabalhadores do turismo; a gestão B, C e D continuaram alimentando esse processo, de maneira a ceder mais espaços e benesses para empresas e agentes hegemônicos do turismo ao longo dos anos. Os moradores foram sendo postos como

coadjuvantes do processo citadino do desenvolvimento do turismo, reduzidos e até hoje vistos pelo poder público como massa de trabalhadores, mão de obra, operários do turismo e o Baianão projetado como o espaço para comportá-los e invisibilizá-los na cidade. Em nenhum momento a gestão enxergou essa população como possível empreendedora e com autonomia sobre seu território no turismo.

Em Porto Seguro, a gestão municipal promoveu a urbanização com base nas características pós-fordistas e pós-modernas, por meio do consumo do lazer e entretenimento, conforme as inferências de Mullins (1991; 1999); a cidade adentrou uma lógica da economia global como um produto de consumo e a gestão pública como agente de atração do capital para fortalecimento desse consumo, conforme Harvey (1989; 2014) explica.

Relacionando as entrevistas com as reflexões de Schiavi e Silveira (2022), Harvey (2014) e Ferreira, Araujo e Barbosa (2024), percebe-se que Porto Seguro tornou-se mercadoria da política neoliberal, que ao longo dos anos incentivou a propriedade privada, a despossessão, o individualismo e a soberania dos agentes hegemônicos privados no território, ao passo que colaborou para submissão da população às relações verticais engendradas pelos agentes hegemônicos do sistema capitalista de produção, no mundo do trabalho, no controle e exploração do tempo e do espaço desses indivíduos.

A segregação socioespacial em Porto Seguro se cria devido a uma cidade planejada para o mercado. No entanto, dessas relações surgiram reações populares dos moradores do Complexo Baianão, insatisfeitos com o sistema, como demonstra a seção seguinte.

5.2 MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA NO COMPLEXO BAIANÃO FRENTE A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM PORTO SEGURO

Os movimentos de resistência do Complexo Baianão (quadro 6), foco do presente estudo, apresentam uma outra cidade, a partir de um olhar periférico, e surgem por meio de uma insurgência, um apelo urbano por novas realidades territoriais. Perspectivas similares estão presentes na constituição de cada um destes coletivos populares.

Quadro 6 - Movimentos de resistência à segregação em Porto Seguro do Complexo Baianão - Porto Seguro/BA

Movimento	Ano de Fundação/ Ano Início de Atuação
Brasil Chama África	2007
Coletivo Jovem Muká Mukaú	2015
Levante Popular da Juventude - Porto Seguro	2016
Batalha do Complexo	2017
Rua Juventude Anticapitalista - Porto Seguro	2018
Movimento Lambe Lambe Porto Seguro	2019
Movimento LGBTQIAPN+ Porto Seguro	2020
Ateliê Cultivo de Poesia	2023
Café dos Pretus	2023
Sarau Odara	2023

Fonte: Dados da pesquisa (coleta, 2024)

O movimento **Brasil Chama África**, o mais antigo dos movimentos estudados nesta pesquisa, teve início em 2007, em um momento que a filha da fundadora passou por situações de racismo na escola de ensino fundamental, sendo chamada de “carvão vegetal”, perdendo o interesse em ir para aula. Após o ocorrido, surgiu uma intensa movimentação que culminou na fundação do coletivo e na convocação de uma assembleia municipal para discutir as questões raciais na cidade, reunindo diversas entidades, professores de escolas das periferias do Complexo Baianão e de outros bairros, entidades culturais e demais indivíduos que passaram por situação de racismo, incluindo nos ambientes de trabalho do setor de turismo. Como resultado foi instaurado o Conselho de Igualdade Racial em Porto Seguro.

Desde então, o movimento Brasil Chama África articula, junto a outros movimentos e representatividades, os direitos da população negra e periférica de Porto Seguro, ocupando espaços nos conselhos, buscando apoio na educação e na cultura, para levar justiça à cidade. Segundo a fundadora do coletivo, os visitantes ainda

enxergam os trabalhadores negros e periféricos do turismo como serviçais e subservientes.

O **Coletivo Jovem Muká Mukáu** teve início em 2015, com uma atuação voltada prioritariamente ao combate à degradação ambiental, à especulação imobiliária e ao racismo ambiental em Porto Seguro, descentralizando o debate sobre o meio ambiente dos espaços centrais e das mãos de pessoas brancas e levando para as pessoas negras e periféricas, que segundo o coletivo são as que mais sofrem com as problemáticas ambientais na cidade.

O movimento dedicado à conscientização ambiental nas periferias, leva a informação de que os impactos ambientais causados pelas empresas de turismo na cidade de algum modo reverberam negativamente na vida das pessoas segregadas. O nome inicial do movimento era “Coletivo de Jovens da Costa do Descobrimento”, porém, em 2023, a partir de uma reflexão, considerando que os participantes são, em sua maioria, negros, pardos e indígenas, trocaram o nome para algo que não representasse a colonização, assim, escolheram o nome “Muká Mukaú”, que na língua Patxohã, idioma oficial dos povos indígenas Pataxós, significa “unir e reunir”.

Já o **Levante Popular da Juventude** é um coletivo nacional que tem atuação em Porto Seguro desde 2016, por meio de estudantes da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e do Instituto Federal da Bahia (IFBA). Os estudantes se filiaram ao coletivo em um período que Porto Seguro era considerado junto de outras cidades vizinhas como uma das mais violentas para a juventude no país. Posteriormente, com o assassinato de Mariele Franco no Rio de Janeiro, o coletivo passou a atuar na formação e conscientização política dos jovens periféricos do Complexo Baianão.

O Levante Popular da Juventude Porto Seguro busca criar espaços seguros para os jovens da periferia, por meio de cursinhos populares, rodas de diálogo e discussão. Durante a pandemia outras ações foram feitas, como o plano de dignidade alimentar e apoio psicossocial para os profissionais atuantes no turismo, que foram demitidos em massa na cidade. Atualmente, o movimento encontra-se fragilizado devido a absorção dos seus integrantes pelo mercado turístico e a necessidade de sobrevivência desses indivíduos.

A **Batalha do Complexo**, iniciada em 2017 por alguns MCs (Mestre de Cerimônia) do Complexo Baianão, ocorria principalmente nas escolas do Complexo e pela transmissão das rimas em canais do *Youtube* dos MCs, com objetivo de relatar o cotidiano da periferia e dos seus moradores. Tiveram como inspiração outros movimentos semelhantes de periferias da região metropolitana de São Paulo, que embora distantes, para esses jovens, compartilham da mesma realidade de um povo negro, pobre e refém de um sistema.

A Batalha acontece nas Praças do Complexo Baianão, principalmente na Praça do Trabalhador (atual Praça da Família), reunindo público e plateia e MCs duelando com rimas que denunciam a realidade desigual de Porto Seguro e incitam o poder popular.

A Batalha do Complexo, ao longo dos anos, passou por períodos de maior e menor público, ocorrendo por meio virtual durante o período pandêmico e, sobrevivendo na Praça Central deteriorada do conjunto de bairros, ocupando também em alguns momentos a Passarela do Descobrimento para se fazer presente nos espaços turísticos. Na atualidade, reúne significativo quantitativo de jovens na Praça da Família, no Baianão, reformada em 2024, atraindo famílias, crianças e adultos que prestigiam e refletem sobre as falas.

Os integrantes desse movimento acreditam ser um coletivo de resistência cultural, que resiste aos apagamentos provocados pelo turismo, a violência e as dificuldades, mas que também falam de sonhos, de alegrias e são entretenimento, além de ser um espaço de construção coletiva em que as rimas, em muitos casos, salvam vidas.

O movimento **Rua Juventude Anticapitalista de Porto Seguro** também faz parte de um coletivo nacional, que atua na cidade de Porto Seguro desde 2018 por meio de ações de estudantes universitários. Tem o objetivo de levar pautas antirracistas para toda a cidade, inclusive para o Complexo Baianão, discutindo o genocídio do povo negro, a falta de acesso a cultura, o capitalismo predatório, a exploração da escala 6 x 1 no trabalho em turismo, intervenções por meio de atos, manifestações em ruas e sarais, tanto na periferia quanto em espaços onde circulam os turistas.

Outro movimento estudado, o **Lambe Lambe Porto Seguro**, nasce em 2019, quando sua fundadora participou de saraus culturais, eventos de hip-hop e outros movimentos periféricos da cidade e observou a inexistência de apoio e de verba por

parte da prefeitura em relação à cultura local. A partir disso, começou a fazer lambes (mensagens de impacto em folhas de papel) e pregar em postes e áreas públicas denunciando esses e outros descasos que as pessoas marginalizadas e segregadas passam, principalmente as que trabalham com cultura na região.

Atualmente, o Lambe Lambe Porto Seguro, além das denúncias, busca expressar o que eles chamam de cena 073 (prefixo do DDD local) simbolizando através dos lambes nos postes, em praças e em muros uma outra Porto Seguro que as agências de viagem não vendem e que os turistas não veem; mostram os aspectos culturais do Baianão em outros territórios da cidade, para apresentar muitos dos eventos e ações que lá acontecem, uma espécie de resistência a partir da comunicação por intervenção popular.

O movimento **LGBTQIAPN+ de Porto Seguro** tem como ícone uma mulher travesti, negra e moradora do bairro Frei Calixto, no centro do Complexo Baianão, que possui um corpo social e político que por si já é a resistência. O movimento é atuante na política de Porto Seguro desde 2020, com a inserção de uma pessoa da comunidade LGBT em um partido político, tornando-se a primeira travesti a presidir um partido no país.

Os componentes desse movimento formaram uma candidatura coletiva pleiteando o cargo de vereador no ano de 2020, sendo a primeira candidatura coletiva LGBTQIAPN+ de Porto Seguro, que não venceu, porém ocupou espaço de luta política. Além disso, uma representante do movimento candidatou-se à Prefeitura de Porto Seguro em 2024, sendo uma das 3 únicas candidatas travestis em todo o país.

O movimento tem como foco ocupar espaços políticos que são negados para a população periférica LGBTQIAPN+, assim como reivindicar por dignidade social e oportunidade de trabalho. Para o movimento, as empresas turísticas se negam a contratar pessoas LGBTQIAPN+ e periféricas, principalmente transexuais e travestis, o que eleva o índice de subemprego, de prostituição e de desigualdade para essa população no município.

O **Ateliê Cultivo de Poesia** surgiu mais recentemente, em 2023, da necessidade de um espaço em Porto Seguro que levasse literatura e poesia para as pessoas periféricas. O nome parte da realidade do fundador do projeto, que se equipara a muitos moradores da cidade, uma origem rural, do contato e cultivo com a terra, que na contemporaneidade se dá na vivência urbana, cultivando a arte. Inicialmente esse movimento foi pensado como um projeto para a Lei Paulo Gustavo

(LPG) no município, porém ao não ser contemplado, os integrantes considerando a realidade e necessidade artística de levar arte e poesia crítica para a periferia, deram prosseguimento ao projeto através de parcerias com as escolas no Complexo Baianão, assim como parceria com a Secretária de Assistência Social da cidade.

No mesmo ano, também foi criado o movimento **Café Dus Pretus**, por meio de um simbólico encontro entre amigas e amigos negros em sua maioria cotistas da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Campus Porto Seguro, para tomar café em casa e compartilhar de momentos de lazer, ao som de música, poesia e artes. Aos poucos outras pessoas foram se interessando em participar, devido a inexistência de um espaço feito por pessoas negras e para pessoas negras e periféricas na cidade. Posteriormente, o encontro migrou de um evento em uma casa particular para um espaço de eventos no centro da cidade, devido à alta demanda, com a primeira edição feita em novembro de 2023.

A partir de então, ocorrem edições mensais do Café Dus Pretus, que atualmente se coloca como um coletivo de resistência, pois oferece espaço de lazer gratuito em uma cidade que proporciona esses momentos apenas aos turistas. O coletivo se autointitula como um espaço de aquilombamento, de cultura e de encontro comunitário e popular. A última edição até o momento da entrevista contou com aproximadamente 97 participantes, em sua maioria do Complexo Baianão e adjacências.

Já o movimento **Sarau Odara** surgiu da iniciativa de seu fundador que residia anteriormente na Zona Leste de São Paulo e frequentava hip-hop, saraus com poesia, *slam* (poesia com protesto), um cenário de contracultura que acontece como forma de lazer e de manifestação política da periferia. Ao se mudar para Porto Seguro percebeu algumas poucas movimentações culturais, com potencial nas periferias, mas carente de impulsionamento e de apoio, assim como na Zona Leste de São Paulo. Ao participar de outros movimentos, como a Batalha do Complexo, Muká Mukau e Lambe Lambe e conhecendo outros indivíduos da cidade, pensou em criar um espaço cultural de rua, similar ao vivenciado em São Paulo. Dessa forma, foi se desenhando o projeto e coletivo Sarau Odara, para ser realizado no Centro da cidade, de maneira que a periferia do Complexo Baianão e outras periferias regionais pudessem ocupar esse espaço, que é neutro em relação a violência de facções e a criminalidade e normalmente ocupado apenas por turistas.

O local escolhido para ocupação e realização do Sarau foi a Praça da Bandeira, na Passarela do Descobrimento, que passou por reformas de embelezamento paisagístico, assim como toda Orla de Porto Seguro sede, em 2023.

Inicialmente, a Praça da Bandeira passou a ser ocupada às sextas por uma batalha de rimas organizada. No entanto, o número de pessoas que queriam se apresentar, não apenas rimando, mas expressando suas mais variadas artes aumentou, o que levou a criação do Sarau Odara uma vez por mês, aos sábados, para que a população periférica, em sua maioria do Complexo Baianão, se expresse, mostre e ocupe seus espaços, denunciando as mazelas da segregação e da desigualdade social.

Hoje o Sarau é um movimento de impacto, de provocação aos jovens periféricos para politização, para entender que não é preciso sair da cidade para acessar a cultura e a educação. É um entretenimento para as crianças que esperam os pais barraqueiros que trabalham servindo aos turistas na Passarela do Descobrimento, e é um evento novo que mostra para os visitantes que na cidade existe vida para além do turismo, existem moradores.

Observa-se que os movimentos apresentados são de oposição à hegemonia capitalista que gera segregação e ocorrem por intervenção cultural e política. São grupos que ocupam os espaços urbanos e se utilizam da arte, da educação e sensibilização política para protestar e para reivindicar uma nova cidade. Assim, como demonstra Lefebvre (1999; 2001) e Harvey (2014), a revolução urbana ocorre pelos mais diversos grupos e de formas distintas na busca por ocupação e retomada dos seus espaços.

Verifica-se que a maior parte dos movimentos identificados é recente, da última década, concomitante ao crescimento do turismo na cidade, fato que demonstra uma insurgência de revolução urbana e revolta popular, tendo em vista o desenvolvimento do turismo aliado ao processo socioespacial da segregação e aumento das desigualdades socioespaciais na localidade, como aponta Pereira (2017) e Oliveira (2022).

A seguir apresentamos as estratégias utilizadas por esses movimentos, como forma de resistência à segregação em Porto Seguro, por meio das categorias de análise: **cidadão revolucionário insurgente**; **valorização da cultura e identidade periférica**; **ocupação e uso popular dos espaços urbanos** e; **ocupação popular política**, criadas a partir da leitura crítica de Lefebvre (1999; 2001); Tanaka (2006);

Fontes (2013); Harvey (2014); Brandt (2018); Reis (2021) e Pinassi (2023), como forma de compreender os eixos e modos de atuação desses movimentos sociais e sua influência na resistência urbana.

5.2.1 Cidadão revolucionário insurgente e os movimentos sociais do Complexo Baianão

Para Lefebvre (1999; 2001), Harvey (2014) e Brandt (2018), o cidadão revolucionário insurgente é aquele que vive e conhece a realidade do oprimido, é capaz de identificar as incongruências do seu território e, a partir disso, unir forças e lutar para reivindicar melhorias e ao mesmo tempo retomar para si o poder e a centralidade das ações que dizem respeito ao seu povo.

Nesse sentido, o quadro 7 resume as perspectivas e ações dos movimentos revolucionários no Complexo Baianão.

Quadro 7 - Síntese das realidades e estratégias dos movimentos revolucionários insurgentes

Movimento	Realidades do oprimido/segregado	Estratégias de enfrentamento
Ateliê Cultivo de Poesia	Ausência de espaços de lazer e arte; violência com a população preta e periférica.	Educação artística através da poesia; debate e conscientização sociopolítica por meio da poesia.
Batalha do Complexo	Racismo; distanciamento físico e social; violência e criminalidade.	Resgate de jovens e crianças através da cultura hip-hop; Exposição da realidade periférica por meio das rimas; autonomia e empoderamento da população periférica.
Brasil Chama África	Racismo e violência dos empresários e turistas; branqueamento do território; violência policial.	Articulação de denúncias para apoio a vítimas de racismo no turismo; manifestações palestras e oficinas voltadas ao povo negro e periférico sobre sua origem e seus direitos.
Café dos Pretus	Turistas enquanto protagonistas do território; ausência de espaços em que a população negra e periférica se sinta confortável.	Proporcionar espaço de acolhimento e protagonismo para pessoas negras e periféricas.
Coletivo Jovem Muká Mukáú	Racismo ambiental nas periferias; especulação imobiliária; trabalho exploratório	Ativismo e educação ambiental anticapitalista com jovens e crianças de espaços

	no turismo.	segregados.
Levante Popular da Juventude - Porto Seguro	Violência contra os jovens; falta de acesso a serviços básicos, como educação e saúde.	Educação popular e cursos gratuitos de capacitação e mobilização no Complexo Baianão; enfrentamento por meio de manifestações e denúncias do avanço do capitalismo predatório.
Movimento Lambe Lambe Porto Seguro	Invisibilidade sociocultural.	Comunicação de impacto por mensagens escritas que apresentam a Porto Seguro periférica e segregada.
Movimento LGBTQIAPN+ Porto Seguro	Falta de representatividade periférica e LGBTQIAPN+ na política; preconceito e violência contra a comunidade LGBTQIAPN+.	Acesso a espaços de decisão; manifestações e intervenções públicas populares LGBTQIAPN+.
Rua Juventude Anticapitalista - Porto Seguro	Subemprego de jovens negros no turismo; negligência na educação, saúde, mobilidade urbana e segurança.	Intervenção política e educacional nas ruas da cidade e nas escolas.
Sarau Odara	Apagamento cultural e anulação territorial.	Intervenção artística com teor social e político no Centro da cidade.

Fonte: Dados da pesquisa (coleta, 2024)

Oliveira e Pimentel (2022) e Deutsch e Fratucci (2023) apontam a ausência do lazer em áreas segregadas de destinos turísticos, ao passo que espaços eleitos para desenvolvimento do setor compõem uma gama de opções culturais para os visitantes. Não obstante, o reflexo disso é sentido pelos integrantes do movimento Ateliê Cultivo de Poesia, que expressam as incoerências existentes em Porto Seguro, onde os bairros do Complexo Baianão não possuem muitas opções de lazer para seus moradores.

Para esse coletivo, a poesia é vista como instrumento para levar o lazer e ao mesmo tempo questionar a ausência dele. É ferramenta ativa para jovens compreenderem a si e seu local, de forma a incentivar a produção de textos que são expressados na voz dessa população marginalizada como pode ser visto na figura 19 e na fala de um dos entrevistados:

“Na minha poesia eu trago um pouco das minhas vivências nas periferias, busco levar um pouco de esperança para as pessoas, uma palavra de incentivo, de

motivação, porque nós pessoas negras, a gente vive essas mazelas, a falta de acesso a espaços de lazer, que é um pouco do que a gente tenta levar.” (Ateliê Cultivo de Poesia, comunicação pessoal, setembro, 2024)

Esse movimento aposta na realidade dos moradores do Baianão, de pouco lazer, porém de um povo forte e unido que encontra no cotidiano simples as estratégias para sobrevivência e resistência. Para eles, os bares, as rodas de amigos nas praças e as crianças brincando são a inspiração para instigar jovens poetas que poderão ser o futuro da cidade.

Figura 19 - Atuação do Ateliê Cultivo de Poesia em escola local



Fonte: Ateliê Cultivo de Poesia (2024)

Na perspectiva do Movimento Batalha do Complexo, o racismo foi potencializado pela segregação que o turismo gerou em Porto Seguro, com a desvalorização da

população local em detrimento de pessoas com outras características que vem de fora. Um distanciamento que é físico, mas também cultural, segundo a fala de uma das entrevistadas:

*“Ser moradora do Complexo Baianão, de uma cidade turística como é Porto Seguro, em que tem um fluxo de pessoas, não só vindo visitar e conhecer, mas ao tempo todo vindo morar e indo embora, de tudo quanto é lugar do Brasil e do mundo, **é ao mesmo tempo estar no mundo e a margem dele.**”* (Batalha do Complexo, comunicação pessoal, setembro, 2024)

A forma como esse movimento retoma para si esse mundo, em que se enxergam desconexos, se transforma em rimas nas batalhas de hip-hop e por meio delas criticam o desenvolvimento desigual do turismo e a exploração trabalhista, e as periferias são conectadas por meio dos elementos similares que as unem: população dita minoritária, refém de um sistema exploratório, assim como aponta Harvey (2014). Dessa maneira, o fator de isolamento torna-se motivo de força e enfrentamento.

A base da Batalha do Complexo segundo seus integrantes é o conhecimento, o estudo de movimentos anteriores, como o de Nelson Mandela, Black Panthers, Malcom X, Luiz Gama, Zumbi dos Palmares, de luta contra a segregação e o preconceito. A partir disso, tem-se a quebra da lógica do que Reis (2021) menciona como periférico, havendo uma valorização, auto afirmação e ressignificação do termo, de modo que esses integrantes passam a se ver não mais apenas como reféns do sistema capitalista de uma cidade turística que segrega, mas protagonistas de seu território.

Figura 20 - Jovens reunidos na Batalha do Complexo na Praça da Família, Complexo Baianão



Fonte: Paulo Purusha (2024)

Vale destacar que a população vista na Batalha do Complexo é majoritariamente negra, composta por jovens, e um público de crianças e adultos que também contemplam as rimas e fazem reflexão do território em que habitam. Pessoas que em sua maioria são a mão de obra dos grupos hegemônicos do turismo e utilizam desse momento dualmente como entretenimento e modo de expressar a repressão.

Esse grupo escancara os efeitos da segregação socioespacial em Porto Seguro. São excluídos por questões materiais e econômicas de um sistema capitalista de acúmulo como afirma Vasconcelos, Corrêa e Pintaui (2013). Também são segregados por suas características socioculturais, principalmente em um recorte racial como cita Menezes, Cavalcanti e Silva (2020). Pertencem a grupos que compõem a resistência,

como infere Harvey (2014), e utilizam da cultura para resistir e enfrentar a urbanização desigual e os problemas das periferias, assim como reflete Rodrigues (2021).

O movimento Brasil Chama África luta contra o racismo e preconceito, fatores que também estão ligados aos indivíduos segregados. Situações diversas que as pessoas negras periféricas passam ao trabalhar com o turismo em Porto Seguro. A representante do movimento afirma:

“O turismo de Porto Seguro é perverso, porque é um turismo de massa, é um turismo que acha que preto e favelado é só pra servir. Nas barracas, nos hotéis as pessoas são tratadas como servos e não como profissionais, e nós atendemos esses casos.” (Brasil Chama África, comunicação pessoal, setembro, 2024)

A fala denota a realidade daqueles que trabalham com o turismo, mas que estão cada vez mais distantes desses espaços, devido a violência sofrida não só pelos turistas ou empregadores, como também pela própria violência policial, como expressado no relato vivenciado pelo coletivo:

“O filho dela ajudava ela levar o tabuleiro de acarajé para a balsa, onde ela trabalha. O menino viu a polícia, correu, porque morre de medo da polícia, menino preto, já viu né? A polícia não foi capaz de falar: menino espera! atirou nas costas. Hoje ela tá sem esse menino que ajudava ela carregar o tabuleiro.” (Brasil Chama África, comunicação pessoal, setembro, 2024)

A resistência do Brasil Chama África é dar visibilidade a esses casos, de pessoas segregadas do Complexo Baianão e região que passam constantemente por repressão racial, econômica, espacial e cultural na cidade, até mesmo quando estão no trabalho. O movimento mantém contato com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Defensoria Pública, com professores do curso de Direito da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) e com o Conselho de Igualdade Racial da cidade para cobrar ações e para denunciar esses casos.

O movimento também atua para ampliar a conscientização nas periferias, por meio de palestras, rodas de conversa e manifestações, principalmente, em datas simbólicas, como o Julho das Pretas e o Novembro Negro (figura 21). Segundo seus

integrantes, o Brasil Chama África cobra e exige investimento na cultura e capacitação das pessoas da periferia, para que as raízes locais indígenas e quilombolas não se percam e para que as pessoas tenham outras opções de qualificação profissional e não fiquem dependentes do turismo para sobreviver.

Nas falas dos entrevistados desse movimento (comunicação pessoal, setembro, 2024), o turismo de Porto Seguro é tido como economicamente predatório, sendo que para eles é preciso pensar em formas mais viáveis, como o Turismo de Base Comunitária, que valoriza os aspectos culturais das periferias.

Figura 21 - Manifestação do Novembro Negro no Centro de Porto Seguro



Fonte: Brasil Chama África (2021)

Tanto Lefebvre (1999; 2001), quanto Harvey (2014), confirmam que apenas os que passam pelas mazelas são capazes de efetuar a revolução urbana, o que justifica e explica as ações de luta do movimento Brasil Chama África.

Nesse mesmo embalo, o movimento Café dos Pretus enfrenta a falta de espaços para as pessoas negras e periféricas do Complexo Baianão e adjacências. Embora seja o território com a maior população de Porto Seguro, não se sentem incluídos nas programações das barracas de praia, dos eventos e shows para os turistas, seja pelos valores, por não haver um auto reconhecimento ou mesmo por serem repelidos simbolicamente das programações culturais, de lazer e entretenimento.

Mendes (2017) infere que a gentrificação cria esses espaços desenhados e descaracterizados enquanto bolhas para o turista. Ferreira (2021) cita que esse processo ocorre por uma hipervalorização do turista em detrimento do morador, visto como não lucrativo para a economia de mercado, permanecendo isolado e segregado.

Desse modo, o Café dos Pretus (figura 22) proporciona um novo espaço para a população, com símbolos e características que tem real significado para elas, atrações culturais gratuitas ou com valor comunitário; lazer e entretenimento para quem normalmente não o tem; lugar que acolhe pessoas negras e periféricas, jovens do ensino médio, estudantes universitários, artistas e população em geral que se sentem representados ou que conseguem se reconhecer pela primeira vez, diferente dos espaços turísticos que promovem a anulação dessa população.

O Café dos Pretus se enxerga enquanto um coletivo de politização, onde o território e ações para sua melhoria também são discutidos. Ocorre em uma área central da cidade, fazendo com que exista uma retomada de espaços apropriados pelo turismo, podendo ser itinerante e acontecer em qualquer outro lugar da cidade.

São ainda um espaço de *networking*, com troca de experiência e informações em rede, bem como de incentivo à educação superior para os mais jovens e, um espaço de união popular para o auto fortalecimento.

“Eu acho que Porto Seguro, justamente porque ela é tomada por uma atmosfera turística, a gente não consegue se ver. Então a gente é meio que uma sociedade secreta, para a gente ter protagonismo, porque senão a gente é usurpado. A gente cria o nosso espaço e os brancos tomam conta, porque tem mais poder.”
(Café dos Pretus, comunicação pessoal, setembro, 2024)

Figura 22 - VII Edição do Café dos Pretus



Fonte: Café dos Pretus (2024)

Por sua vez, o coletivo jovem Muká Mukaú atua por intermédio do ativismo ambiental na periferia. Segundo eles, um dos principais problemas na cidade é o racismo ambiental, fruto da especulação imobiliária de empresas turísticas que destroem o meio natural. Contudo, os principais impactos disso recaem sobre a população periférica negra e indígena, que habita bairros desestruturados e, são os primeiros a sofrer os impactos dos desequilíbrios ambientais. Similar às consequências físicas e sociais que potencializam a pobreza, citadas por Gonçalves (2014) e pela ONU (2024).

O coletivo de jovens busca explicar para outros jovens e crianças através de projetos nas escolas e demais espaços (figura 23), bem como para os adultos em atos em praças e outros locais públicos, o avanço dos problemas ambientais e possibilidades de recuperação a partir da luta contra o capitalismo neoliberal na cidade.

Para o Muká Mukaú, a pauta ambiental é base para discussões que estão interligadas a ela, citam a escala 6 X 1 no turismo, onde os jovens ao passar mais

tempo trabalhando, são dissociados de sua cultura, do contato com a terra, de modo que tornam-se alienados aos problemas locais e as empresas obtêm passe livre para atuação. Para o movimento, a partir dessa concepção crítica e do alerta à população pela educação ambiental, as pessoas estarão mais propensas a lutar por seu território.

“Os jovens aqui em Porto Seguro tem dois caminhos: a criminalidade ou a mão de obra explorada! Ninguém vai fazer nada por nós! Então a gente mostra outra realidade: a gente quer tomar a cena, mobilizar os nossos, para que a gente se junte em movimento, seja cultural, formativo, educativo e atuante, ativista mesmo.” (Muká Mukáú, comunicação pessoal, setembro, 2024)

Figura 23 - Ação do Coletivo Muká Mukáú junto de Aldeia Pataxó no dia Internacional dos Direitos Humanos



Fonte: Coletivo Jovem Muká Mukáú (2023)

Sobre o movimento Levante Popular da Juventude Porto Seguro e sua atuação no território do Complexo Baianão, nota-se várias frentes de luta e resistência. Nos relatos dos integrantes, problemas com acesso à educação e saúde de qualidade eram tratados em aulas dadas em cursos populares, no bairro Frei Calixto, para estudantes que queriam se preparar para vestibulares e adultos que queriam prestar concurso ou simplesmente voltar aos estudos. Dentro das aulas eram debatidos de maneira interdisciplinar as problemáticas das periferias, assim como formas de lutar para a busca por um outro território, relacionando com os conceitos básicos das disciplinas estudadas.

Outras ações do Levante foram manifestações e passeatas no centro da cidade, pela não privatização da companhia responsável pelo abastecimento de água e tratamento do esgoto, para evitar impostos e taxas para a população mais carente que habita os bairros do Complexo Baianão. Fizeram ainda denúncias no Ministério Público e em rádios comunitárias da cidade, fato que fez a ação ser barrada em 2019.

Segundo o Levante, em 2021, houve a luta para que as vacinas chegassem no Complexo Baianão, pois tanto no cenário nacional à época, como no cenário local, a gestão pública propagava campanhas anti-vacinas, de modo que o coletivo fez campanhas de conscientização da importância da existência da vacina e de se vacinar nas periferias. Também fizeram outros protestos, como no dia 22 de abril de 2022, contra a violência e truculência policial nas periferias da cidade (figura 24).

Para Costa et al. (2023), a vulnerabilidade das pessoas segregadas e periféricas está relacionada à ausência de oportunidades das instituições e do consequente desconhecimento da conjuntura política urbana. Enquanto Lefebvre (2021) denota que uma das estratégias dos movimentos sociais revolucionários é abolir as ideologias dos grupos dominantes e dar centralidade às necessidades populares, assim como feito pelo Levante Popular da Juventude em Porto Seguro.

Figura 24 - Protesto no Centro de Porto Seguro



Fonte: Levante Popular da Juventude (2022)

Já o movimento Lambe Lambe Porto Seguro parte da realidade de invisibilidade sociocultural que o Complexo Baianão e região enfrentam. Suas ações giram em torno de mostrar a potencialidade cultural da periferia e dos seus moradores; atuam divulgando outros coletivos periféricos que fazem intervenções culturais; desmistificam a Porto Seguro artificial e apresentam uma cidade sem atenção do poder público, como mostra uma de suas idealizadoras:

“As pessoas só conhecem uma Porto Seguro que é vendida em São Paulo, então o Lambe traz essa outra Porto Seguro, que é periférica também, mas que é multicultural, plural e de alguma forma está aí gritando para ter uma outra perspectiva”. (Lambe Lambe Porto Seguro, comunicação pessoal, setembro, 2024)

Para Harvey (2014) e Brandt (2018) a revolução urbana precisa se fazer ouvir e ser vista. Para tanto, o Lambe Lambe Porto Seguro ao mesmo tempo que dá voz às pessoas segregadas, as conscientiza da exploração em que vivem através de uma

catarse em cartazes afixados pela cidade, que são lidos tanto pelos turistas, quanto pelos moradores, como demonstra a figura 25.

Figura 25 - Intervenção do Lambe Lambe Porto Seguro



Fonte: Lambe Lambe Porto Seguro (2024)

Já, a resistência do movimento LGBTQIAPN+ ocorre no âmbito político. Rompe barreiras de acesso aos espaços negados para comunidade, como a Câmara Municipal de Vereadores, conselhos municipais e candidaturas em cargos representativos. Para o movimento, a presença desses corpos insurgentes, negados à cidadania, movimenta uma estrutura social da cidade, que embora seja acolhedora para os turistas, rechaça parte da população local.

O movimento quebra paradigmas, no intuito de construção de uma democracia que possa ser exercida e representada por todo e qualquer corpo político citadino.

Nos espaços políticos são requisitados mais abertura e diálogo com a comunidade LGBTQIAPN+ do Complexo Baianão, saúde e apoio psicológico a

pessoas trans e travestis que residem no conjunto de bairros, educação, capacitação e abertura dos empreendimentos turísticos para contratação desses corpos divergentes e periféricos que sofrem duplamente a segregação.

Esse coletivo de pessoas, se fortalece nas bases do que Henri Lefebvre (2001), em o Direito à Cidade, traz como busca dos direitos básicos, requisitados prioritariamente como um caminho natural para posterior revolução, como mostra a figura 26.

Figura 26 - Protesto na Câmara dos Vereadores de Porto Seguro



Fonte: Gabriela Borges, Movimento LGBTQIAPN+ (2024)

O movimento Rua Juventude Anticapitalista Porto Seguro questiona principalmente o subemprego que é direcionado para a população periférica do Complexo Baianão. Vendedor ambulante, barman e garçom *freelancer*, camareira e recepcionista que trabalham por diárias. Ocupações com salários baixos e em muitos casos, informais, sem garantia dos direitos trabalhistas.

O movimento indica uma pirâmide que sustenta a desigualdade dentro do complexo de bairros:

“O turismo é colocado como o maior gerador de economia da cidade. Hoje aqui tem grandes empresários, inclusive que vem de fora e contratam mão-de-obra barata, não qualificada na maioria das vezes, simplesmente para alimentar e manter uma lógica escravocrata. As pessoas não têm acesso à cultura, não têm acesso ao lazer e nem à educação, simplesmente produzem, produzem e produzem e depois se distanciam novamente desses espaços importantes.” (Rua Juventude Anticapitalista, comunicação pessoal, setembro, 2024).

Harvey (2014) e Schiavi e Silveira (2022) explicam que esse problema ocorre pelo desenvolvimento geográfico desigual, sustentado pela divisão territorial do trabalho que se revela no ambiente urbano, em uma produção e reprodução da desigualdade, geradora de escassez e segregação.

Em contrapartida o movimento Rua busca ocupar as ruas (ver figura 27), como o próprio nome indica, com atos intervencionistas no Baianão e nos espaços turísticos para ter visibilidade. É exposto em público com falas em caixas de som e megafones as ações dos grupos hegemônicos e do capitalismo predatório que prejudicam a população.

O coletivo atua ainda com intervenção na educação, conversando com jovens nas escolas estaduais dos bairros sobre o sistema engendrado globalmente e na cidade pelo turismo, na tentativa de direcionar esses jovens para as universidades da região, com a expectativa de fomentar mentes críticas e colaborativas para subverter o sistema por meio da educação.

Assim, as ações do Rua são embates e vão de encontro aos sufocamentos provocados pelo capitalismo sob indução do turismo em Porto Seguro, conforme os apontamentos de Tesfahuney & Ek (2024).

Figura 27 - Intervenção do Rua no Complexo Baianão



Fonte: Rua Juventude Anticapitalista (2021)

Por sua vez, o Sarau Odara, como um dos coletivos mais recentes na cidade, se incube de articular toda a pluralidade de indivíduos marginalizados do Complexo Baianão e de outras áreas da cidade, com a funcionalidade de programar encontros culturais independentes do turismo, gratuitos e que condizem com a realidade financeira desses moradores.

O Sarau se encarrega de dar espaço para que os artistas periféricos apresentem suas produções, ora rejeitadas e também segregadas pelo setor turístico.

Os integrantes e participantes do Sarau acreditam na força do Baianão enquanto locomotiva propulsora de Porto Seguro, por ser o lugar de convívio social, potência cultural e consciência política da população. Do mesmo modo, inferem que o embarreamento dessa locomotiva se dá pela segregação planejada na cidade, como citado na fala de um dos componentes:

“Quando você chega na Orla Norte, você não imagina que tem vida ali em cima. Você acha que é um morro com uma floresta lá! você não sabe que 80% da cidade está ali. E isso não é culpa dos moradores, pelo contrário, é culpa da própria gestão! Por exemplo, você não vê placas indicando os bairros, a cidade esconde eles. Mas na verdade lá tem mais comércio que o Centro, lá é o verdadeiro Centro daqui!” (Coletivo Sarau Odara, comunicação pessoal, setembro, 2024).

O Sarau faz com que os “moradores de cima”, do Complexo Baianão, possam retomar e ocupar a Passarela do Descobrimento, sendo vistos e respeitados pelos turistas e pela própria gestão do município, com intervenções artísticas que fogem do padrão convencional do turismo em Porto Seguro. Por outro lado, o movimento incita em olhar para cima, para periferia, desconstruindo rótulos e estereótipos, não deixando de ser um espaço de lazer e fuga da rotina de trabalho do proletariado de uma cidade turística.

O movimento dá espaço para todos os públicos periféricos, população negra, LGBTQIAPN+ e outros que utilizam de apresentações artísticas, como a dança, música, teatro, hip-hop, poesia, artes performáticas para trazer vida e opções de entretenimento às pessoas que sentiam-se apagadas (ver figura 28). O coletivo propõe ser o início de uma revolução territorial.

“Retomar é preciso, e aqui é o espaço da retomada, o terreiro da retomada decolonial. Então a ideia do Sarau é justamente trazer essas provocações, essas reflexões, fazer os encontros, pra gente fazer a guerrilha acontecer, unindo todas essas comunidades e aí fazer essa revolução” (Coletivo Sarau Odara, comunicação pessoal, setembro, 2024).

Figura 28 - Apresentação Cultural no Sarau Odara



Fonte: Paulo Purusha (2023)

Para Lefebvre (1999; 2001) e Harvey (2014), o homem é um ser que manifesta sua cidadania nas ruas, através das artes e das representatividades. Em complemento, Rodrigues (2021) e Pinassi (2023) trazem que a cultura é resistência combativa à segregação e suas mazelas, o que confirma a aderência do Sarau Odara como um movimento de resistência popular e periférica em Porto Seguro que luta contra a segregação socioespacial.

A resistência por meio da valorização da cultura e identidade periférica e sua relevância para os movimentos do Complexo Baianão são tratados de forma mais específica adiante.

5.2.2 Valorização da cultura e identidade periférica: o Complexo Baianão como resistência territorial

A expressão cultural do Complexo Baianão e as ações feitas por esses movimentos sociais para valorização dessa identidade marginalizada e segregada estão sintetizadas no quadro 8, a seguir.

Quadro 8 - Movimentos de resistência do Complexo Baianão a as estratégias de valorização da identidade cultural local

Movimento	Identidade do Complexo Baianão segundo movimento	Estratégias de Valorização da identidade
Ateliê Cultivo de Poesia	Espaço de pessoas trabalhadoras, que aproveitam os pequenos lazers dos bairros.	Poesia com escrevivência (escrever e contar o que se vive).
Batalha do Complexo	Espaço miscigenado, pessoas trabalhadoras de todas as cidades da região que vieram em busca de uma vida melhor.	Hip-hop para dar voz a essas identidades.
Brasil Chama África	Espaço majoritário de pessoas negras.	Dignidade social e educação para orgulho e auto-reconhecimento étnico.
Café dos Pretus	Espaço com pessoas negras e indígenas.	Criação de um espaço de pertencimento cultural livre de preconceitos.
Coletivo Jovem Muká Mukaú	Ancestralidade negra e indígena.	Educação ambiental para os conhecimentos afro-indígenas.
Levante Popular da Juventude - Porto Seguro	Espaço de cultura popular, que possui vida própria.	Educação para o pertencimento e valorização da origem local.
Movimento Lambe Lambe Porto Seguro	Espaço de samba, capoeira, ancestralidade afro-originária.	Divulgação para que mais pessoas conheçam a identidade local e se reconheçam enquanto identidade local.
Movimento LGBTQIAPN+ Porto Seguro	Espaço com maioria predominante de mulheres, negras e trabalhadoras e pessoas LGBTQIAPN+.	Desconstrução social do papel das mulheres negras em Porto Seguro e inclusão da população LGBTQIAPN+.
Rua Juventude Anticapitalista - Porto Seguro	Espaço de riqueza cultural viva, na música, nas artes, no artesanato.	Educação para o pertencimento e valorização da origem local.
Sarau Odara	Verdadeiro centro cultural, comercial e social da Porto Seguro indígena e quilombola.	Conscientiza os indivíduos periféricos do seu potencial cultural e fornece um espaço de visibilidade para a cultura periférica.

Fonte: Dados da pesquisa (coleta, 2024)

De maneira geral todos os movimentos de resistência estudados se apoiam em ações culturais para comunicar suas mensagens em Porto Seguro. Tal fato se dá pela origem histórica indígena, quilombola e rural desses moradores. Origem essa que os colocou em posição periférica no período colonial e na atualidade também os coloca

em uma posição periférica, sendo o novo colonizador o capitalismo neoliberal indutor de um turismo predatório e explorador de corpos e territórios. Desse modo, as manifestações características destes indivíduos se revertem como ações de militância, de resistência e sobrevivência.

Outro fator importante na resistência por meio da cultura é a existência do Centro de Formação de Artes e Comunicação da UFSB, única universidade pública da cidade, que possui os cursos de graduação Artes do Corpo em Cena e Som, Imagem e Movimento, responsáveis por conduzir uma ressignificação artística cultural no município. Muitos estudantes oriundos do Complexo Baianão e de outras periferias da cidade usam da concepção artística crítica para formar movimentos culturais que resistem aos processos de desigualdade e de segregação socioespacial na cidade.

Portanto, os movimentos entrevistados de forma unânime compreendem a potência cultural que é o Complexo Baianão, justamente por abrigar tantas pessoas que se manifestam e se expressam de diversas formas no contexto urbano. Para mais, abriga uma grande população afrodescendente e descendentes de indígenas, que carregam todos os simbolismos, características e significados do seu povo. Uma população, como afirma os movimentos, que possui sonhos, trabalha com o turismo e, embora seja constantemente apagada por ele, quando retorna para essa periferia sente que pode vivenciá-la, que pertence. Nesse sentido, o território Complexo do Baianão é também a própria resistência.

Dessa maneira, os movimentos valorizam e reconstroem essa identidade cultural, por meio da poesia de um lugar de fala periférico; pelo hip-hop; cedendo espaço e visibilidade; através da educação para o autoconhecimento como uma pessoa marginalizada, ressignificando o termo periferia e seus usos como arma simbólica de ocupação para uma retomada territorial que inicia seu fortalecimento dentro do próprio lugar segregado.

Os movimentos e seus componentes identificam o orgulho de fazerem parte do Complexo Baianão. Não obstante, na observação *in loco* (figura 29) ficou evidente um rearranjo sociocultural complexo e organizado no conjunto de bairros que confirma a efervescência cultural lado a lado com a desigualdade social.

Figura 29 - Recortes do Complexo Baianão na contemporaneidade



Fonte: dados da pesquisa (coleta, 2024)

O Centro Comercial do Baianão, localizado nas imediações dos bairros Frei Calixto e Parque Ecológico, é bem vivo. De fato, o número de comércios aparentemente supera o do próprio centro oficial da cidade, um comércio variado, com mercados, farmácias, padarias, salão de beleza, floriculturas, lojas de móveis, clínicas particulares e oficinas.

As Vilas Valdete, Parracho e Vitória, como conjuntos habitacionais, são mais distantes, possuem menos comércio, mas igualmente com grande circulação de

pessoas, muitas crianças, e população, como mencionam os movimentos entrevistados, predominantemente negra.

O lazer, como apontam os movimentos sociais, é precário, se dá nas praças, em algumas quadras e campos com estrutura sucateada, mas principalmente na grande quantidade de bares existentes.

Os transportes em sua maioria são alternativos, como mototaxistas ou transporte alternativo, que atendem a demanda da grande quantidade de trabalhadores que ultrapassam a barreira para cidade baixa, para trabalhar nas empresas turísticas.

As moradias em alguns bairros mais próximos ao comércio são de alvenaria, modelo simples, comparado aos apartamentos e casas de luxo de áreas turísticas da cidade. Outras casas e apartamentos mais afastados do centro comercial são do programa do Governo Federal, Minha Casa, Minha Vida, construídos com vários pavilhões já deteriorados pelo tempo. Há ainda significativo número de barracões de lona que se espalham ao norte do Baianão, sentido oposto ao litoral.

O tempo no Complexo Baianão possui um outro ritmo, mais comunitário, com a sensação de ser mais lento do que a agitação e exploração da cidade turística. Os moradores sentam-se nas calçadas em frente as suas portas, momento em que estão vivendo para eles mesmos e não para o ciclo do turismo.

A realidade cultural do Complexo Baianão pode ser relacionada aos apontamentos sobre a cidade morta pelo capitalismo e a cidade viva pela população feitas por Harvey (2014). O capitalismo matou a Porto Seguro turística e, embora tenha segregado a população para espaços periféricos e marginais, essa mantém-se viva e resistente.

Não obstante, Harvey (1980) e Lefebvre (1999) elencam a potencialidade da coletividade popular, da organização social e cultural como instrumentos para a revolução urbana. Assim o território do Complexo Baianão, embora todas problemáticas urbanas, se impõem devido às suas características e de sua população como resistência dentro da cidade de Porto Seguro.

Além da resistência territorial do próprio Complexo, os movimentos sociais entrevistados buscam ocupar espaços diversos em toda cidade, como demonstra a seção seguinte.

5.2.3 Ocupação e uso popular dos espaços urbanos e ocupação popular política pelos movimentos sociais do Complexo Baianão

Sala (2021) e Tesfahuney e Ek (2024) inferem que a resistência dos oprimidos em cidades turísticas acontece sobretudo pela ocupação e uso de determinados espaços urbanos. Harvey (2014) e Lefebvre (1999; 2001) nomeiam como espaços de retomada. Em vista disso, o quadro 9 indica alguns espaços que os movimentos sociais do Complexo Baianão ocupam dentro da cidade de Porto Seguro.

Quadro 9 - Ocupação de espaços pelos movimentos sociais do Complexo Baianão

Movimento	Espaços de retomada
Ateliê Cultivo de Poesia	Ruas e escolas do Complexo Baianão; Escolas de Comunidades Indígenas de Porto Seguro.
Batalha do Complexo	Praça da Família no Complexo Baianão e Passarela do Descobrimento, no Centro de Porto Seguro.
Brasil Chama África	Setor de Igualdade Racial; Escolas do Complexo Baianão e do Centro de Porto Seguro.
Café dos Pretos	Centro de Porto Seguro.
Coletivo Jovem Muká Mukaú	Conselho de Meio Ambiente; Escolas de Complexo Baianão; Escolas do Arraial d'Ajuda e Centro de Porto Seguro.
Levante Popular da Juventude - Porto Seguro	Universidade; Ruas do Complexo Baianão e do Centro de Porto Seguro.
Movimento Lambe Lambe Porto Seguro	Ruas movimentadas de toda cidade, incluindo os distritos de Arraial d'Ajuda, Trancoso e Caraíva.
Movimento LGBTQIAPN+ Porto Seguro	Ruas e Praças de toda cidade.
Rua Juventude Anticapitalista - Porto Seguro	Universidade; Ruas do Complexo Baianão e do Centro de Porto Seguro.
Sarau Odara	Passarela do Descobrimento, no Centro de Porto Seguro.

Fonte: Dados da pesquisa (coleta, 2024)

A partir de um olhar holístico sobre os movimentos sociais estudados, nota-se que eles buscam tomar as ruas e espaços públicos da cidade de Porto Seguro, não somente no Complexo Baianão, onde eles possuem uma autonomia territorial, como também em lugares onde essa autonomia foi retirada pelos agentes hegemônicos do

turismo, como a Passarela do Descobrimento, o Centro da cidade e demais distritos turísticos.

Algumas cadeiras em conselhos municipais são ocupadas por representantes desses coletivos como forma de reivindicação política de suas necessidades urbanas.

As escolas são tidas por esses movimentos como locais onde a revolução começa a ocorrer, a partir da formação de jovens e crianças conscientes que possam ser a próxima geração da resistência territorial. A universidade também serve como união dessas mentes críticas que pensam a reivindicação popular de Porto Seguro.

Algumas falas de representantes dos movimentos indicam a importância de ocupar esses espaços.

“Porto Seguro é vendido como praia e festas. Um lugar fervilhando de coisas, mas as pessoas locais não estão incluídas nisso. Então, ocupar as ruas com a batalha, ver a criançada colar e gostar, ver pessoas LGBT, pessoas negras, que são majoritariamente excluídas da sociedade. Então a gente sente a nossa responsabilidade, o impacto, o peso disso.” (Batalha do Complexo, comunicação pessoal, setembro, 2024)

“Reunir nesta praça a população de rua, a população indígena, a população periférica, os nativos e tudo mais é pensar e repensar o território, através da arte, da cultura, da educação. É pensar como a gente pode tomar a cidade pra gente, seja institucionalmente ou não. Pensar todas as estratégias e pôr em ação, para fazer essa revolução em algum nível.” (Sarau Odara, comunicação pessoal, setembro, 2024).

No sentido político, os movimentos se posicionam contra toda e qualquer iniciativa que não seja participativa e que não parta de uma demanda popular. Em defesa da democracia, a favor das minorias, que na realidade, em Porto Seguro, são a maioria em termos absolutos.

Embora ocupem espaços urbanos e, no caso de alguns movimentos, até mesmo representatividade política. Todos resistem sem o apoio da gestão pública municipal, em muitas ocasiões são oposição, principalmente pela crítica feita ao planejamento que preza pelo capitalismo que desenvolve e fomenta um turismo predatório que repele e segrega a população nativa.

Há críticas de todos os movimentos em relação à gestão municipal. Segundo eles, poucas políticas públicas incentivam a inclusão, capacitação e melhoria de vida da população periférica. Por outro lado, incentivo aos empreendimentos para exportação do território pelo turismo são constantes, o que eleva ainda mais os índices da desigualdade. Sendo assim, a política e atuação dos movimentos é combativa e de enfrentamento e, a aproximação com a gestão é impositiva e conflituosa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A segregação socioespacial ocorre pelo desenvolvimento desigual de uma economia capitalista que preza por lucros em detrimento do bem estar social. Não obstante, é também uma reprodução de padrões colonialistas, revelados no espaço, que sustentam o preconceito. Essa é a realidade do destino estudado.

Com o objetivo específico de caracterizar o processo da segregação socioespacial induzida pela urbanização turística em Porto Seguro, verificou-se que historicamente a cidade foi usurpada a partir da invasão portuguesa e contemporaneamente é explorada pelos agentes hegemônicos do turismo que se apropriam de parte do território urbano para mercantilização e consumo do lazer e do entretenimento, induzindo a crescente expansão urbana. Contudo, essa expansão se dá também pelo aumento das periferias, como o crescimento do Complexo Baianão, que é o reflexo da desigualdade social e fruto da segregação socioespacial promovida na cidade.

Ao buscar revelar de que forma a gestão pública municipal de Porto Seguro contribuiu para a produção da segregação socioespacial e/ou para as ações de mitigação desse processo, ficou evidenciado que a gestão pública municipal local, por meio do atual paradigma político global neoliberal entregou o território na mão dos empresários (nacionais e estrangeiros) do turismo e, por outro lado, forneceu as bases para a criação do Complexo Baianão, como bairro periférico, forjado e planejado para ser local de moradia dos indivíduos com características financeiras, culturais e raciais similares, que trabalham nos empregos e subempregos gerados pela atividade turística.

O complexo Baianão que cresceu comportando toda população negra, indígena, quilombola, LGBTQIAPN+ e pobre de Porto Seguro reflete a desigualdade, sendo segregado tanto espacialmente, no que tange a distância dos espaços apropriados pelo turismo, quanto socioculturalmente, em relação a negação das características desses indivíduos por parte da cidade turística. Fato que se manteve devido a cooperação do poder público na segregação dessa parte da cidade e seus cidadãos ao longo dos últimos 30 anos.

Ao analisarmos a resistência da periferia por meio dos movimentos populares de revolução urbana e suas estratégias em contraposição a segregação socioespacial em Porto Seguro foram identificados dez movimentos sociais e populares do Complexo

Baianão, que surgem para fazer uma revolução urbana, iniciada nas ruas e praças do conjunto de bairros e aos poucos estão se alastrando para outros espaços da cidade. O intuito é a retomada dos espaços que foram expropriados, da autonomia ora perdida, bem como da valorização da identidade periférica.

As estratégias desses movimentos são principalmente por meio de ações e intervenções culturais, como saraus e encontros que proporcionam lazer e entretenimento, onde são debatidas maneiras de retomar a cidade e de enfrentar a dinâmica capitalista exploratória, bem como por meio de atos e manifestações públicas em forma de protesto às mazelas e desigualdades globais/locais. Além disso, a educação se faz como instrumento de revolução, com oficinas de conscientização nas escolas, com objetivo de alcançar o público jovem que é tido pelos movimentos como a próxima geração a reivindicar e retomar a cidade.

Assim, alcançando o objetivo central desta pesquisa, pode-se concluir que os movimentos de resistência do Complexo Baianão enfrentam a segregação socioespacial a partir de suas percepções e vivências críticas da desigualdade e injustiça territorial, que transformam-se em intervenções sociais, políticas e culturais compatíveis à revolução urbana.

Ademais, o próprio Complexo Baianão se impõe enquanto um território de resistência dentro de Porto Seguro, a partir dos próprios moradores; sua realidade constantemente apagada pelas projeções da atmosfera turística resiste nas simplicidades do cotidiano e são valorizadas pela população e através dos movimentos que manifestam a autoafirmação da periferia como o verdadeiro centro cultural e social da cidade de Porto Seguro.

Pontua-se como principais desafios encontrados na condução do estudo, o fato do ano de 2024 ter sido um ano eleitoral, o que tornou o contato com a gestão pública mais difícil e aumentou as possibilidades de discursos enviesados politicamente nas entrevistas, tornando mais complexa a análise dos dados.

Por fim, acreditamos que a pesquisa abre portas ao relacionar por meio de um olhar complexo e transdisciplinar o turismo e as desigualdades geradas a partir de seu desenvolvimento capitalista e exploratório e, a partir disso, abordar sobre movimentos contrários a esse processo. Preenche uma lacuna de estudo ao passo que deixa caminhos a serem percorridos por novas pesquisas, tais como: quais as ameaças aos movimentos de resistência e seus integrantes frente a um sistema capitalista opressor nos destinos turísticos? Como as resistências se dão em outros destinos, similitudes e

diferenças? Quais são os avanços dos movimentos sociais de resistência ao turismo socialmente predatório, no Brasil e no mundo? Esses são alguns questionamentos que partem da abordagem teórico-crítica dessa pesquisa.

REFERÊNCIAS

- Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC) (2024). *Movimentação de passageiros nos aeroportos*. <https://horus.labtrans.ufsc.br/gerencial/?auth=s#Principal>
- Almeida, I. G. L., & Medeiros, V. A. S. (2023). Turistificação, Centralidade e configuração espacial. *Revista de Morfologia Urbana*, 18(1), p. 1-16. <https://revistademorfologiaurbana.org/index.php/rmu/article/view/292>
- Almeida-García, F.; Cortês-Macías, R.; Parzych, K. (2021). Tourism Impacts, Tourism-Phobia and Gentrification in Historic Centers: The Cases of Málaga (Spain) and Gdansk (Poland). *Sustainability*, 13(1), p. 1-25.
- Arantes, A. A. (2000). Paisagem de História: A devoração dos 500 anos. *Projeto História*, (20)1, p. 63-96.
- Araújo, C. P., Santos, D. B. M. (2022). A produção do espaço pelo turismo no litoral de Pernambuco. *Revista Movimentos sociais e dinâmicas socioespaciais*, 11(1), p. 1-16. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistamseu/article/view/253180/42736>
- Araujo, C. P., Pellegrino, P. R. M., Bernardes, S. (2005). A paisagem litorânea e o mercado de resorts: um olhar sobre a paisagem do município de Porto Seguro (BA). *Anais do XI Encontro Nacional da Associação Nacional de pós-graduação e pesquisa em planejamento urbano e regional*. <https://repositorio.usp.br/item/001458885>
- Avelino Filho, L. G., & Britto, P. D. (2020). Turistificação e patrimonialização: experienciando o Centro Histórico de Pirenópolis, Goiás. *Turismo e Sociedade*, 13(2), p.64-91. <https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/71641/42090>
- Bahia Sul News. (2023). *Após 7 mortes grupo protesta contra violência em Porto Seguro*, <https://www.sulbahianews.com.br/apos-7-mortes-durante-operacao-policial-grupo-protesta-em-porto-seguro/>
- Bezerril, A., & Silva, M. J. V. (2022). Muros invisíveis? processos de integração/segregação na escadaria de Mãe Luiza e nas Praias Areia Preta e Miami-Natal/RN. *Turismo e sociedade*, 15(2), p. 282-301.
- Brandt, D. B. (2018). O Direito à cidade em Henri Lefebvre e David Harvey: da utopia urbana experimental à gestão democrática das cidades. *Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*. Vitória/ES.

- Brasil (2013). *Programa de Regionalização do Turismo: Diretrizes*. Ministério do Turismo. <http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/>
- Brasil. (2018). *Plano Nacional de Turismo 2018-2022*. Ministério do Turismo. <https://www.gov.br/turismo/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/plano-nacional-do-turismo>
- Brasil. (2022). *Cartilha de Plano Diretor Orientado ao Turismo*. Ministério do Turismo. <https://encurtador.com.br/hGQZ5>
- Brasil. (2023). *Mapa da segurança pública 1º semestre de 2023*. Ministério da Justiça e Segurança Federal. <https://encurtador.com.br/d3lcV>
- Cancela, F. E. T. (2012). *De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga capitania de Porto Seguro (1763-1808)*. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal da Bahia. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/13311>
- Calixto, M. J.M. (2021). Da lógica centro-periferia à lógica socioespacial fragmentária em uma cidade média. *Mercator*, 20, e20028, p. 1-18.
- Carvalho, R. O. C., Santos, V. O. (2022). Análise dos recursos naturais na prática do turismo em Porto Seguro. *Ateliê do Turismo*, 6(1), p. 79-98.
- Castro, M. S. M. (2008). *A Reserva Pataxó da Jaqueira: o passado e o presente das tradições*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade de Brasília. http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/1909/1/2008_MariaSoledadMDeCastro.pdf
- Castro, T. S., & Pereira, A. Q. (2019). Produção dos espaços turísticos no Ceará. *Ateliê Geográfico*, 13(2), p. 51-72. <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/58288>
- Carvalho, C. R. (2008). *Uma abordagem geográfica do turismo em Porto Seguro*. Dissertação de Mestrado em geografia física, Universidade de São Paulo. https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-02032009-164937/publico/CLEBIA_RODRIGUES_DE_CARVALHO.pdf
- Cocola Gant, A. (2018). Struggling with the leisure class: tourism, gentrification and displacement. *Phd Thesis*, Cardiff University. <https://orca.cardiff.ac.uk/id/eprint/109288/>

- Colasante, T., & Santos, N. S. (2023). Dinâmicas do festejo mãe do salvador em Magalhães de Almeida - MA diante do contexto pandêmico. *Ateliê do Turismo*, 6(1), p. 119-138.
<https://periodicos.ufms.br/index.php/adtturismo/article/view/16554/12538>
- Cordeiro, I., Korossy, N., & Tôrres, E. (2019). Análise do processo de turistificação de Fernando de Noronha (PE) entre os anos de 1960-2016. *Turismo em Análise*, 1(1), p. 164-181. <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/131453/151302>
- Costa, S. M. F., Lima, V. M., Valota, E. C. S., Montoia, G. R. M., Carmo, M. B. S., & Rangel, J. A. (2023). Uma contribuição ao estudo da resiliência urbana das pequenas cidades do delta do Rio Amazonas: uma avaliação a partir da infraestrutura, da economia urbana e de aspectos sociais. *Ambiente construído*, 23(4), p. 25-41.
- Cruz, R. C. A. (2005). Políticas Públicas de Turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. *Geosul*, 20(40), p. 27-43.
- Deutsch, S. F., & Fratucci, A. C. (2023). Processos de turistificação na área central do Rio de Janeiro. *Observatório de la economía Latinoamericana*, 21(11), p. 21135-21159.
<https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/2223/1481>
- Eberhardt, F. L. M., & Mantovaneli Júnior, O. (2024). A implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos municípios brasileiros: uma análise do projeto Localizando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil. *Revista Desenvolvimento em Questão*, 22(60), p. 1-23.
- Embrapa (2003). *Zoneamento Agroecológico de Microbacias da Costa do Descobrimento Municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, Bahia*.
<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/88501/1/porto-seguro-zoneamento-agroecologico.pdf>
- Felix, F. G., Souza, M. J. N. (2023). Narrativas de um conflito: disputas discursivas acerca do turismo em Barcelona. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 46(1), p. 1-16.
- Ferreira, A. (2021). A gentrificação não é um efeito colateral: complexificando o conceito para revelar os objetivos escusos. *Ateliê Geográfico*, 15(1), p. 75-102.
- Ferreira, M. V.C., Wiesinieski, L. C. B. S., & Andrade, L. M. S., Menezes, P. D. R. (2023). Gentrificação pós-pandemia: turismo integrado na Vila de Caraiva como

- instrumento de mitigação. *Observatório de la economía latinoamericana*, 21(1), p. 98-112.
- Ferreira, J. C. E., Araújo, H. R., & Barbosa, M. C. (2024). Turismo e segregação socioespacial: uma análise no destino turístico Trancoso (Porto Seguro/BA). *Ateliê do Turismo*, 8(1), p. 1-26.
<https://periodicos.ufms.br/index.php/adturismo/article/view/19640>
- Folha de São Paulo. (2023). *A violência de facções e polícia convive com luxo turístico no sul da Bahia*. <https://encurtador.com.br/UFjAX>
- Fonseca, M. A. P., Costa, W. F., Fagerlande, S. M. R., & Todesco, C. (2022). Urbanização e desenvolvimento desigual do turismo no litoral brasileiro. *Mercator*, 21, e21013. <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/e21013>
- Fonseca, M. A. P., & Pereira, P. E. A. (2023). Turismo e mercado imobiliário na Vila de Ponta Negra, Natal-RN: segregação socioespacial. *Anais do IV Colóquio Internacional de Cidades Litorâneas e Turismo*. <https://encurtador.com.br/kvJOS>
- Fontes, B. A. S. (2013). Políticas Públicas e exclusão social: ou como as cidades constroem suas periferias. *Revista Movimentos sociais e dinâmicas socioespaciais*, 2(1), p. 148-163.
- Fratucci, A. C. Turismo e território. (2014). *Caderno Virtual de Turismo*, 14(1), p. 87-96.
- Gevehr, L. D., & Berti, F. (2019). Luxo e sofisticação na vitrine da Borges: gentrificação comercial e turismo no espaço urbano de Gramado(RS). *Caderno Virtual de Turismo*, 19(3), p. 1-13.
- Góis, M. P. F. (2020). Turismo, território e urbanização: uma análise do caso do município de Angra dos Reis e da região turística de Costa Verde (RJ). *Geouerj*, 37(1), p. 1-26. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/33263/36599>
- Gonçalves, C. (2017). Regiões, cidades e comunidades resilientes: novos princípios de desenvolvimento. *Urbe, Revista de Gestão Urbana*, 9(2), p. 371-385.
- Governo da Bahia. (2024). *Indicadores do Observatório de Turismo do Estado da Bahia*. Secretaria de Turismo.
<http://www.observatorio.turismo.ba.gov.br/indicadores/impactos-da-covid-19/#pag-e-content>
- Guimarães, C. F., & Alves, M. R. (2022). Ouro Preto, Materialidades e espacialidades de sua paisagem. *Cadernos do arquivo municipal*, 17(2), p. 109-128.
<https://cadernosarquivo.cm-lisboa.pt/index.php/am/article/view/26/11>

- G1 BAHIA (2023). *Após sete mortes, durante operação policial, grupo protesta e bloqueia vias no Extremo Sul da Bahia*. <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2023/09/07/apos-sete-mortes-durante-operacao-policial-grupo-protesta-e-bloqueia-via-no-extremo-sul-da-bahia.ghtml>.
- Harvey, D. (1980). *A justiça social e a cidade*. São Paulo, Hucitec.
- Harvey, D. (1989). *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo, edições Loyola.
- Harvey, D. (2014). *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo, Martins Fontes.
- Honório, I. C., & Rocha, I. O. (2021). Turismo e urbanização metropolitana nas costas Nordeste e Sul brasileiras: cidade de Fortaleza e Florianópolis. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, 10(12), p. 1-14. <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/20152>
- Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC) (2024). *Mapa Interativo Brasil*. <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/map/>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2022). *Panorama de Porto Seguro*. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/porto-seguro/panorama>
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) (2019). *Atlas da violência retratos dos municípios* 2019. <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/8021-atlasdaviolencia2019municipios.pdf>
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). (2024). *Atlas da violência retratos dos municípios* 2024. <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9277-atlasviolencia2024retratosmunicipiosbrasileros.pdf>
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) (2024). *Taxa de homicídios por município*. <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/20>
- Jesus, L. E. S. (2021). Periferia, um termo crítico: distanciamentos espaciais, sociais e simbólicos na cidade. *Revista Movimentos sociais e dinâmicas socioespaciais*, 10(1), p. 58-78.
- Jojô Notícias. (2024). *Jovem é baleado a tiro nas costas no “Buraco da Gia” em Porto Seguro*. <https://encurtador.com.br/3FxMF>.

- Kobs, V. D. (2022). Dos muros de concreto às barreiras tecnológicas: indícios de individualismo e isolamento no século XXI. *Moinhos*, 12(6), p. 34-45.
- Knafou, R. (1996). Turismo e território: para um enfoque científico do turismo. In: Rodrigues, A. A. B. (Org). *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo, Hucitec.
- Lefebvre, H. (1999). *A Revolução Urbana*. São Paulo, Editora UFMG.
- Lefebvre, H. (2001). *O direito à cidade*. São Paulo, Centauro.
- Lim, Z. Y., Ong, L. Y., Leow, M.C. (2021). A review on clustering techniques: creating better user experience for online roadshow. *Trends of Data Science and Knowledge Discovery*, 13(9), p.201-233.
- Luque, J. B., & Villa, M. A. (2019). Turismo y polarización social en Los Cabos, México: el proyecto Zona Dorada. *Bitácora urbano territorial*, 29(2), p. 117-126.
- Maia, L., Teixeira, C. M., & Kalaoum, F. (2020). Do surgimento das favelas cariocas a UPP: políticas públicas de segurança, segregação, controle e a formação de contra movimentos locais. *Revista Mosaico*, 11(2), p. 11-18. <https://editora.univassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/2101/1455>
- Mendes, L. (2017). Gentrificação turística em Lisboa: neoliberalismo, financeirização e urbanismo austeritário em tempos de pós-crise capitalista 2008-2009. *Caderno Metrópoles*, 19(39), p. 479-512.
- Mendonça, T. C., Santos, R. O., Souza, N. S., Andrade, S. R. (2021). Sapukai - o nhandereko mbya se transforma em turismo de resistência indígena no estado do Rio de Janeiro, Brasil. *Revista Iberoamericana de Turismo*, 11(1), p. 234-260.
- Menezes, R. G., Cavalcanti, L., Silva, C. T. (2020). *América Latina no século XXI: desigualdades, democracia e desenvolvimento*. Curitiba, CRV.
- Monteiro, T. L. (2017). *Ação política e resistência territorial: turismo de base comunitária entre os caiçaras de São Gonçalo, Paraty, Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/13772>
- Mullins, P. (1991) Tourism Urbanization. *International Journal of Urban and Regional Research*, 15(3).

- Mullins, P. (1999). International Tourism and the cities of Southern Asia. In: Judd, D. R.; Fainstein, S. S. (ed.). *The tourist city*. New Haven, Londres, Yale University Press, p. 245-260.
- Oliveira, J. L. S., Neves, C. S., Panosso Netto, A., & Severini, V. F. (2021). Turismofobia em Barcelona: um tema (que era?) emergente. *Revista de Turismo Contemporâneo*, 9(3), p. 352-342.
- Oliveira, E. M., & Tarifa, J. R. (2022). Segregação socioespacial em Jataí: um olhar sob a perspectiva de apropriação do solo urbano. *Scientifi Archives Eletronic*, 15(6), p. 69-76.
- Oliveira, M. C. B., & Pimentel, T. D. (2022). O Turismo como solução espacial: o processo de urbanização extensiva e concentrada do turismo em destinos de sol e praia da periferia do capitalismo. *Ateliê Geográfico*, 16(3), p. 59-79.
- Oliveira, L. F. (2022). Turismo e segregação socioespacial: o caso de Porto Seguro - Bahia. *Geoapauta*, 6(1), p. 1-20.
<https://www.scielo.br/j/geop/a/mTH5GNhRN9t4KcPBwgFvqBB/?lang=pt>
- Organização das Nações Unidas (ONU) (2012). *Como construir cidades mais resilientes, um guia para gestores públicos locais*.
https://www.unisdr.org/files/26462_guiagestorespublicosweb.pdf
- Organização das Nações Unidas (ONU) (2020). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. <https://encurtador.com.br/EJTIP>
- Organização das Nações Unidas (ONU) (2022). *World Population Prospects 2022*.
<https://encurtador.com.br/VPed5>
- Organização das Nações Unidas (ONU) (2024). *Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no Brasil*. <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>
- Paiva, M. G. M. V. (2010). Análise do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE) na perspectiva do planejamento estratégico. *Revista de administração pública*, (44)2, p. 197-213.
- Pereira, A. S. (2017). *Porto Seguro/BA: O cotidiano do trabalhador e a espacialidade da cidade-mercadoria*. Tese de Doutorado em Geografia, Universidade de São Paulo.
<https://encurtador.com.br/2LFWp>
- Pinassi, A. (2023). El patrimonio como lugar de resistencia en localidades rurales de Argentina. In: Cañada, E., Gascón, J., Milano, C (org.). *Turismo Popular: propuestas y debates*. Barcelona, Alba Sud.

- Pinho, T. R., Dantas, E. W. C., & Santos, J. O. (2019). Turismo e sustentabilidade em comunidades costeiras: reflexões sobre mudanças socioambientais em Jericoacoara (CE) e Barreirinhas (MA). *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 12(4), p. 531-562. <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6698/7013>
- Porto, J. R. S. (2019). Expansão do turismo, conflitos territoriais e resistência quilombola no Baixo Sul da Bahia. *International Latin American Studies Review*, 23(1), p. 301-332.
- Prefeitura Municipal de Porto Seguro (2024). *Dados gerais*. <https://portoseguro.ba.gov.br/dados-gerais>
- Radar News. (2021). *Homem é morto no Baianão e outro é levado pelos bandidos*. <https://radar.news/onda-de-violencia-faz-outra-vitima-em-porto-seguro/>
- Rego, A. (2016). Os Aldeamentos jesuítas fundados na Bahia e Capitanias Vizinhas durante o período colonial. *Revista Opará*, (4)5, p. 81-108.
- Reis, C. (2021). A periferia da periferia e o pensamento de Antonio Gramsci. *O Social em Questão*, 51(1), p. 67-86.
- Ribeiro, L. P. (2014). O Processo de branqueamento do território da pequena África: os movimentos de resistência ao projeto Porto Maravilha. *Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território*. Rio de Janeiro.
- Rodrigues, D. S. (2021). *Cidade em Preto e Branco: turismo, memórias e narrativas reivindicadas da São Paulo Negra*. Dissertação de Mestrado em Turismo. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100140/tde-23042021-120824/en.php>
- Sala, E. (2021). Cartografiando los desahucios: conflictos e resistencias por el derecho a la vivienda en Barcelona. *Revista El Topo*, 11(1), p. 9-26.
- Santos, A., Sayago, D. A. V., Miller, F. S., Golets, A. (2022). Turismo comunitário como estratégia de resistência territorial na comunidade do Cumbe, Ceará, Brasil. *Revista Pós Ciências Sociais*, 19(3), p. 551-568.
- Santos, F. L. (2007). Aldeamentos Jesuítas e política colonial na Bahia, século XVIII. *Revista de história*, (1)1, p. 107-128.
- Santos, U.F.D. (2015). *Negociação e conflito na administração do Pau-Brasil: a capitania de Porto Seguro (1605-1650)*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal da Bahia. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/23331>

- Schiavi, I., & Silveira, S. A. (2022). A cidade neoliberal e a soberania de dados: mapeamento dos cenários dos dispositivos de dataficação em São Paulo. *Urbe Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 14, e20210145, p. 1-17. <https://www.scielo.br/j/urbe/a/vbBHD3JrZ6d7jTNJKqdZzcD/?lang=pt>
- Sequeira, J., Rodríguez, T. (2017). Turismo, abandono y desplazamiento: mapeando el barrio de La Boca en Buenos Aires. *Journal of Latin American Geography*, 16(1), p. 117-137.
- Silva. J. A. B., Barroso, R. C. A., Rodrigues, A. J., Costa, S., & Fontana, R. L. M. (2014). A urbanização no mundo contemporâneo e os problemas ambientais. *Caderno de graduação, ciências humanas e sociais*, 2(2), p. 197-207. <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/1723>
- Souza, N. S. F., & Silva, S. C. (2020). Espaço urbano e segregação socioespacial: uma análise da representação da violência na mídia impressa em Campos dos Goytacazes. *Estudos geográficos*, 18(1), p. 1-26.
- Sposito, M. E. B. (1988). *Capitalismo e Urbanização: núcleos urbanos na história, revolução industrial e urbanização, a cidade moderna, para onde?* São Paulo, Contexto.
- Sul Bahia News. (2023). *Após 7 mortes durante operação policial grupo protesta em Porto Seguro*. <https://encurtador.com.br/3aEBu>.
- Tanaka, G, M, (2006). *Periferia: conceito, prática e discursos, práticas sociais e processos urbanos na metrópole de São Paulo*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo. <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16137/tde-26052010-133856/pt-br.php>
- Tesfahuney, M., Ek, R. (2024). The tourismocene: Barcelona, Overtourism and the spatial futures of the Polis. *Springer Nature Link*, 9(11), p. 345-374.
- Trentin, F., & Silva, E. M. C. (2020). O olhar dos residentes de Paraty sobre os impactos do turismo. *Ateliê do Turismo*, 4(1), p. 511-74. <https://periodicos.ufms.br/index.php/adturismo/article/view/11349/7971>
- Vasconcelos, P. A., Corrêa, R. L., & Pintauidi, S. M (Orgs). (2013). *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo, Contexto.
- Viana, B. (2022). *Batalhas do complexo: rimas do rap ocupam Praça do Baianão*. <https://encurtador.com.br/RffGa>

Vita, M. (2000). *Protestos do Descobrimento deixa 141 feridos na Bahia*.
<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2304200002.htm>

Zaccarelli, L. G., & Sousa, R. E. M. (2021). O “Vale do Turismo”: o processo de turistificação no município de Olímpia - SP. *Revista Iberoamericana de Turismo*, 11(1), p. 239-263. <https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/11722/8528>

Fotos da capa: Intervenção periférica na Passarela do Descobrimento, Centro de Porto Seguro. Arquivos de campo (2024).

APÊNDICE A - QUADRO ORIENTADOR DA OBSERVAÇÃO NÃO PARTICIPANTE

Item:	O que observar:
Características do espaço físico do Complexo Baianão.	Perfil das moradias; Espaços físicos de lazer (quadras; campos; academias públicas etc.); Estabelecimentos privados de comércio e serviços; Estabelecimentos públicos de assistência social; Mobilidade urbana.
Características socioculturais do Complexo Baianão.	Perfil dos moradores (raça; gênero; faixa etária); Interação dos moradores com o ambiente; Interação social entre os moradores; Relação dos movimentos sociais com o Complexo Baianão.

Fonte: adaptado de Vasconcelos, Corrêa e Pintaudi (2013) e Pereira (2017).

APÊNDICE B - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM A GESTÃO PÚBLICA

 ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA (GESTÃO PÚBLICA)	
Pesquisador: Jean Carlos Estanislau Ferreira	
Orientação: Dra. Carolina Todesco	
Público Alvo: Gestão Pública de Porto Seguro (1997-2004)	
Cidade de realização: Porto Seguro/Ba	
Data de realização: 10 a 30/09/2024	
Perguntas	Categorias de Análise
1 - Em sua concepção, Porto Seguro é uma cidade que possui Segregação Socioespacial? Porque?	Percepção sobre a problemática urbana
2 - Em sua concepção, porque os visitantes de Porto Seguro acreditam que a cidade é composta somente pela Orla e Passarela do Descobrimento?	
3 - Como você enxerga o Complexo do Baianão na Contemporaneidade?	
4 - Quais foram as ferramentas de escuta popular dos moradores periféricos do Baianão durante sua gestão?	Ocupação Popular na Política
5 - Quais demandas dos moradores do Complexo Baianão foram de fato atendidas durante sua gestão?	
6 - O que foi feito em sua gestão para aproximar os moradores dos espaços turísticos?	Ocupação e uso popular dos espaços urbanos
7 - Quais foram as principais ações no ambiente urbano em prol do Complexo Baianão em sua gestão?	
8 - Quais estratégias foram utilizadas em sua gestão para atrair empresas de turismo para o território de Porto Seguro?	
9 - O que foi feito em sua gestão para valorizar o	

comércio local, de bairro e empreendedores da região periférica do Baianão?	
10 - De que forma a sua gestão contribuiu para valorização da identidade e cultura da população periférica de Porto Seguro?	Valorização da Cultura e Identidade periférica
11 - De que forma o turismo beneficiou a população periférica de Porto Seguro em sua gestão?	

APÊNDICE C - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM OS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA



ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Pesquisador: Jean Carlos Estanislau Ferreira	
Orientação: Dra. Carolina Todesco	
Público Alvo: movimentos de resistência	
Cidade de realização: Porto Seguro/Ba	
Data de realização: 10 a 30/09/2024	
Perguntas	Categoria de Análise
1 - Quais motivos levaram a formação e atuação dos movimentos sociais nas periferias de Porto Seguro?	Cidadão revolucionário insurgente
2 - Quais são os principais objetivos dos movimentos sociais atuantes nas periferias de Porto Seguro?	
3 - Em quais frentes de lutas atuam os movimentos sociais periféricos de Porto Seguro? E como atuam?	
4 - Como é o cotidiano e a vida nas periferias de Porto Seguro?	
5 - Qual a opinião dos movimentos sociais sobre a realidade econômica de Porto Seguro? o que precisa ser feito para justiça social econômica?	
6 - Como os movimentos sociais se articulam politicamente para busca de uma cidade mais justa para todos?	Ocupação Popular Política
7 - De que forma os movimentos sociais reivindicam a cidade de Porto Seguro?	
8 - Como você define a relação do movimento social com a gestão pública de Porto Seguro? Porque?	
9 - Em quais espaços os movimentos sociais	

atuam? e porque a escolha desses espaços?	Ocupação e uso popular dos espaços urbanos
10 - Há alguma barreira territorial entre moradores periféricos e turistas em Porto Seguro? Porquê?	
11 - De que forma os movimentos sociais se fazem presentes em Porto Seguro?	
12 - Como os movimentos sociais valorizam a cultura local periférica dos habitantes de Porto Seguro? Que ações são feitas para essa valorização?	Valorização da Cultura e Identidade periférica
13 - Qual a identidade da cidade de Porto Seguro para os moradores periféricos? Existem planos para fortalecê-la? Quais?	
14 - Quais planos e ações para devolução da autonomia e soberania popular em Porto Seguro?	